

Estância Turística de Ibitinga



Produto 4: Prioridades e Propostas

Revisão Final

Julho/2019



Polo Planejamento.

Sumário

1. Apresentação	6
2. Introdução.....	7
3. Síntese Diagnóstico	9
3.1. Pontos a destacar no diagnóstico	9
3.2. Pontos a destacar do Plano Diretor anterior	10
4. Prognóstico	11
4.1. Proposição de Cenários para a Cidade.....	12
4.2. Projeção dos Indicadores Socioeconômicos	14
4.2.1. Demografia.....	14
4.2.2. Emprego.....	16
4.2.3. Renda per Capita e Massa de Rendimentos	20
4.2.4. Famílias e classe de rendimento.....	22
4.2.5. Projeção da Frota de Veículos	23
4.2.6. Demanda Habitacional.....	25
4.2.7. Demanda por Áreas Comerciais e de Serviços	27
4.2.8. Consumo de Energia	28
4.2.9. Consumo de Água e Geração de Esgoto.....	29
4.2.10. Geração de Resíduos Sólidos	30
5. Metodologia para definição dos Objetivos, Diretrizes e Ações.....	32
5.1. Parte 1 - Com Técnicos da Prefeitura – benchmark, reuniões e formulário	32
5.2. Parte 2 - Com Sociedade Civil – Audiências Públicas Temáticas.....	33

5.2.1.	Audiência Temática 1 (07/05/2019) – Uso da Cidade – Resultado	36
5.2.2.	Audiência Temática 2 (08/05/2019) – Infraestrutura Urbana – Resultado.....	38
5.2.3.	Audiência Temática 3 (09/05/2019) – Gestão Pública e Desenvolvimento Econômico – Resultado.....	40
6.	Objetivos Estratégicos, Específicos, Diretrizes, Ações e Propostas	42
6.1.	Habitação	43
6.1.1.	Objetivos Estratégico e Específicos.....	43
6.1.2.	Diretrizes para a Habitação.....	43
6.1.3.	Ações e Propostas	44
6.1.4.	Projetos propostos ou existentes	45
6.2.	Meio Ambiente.....	46
6.2.1.	Objetivos Estratégico e Específicos.....	46
6.2.2.	Diretrizes para o Meio Ambiente.....	47
6.2.3.	Ações e Propostas	47
6.2.4.	Projetos propostos ou existentes	48
6.3.	Uso e Ocupação do Solo.....	49
6.3.1.	Objetivos Estratégico e Específicos.....	49
6.3.2.	Diretrizes para o Uso e Ocupação do Solo.....	49
6.3.3.	Ações e Propostas	51
6.3.4.	Projetos propostos ou existentes	51
6.4.	Cultura e Lazer.....	53
6.4.1.	Objetivos Estratégico e Específicos.....	53
6.4.2.	Diretrizes para Cultura e Lazer.....	53
6.4.3.	Projetos propostos ou existentes	54

6.5.	Mobilidade	55
6.5.1.	Objetivos Estratégico e Específicos.....	56
6.5.2.	Diretrizes para a Mobilidade.....	56
6.5.3.	Ações e Propostas.....	57
6.5.4.	Projetos propostos ou existentes	58
6.6.	Saneamento	59
6.6.1.	Objetivos Estratégico e Específicos.....	59
6.6.2.	Diretrizes para o Saneamento	60
6.6.3.	Ações e Propostas.....	61
6.6.4.	Projetos propostos ou existentes	62
6.7.	Infraestrutura Urbana e Serviços de Utilidade Pública.....	63
6.7.1.	Objetivos Estratégico e Específicos.....	63
6.7.2.	Diretrizes para Infraestrutura Urbana e Serviços de Utilidade Pública.....	63
6.7.3.	Ações e Propostas.....	64
6.8.	Serviços e Equipamentos Urbanos e Sociais.....	66
6.8.1.	Objetivos Estratégico e Específicos.....	66
6.8.2.	Diretrizes para Serviços e Equipamentos Urbanos e Sociais.....	66
6.8.3.	Ações e Propostas.....	66
6.9.	Turismo.....	68
6.9.1.	Objetivos Estratégico e Específicos.....	68
6.9.2.	Diretrizes para o Turismo.....	68
6.9.3.	Ações e Propostas.....	69
6.9.4.	Projetos propostos ou existentes	70
6.10.	Desenvolvimento Econômico	71



6.10.1.	Objetivos Estratégico e Específicos	71
6.10.2.	Diretrizes para o Desenvolvimento Econômico	71
6.11.	Transparência, Liderança e Comunicação	73
6.11.1.	Objetivos Estratégico e Específicos	73
6.11.2.	Diretrizes para a Transparência, Liderança e Comunicação	73
6.11.3.	Ações e Propostas	74
7.	Metas e Indicadores.....	75
8.	Próximos Passos.....	80
9.	Anexos.....	82
9.1.	Planilha 1 – Projeções Otimistas	82
9.2.	Planilha 2 – Projeções Pessimistas	82
9.3.	Planilha 3 – Projeções Referencial	82
9.4.	Tabela - Objetivos Estratégicos e Diretrizes - Quadro Geral.....	82

1. Apresentação

O presente relatório, pertencente à Fase 2 – Plano de Ação, apresenta o prognóstico elaborado através de todos os dados levantados na Fase 1, e avança para a definição dos Eixos Estratégicos e Temas Prioritários para a cidade e para a reorganização territorial do município. Resultado da 2ª Etapa – Prioridades de Propostas, é concebido como o Produto 04 previsto no Contrato 121/2018, celebrado entre a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ibitinga e a empresa Polo Planejamento Ltda, cujo objeto é a contratação de serviço técnico especializado visando estudos conclusivos para revisão do arcabouço legal, e do planejamento estratégico atual dentro de um escopo de revisão do Plano Diretor Participativo no município de Ibitinga. Ele foi desenvolvido tendo como base o Termo de Referência constante do Edital da Tomada de Preços nº 010/2018. O escopo dos serviços técnicos agrupa-se em 3 (três) Fases e em 4 (quatro) etapas, conforme segue:

Fase 1 - Leitura Diagnóstica da Realidade do Município

- 1ª Etapa - Plano de Trabalho, levantamento de dados, mobilização e participação popular

Fase 2 - Plano de Ação

- 2ª etapa - Prioridades e Propostas
- 3ª etapa - Instrumentos Urbanísticos

Fase 3 - Plano e Legislação

- 4ª etapa - Plano e Legislação

Conforme Termo de Referência, para a revisão do Plano Diretor e demais leis e normas deverão ser utilizadas os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e os demais instrumentos que ampliem as condições para o desenvolvimento territorial sustentável do Município.

O objetivo é o estabelecimento de diretrizes e de mecanismos para que a propriedade urbana ou rural cumpra a sua função social, de forma a reduzir as desigualdades, a prevenir a degradação ambiental, a preservar os valores culturais, a melhorar a qualidade de vida, prever e amenizar os impactos decorrentes do incremento das atividades econômicas, e a buscar o pleno desenvolvimento sustentável das potencialidades do Município.

Os estudos presentes neste trabalho estarão em consonância com os seguintes instrumentos normativos:

- Constituição Federal;
- Lei Orgânica do Município de Ibitinga;
- Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal;
- Agenda 21 para o Estado de São Paulo;

- Resoluções do Conselho das Cidades.
- 1.2.1.6 - Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI).
- Adequações da lei municipal à Lei Federal nº 13.465/2017.
- Lei nº 13.425, de 30 de março de 2017 estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público.

A figura a seguir apresenta o Fluxograma Geral fases e etapas previstas para a Revisão do Plano Diretor Participativo de Ibitinga e demais leis:

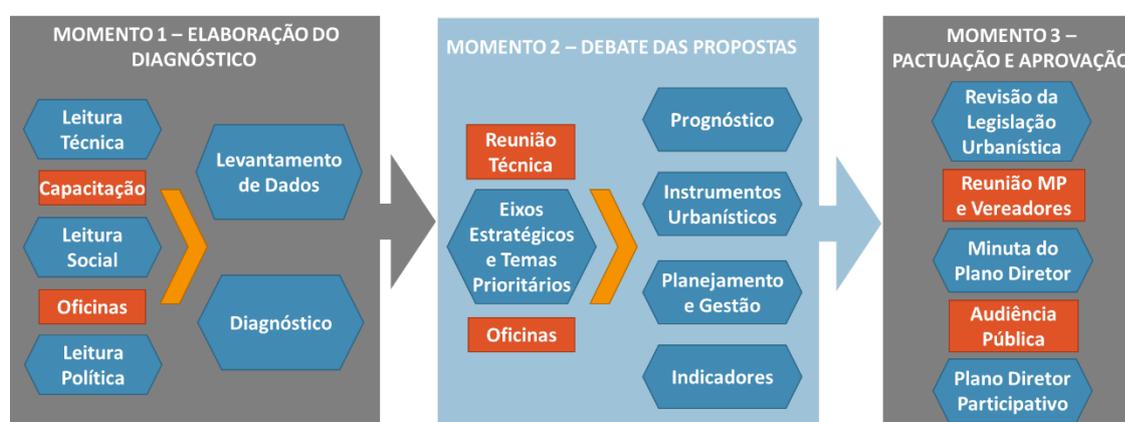


Figura 1-1: Fluxograma de Atividades de Participação Popular e Capacitação

2. Introdução

Como já se sabe, o Estatuto da Cidade, instituído pela Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001, oferece as diretrizes gerais para a fixação da política urbana, de forma a construir um ambiente saudável nos municípios para as presentes e futuras gerações. Para tanto, seu principal instrumento é o Plano Diretor.

Embora seja uma obrigação estabelecida em lei para a maior parte das cidades brasileiras, há inúmeros motivos para a elaboração e implementação de um Plano Diretor em um município, tais como a necessidade de ordenar o crescimento da cidade, corrigir distorções urbanas e definir objetivos para o desenvolvimento do território. Contudo, a principal razão e importância do Plano Diretor consistem no estabelecimento da função social da cidade e da propriedade.

As demandas da população podem ser interpretadas como necessidades físicas e sociais. No meio urbano, é a cidade, conduzida por indivíduos, que por meio de sua infraestrutura e serviços, suprem tais demandas e desta forma cumpre sua função – função social.

Também, segundo a Constituição e o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor é o instrumento que traz as premissas para que a propriedade urbana cumpra sua função social. Trata-se de

adequar a produtividade da propriedade em um modelo que otimize o desenvolvimento coletivo, buscando a justiça social, mas sem suprimir a propriedade privada.

Somente através do Plano Diretor é que se define, assim, a função social da propriedade e da cidade, equilibrando interesses individuais e coletivos de forma a garantir um ambiente propício ao desenvolvimento econômico e ao atendimento dos direitos dos cidadãos.

O primeiro passo, em todos os municípios, é conhecer a estrutura fundiária e suas tendências de desenvolvimento. A partir desse conhecimento, cada município deve escolher – dentre os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade – os que mais favoreçam a inclusão social, em cada município e em cada mercado local. O Estatuto da Cidade oferece vários desses instrumentos: de Regularização urbanística e fundiária; a possibilidade de criar Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS); utilização compulsória de terrenos e imóveis considerados subutilizados; fazer valer o Direito de Superfície; obter Concessão Especial para Fins de Moradia; destinar patrimônio público para programas de moradia, dentre outros.

Com isso, após a finalização da Fase 1, quando foi realizado o Diagnóstico detalhado através do levantamento de dados e de uma intensa escuta da sociedade civil e dos técnicos da prefeitura (apresentados nos Produtos 2 e 3 deste estudo), que nos permitiu entender as demandas dos moradores e as riquezas da cidade, poderemos dar início à próxima etapa.

Desta forma, iniciamos então a Fase 2 - Plano de Ação, quando serão indicados os objetivos a alcançar, explicitando as estratégias e instrumentos para atingir estes objetivos e oferecendo todos os instrumentos necessários para que estes objetivos sejam cumpridos.

A partir da fase de leitura, serão definidos os temas prioritários para o futuro da cidade e para a reorganização territorial do município. De nada adianta um Plano Diretor tratar de dezenas de aspectos da cidade e não ter capacidade para intervir sobre eles. Portanto, é importante trabalhar com perspectiva estratégica, selecionando temas e questões cruciais para a cidade e que, se enfrentadas rapidamente e com eficácia, podem redefinir o destino da cidade.

Para cada tema prioritário devem-se definir as estratégias e os instrumentos mais adequados, considerando-se as características e os objetivos da cidade, que estarão contidos no Plano Diretor. Essas estratégias e instrumentos são os caminhos e os meios para construir a cidade almejada, e serão discutidos e pactuados com toda a população através de Audiências Temáticas, para se assegurar as condições necessárias para transformar a realidade de cada município.

Dentro desse contexto, este relatório está organizado em 6 capítulos, incluindo a apresentação e esta introdução. O terceiro capítulo – Síntese Diagnóstico – traz um resumo com os pontos de destaque do diagnóstico e do Plano Diretor atual, que servirão de base para as próximas etapas. Em seguida, o capítulo quatro abarca todo o prognóstico com apresentação de cenários e projeção de Indicadores Socioeconômicos. Já no capítulo cinco são apresentadas a metodologia e definição dos Eixos Prioritários, Objetivos Estratégicos, Ações, Metas e Indicadores e Atores envolvidos em cada objetivo. E no sexto capítulo são apresentadas as propostas concretas de resposta a todos os objetivos e ações planejadas.

3. Síntese Diagnóstico

3.1. Pontos a destacar no diagnóstico

O Produto 2 (Levantamento de dados e Diagnóstico) é fruto de um minucioso trabalho de análise e compreensão de uma série de características do município de Ibitinga, permitindo à municipalidade, ao munícipe e a outros atores interessados em seu desenvolvimento, uma tomada de decisões mais bem embasada e uma maior facilidade para compreensão dos desafios urbanos cotidianos. O diagnóstico traça um panorama geral do território sob responsabilidade da Prefeitura da Estância Turística de Ibitinga, realiza uma contextualização histórica no tempo e no espaço, recupera o plano diretor anterior, instituído em 2006, bem como o zoneamento e projetos vigentes. Trata-se de um documento que também constrói perspectivas em relação ao uso e à ocupação do solo, tratando das propriedades que ocupam e dão uso ao solo, olhando para a questão habitacional, para os aspectos geográficos (como meio físico, demografia, infraestrutura urbana), aspectos socioeconômicos (incluindo aqueles ligados ao turismo, especialmente importante em razão do título de Estância conferido a Ibitinga e pelo fato de a indústria têxtil ser responsável por 40% do total de postos de trabalho do município, além de estar diretamente associada com a produção de bordados, responsáveis por parte da fama de Ibitinga) e serviços públicos (incluindo sistemas de mobilidade urbana).

O Diagnóstico possui ainda dados tabulares, como itinerários das linhas de ônibus e uma relação dos principais diplomas que compõem o marco regulatório. As informações contidas no documento não se limitam ao formato textual, sendo frequentemente acompanhadas de um ou mais mapas, que especializam a análise no território, permitindo uma melhor apreensão por parte do leitor.

Ibitinga pode ser resumida como um município cuja população cresce 1% a.a., atingindo 57,6 mil habitantes em 2018, conforme dados da Seade, sendo que o maior número de habitantes se localiza fora do anel viário. O produto per capita está 25% abaixo da média brasileira e 49% abaixo da média estadual, sendo a indústria têxtil, como mencionado no parágrafo anterior, setor responsável por 40% dos postos de trabalho locais (dados de 2017), contudo, a participação era de 47% em 2012. De fato, a indústria têxtil gera 45% dos empregos formais, porém seu fraco desempenho, em queda desde 2008, tem prejudicado o desempenho econômico do município, não obstante os indícios de importação de insumos e até mesmo de mercadorias para revenda. Como salientado pelo Diagnóstico, o estímulo à economia criativa, em aderência com tendências mundialmente observadas, pode criar oportunidades de desenvolvimento endógeno, aproveitando saberes locais e habilidades técnicas desenvolvidas dentro da atual trajetória, cujo rompimento da dependência é importante para diversificar a economia local, podendo ainda ser associada às potencialidades que caracterizam a Estância, como o patrimônio histórico-cultural. Ibitinga possui apenas 4,4% da vegetação nativa original, o que se deve, entre outros fatores, ao uso

de agrotóxicos e o período de incentivo à produção do etanol (Programa Nacional do Álcool, nos anos 1970), que prejudicaram o bioma do Cerrado. Além disso, o meio rural possui 1.390 propriedades cadastradas pela municipalidade, sendo as atividades deste meio suportadas por, entre outros, a Casa da Agricultura da Coopercitrus e pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

É ainda oportuno mencionar nesta síntese que Ibitinga tem evoluído em termos de saúde e educação, apresentando um desempenho particularmente positivo no ensino fundamental quando comparado com a média do estado. A renda média familiar apresenta heterogeneidade, sendo que as concentrações populacionais de rendas mais elevadas estão localizadas na região central. São quatro as linhas de ônibus municipais existentes, que contrastam com uma frota de aproximadamente 40 mil veículos registrados até julho de 2018, significando uma taxa de 0,39 automóveis por habitante e 0,20 motocicletas por habitantes. Há potencial para implantação de um serviço circular turístico, ampliação da capilaridade e oferta do transporte público coletivo, além da construção de infraestrutura cicloviária ao longo da Av. D. Pedro II.

O relevo do município é suave, com a maior parte do território formada por terrenos planos ou pouco ondulados, o que significa uma declividade que varia entre 3% e 20%. Por se tratar de um relevo plano, a ocupação antrópica é favorecida, tanto que, a partir da análise da expansão da mancha por imagens de satélite desde 1984, foi possível constatar um fenômeno de expansão difusa, agravado porque os loteamentos a nordeste e sudeste representam fragmentos em razão do sistema viário seguir fragmentado, bem como pela existência de algumas barreiras, a despeito da baixa declividade. Minorar a urbanização difusa, que provoca espraiamento do urbano, é um aspecto importante para preservação do meio ambiente e da racionalização do uso dos recursos naturais, bem como dos próprios recursos do erário. No que tange à ocupação do território em áreas de proteção que dialogam com um tecido com feições rurais e, em que pese a noção de uma nova ruralidade que enfoca usos para além do produtivo-agrícola, é flagrante a necessidade de conter a expansão de ranchos e loteamentos que agrupam imóveis de veraneio nos chamados “clubes náuticos”, bem como de realizar uma regulamentação cuidadosa, precisa e extremamente clara das propriedades e edificações existentes, considerada um grande desafio pelo Diagnóstico.

3.2. Pontos a destacar do Plano Diretor anterior

O Plano Diretor instituído pela Lei nº 2908 de 2006 é marcado pela definição de quatro eixos estratégicos, que versam sobre a proteção dos recursos naturais e do meio ambiente, priorização do interesse coletivo em detrimento do interesse individual, inclusão social (versando sobre dignidade da pessoa humana, habitação, cultura, esportes e lazer). Os parcelamentos do solo devem contar com aprovação do Conselho da Cidade, bem como da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental e do Grupo de Análise e Aprovação de

Projetos Habitacionais, quando aplicável. Em conformidade com a Lei Complementar nº 10 de 2009, os instrumentos de Estudo de Impacto de Vizinhança e Estudo de Impacto Ambiental foram regulamentados, sendo necessários para obter licença ou autorização para parcelamento, construção, ampliação, renovação ou funcionamento, bem como os parâmetros e os procedimentos a serem adotados para sua avaliação, no entanto, o Estudo de Impacto de Vizinhança carece de atualização e não tem sido aplicado. Prevê-se ainda a possibilidade de cobrança de outorga onerosa nos termos da Lei Complementar nº 11 de 2019, permitindo contrapartida financeira para alteração do uso, desde que obedecido o que foi disciplinado pelo Zoneamento, atualizado pela última vez em 2018 pela Lei Complementar nº 172.

O Produto 2 (Levantamento de dados e Diagnóstico) considerou o Plano Diretor vigente como bem completo, em vista da quantidade de instrumentos urbanos que apresenta, contudo, sua efetividade ao longo de 12 anos acabou sendo baixa. Entre os aspectos que urge atualização, está o macrozoneamento de caráter ambiental, sendo crucial deter o avanço do urbano em direção ao principal manancial, bem como melhorar a proteção da rede hídrica existente na parcela rural do território; são 247 nascentes e 78 cursos d'água, com destaque para o Tietê e seus tributários, Jacaré-Guaçu, Jacaré-Pepira, São Lourenço e Ribeirão dos Porcos (dados da Fundação Florestal), além deles, o perímetro urbano conta com córregos que apresentam mau cheiro e são prejudicados pelo despejo de esgoto *in natura*, nomeadamente os córregos Água Quente, Capim Fino, São Joaquim, Saltinho e Taquara do Reino. Ibitinga está inserida na Bacia Hidrográfica do Paraná e a hidrovía Tietê-Paraná possui um trecho no município, que atualmente tem sido vocacionada para o transporte regional de cargas de baixo valor agregado. O município possui balanço hídrico confortável de acordo com o SNIRH, entretanto, faz-se necessária cautela na utilização, porque a mesorregião do Araraquara, da qual Ibitinga faz parte, bem como outras mesorregiões próximas (como São José do Rio Preto) estão com o balanço hídrico em estado crítico.

4. Prognóstico

A partir do histórico observado e do diagnóstico elaborado ao longo do *P2 - Levantamentos e Diagnóstico*, pode-se projetar Ibitinga para o horizonte futuro do Plano Diretor. Como se verá, foram elaborados três cenários de desenvolvimento econômico da cidade, com base em diferentes premissas para o crescimento econômico do Brasil como um todo. São eles o Cenário Referencial, o Cenário Otimista e o Cenário Pessimista. Para todos os cenários, a projeção demográfica é a mesma, estimada pela Fundação SEADE. Independente do rumo macroeconômico que o país adote, é fundamental que o planejamento da cidade tenha uma estratégia de desenvolvimento correspondente.

4.1. Proposição de Cenários para a Cidade

Os cenários de crescimento do PIB brasileiro foram construídos com base no Relatório Focus de março de 2019, que retrata a expectativa do mercado para o desempenho nacional daquele momento. A expectativa média de mercado foi adotada para composição dos quatro primeiros anos do Cenário Referencial. Já as expectativas mais pessimistas do mercado, de crescimento de 1% a.a. em termos reais para os próximos quatro anos, foram adotadas no Cenário Pessimista. Enquanto isso, as expectativas mais otimistas de mercado foram adotadas para a formulação do Cenário Otimista.

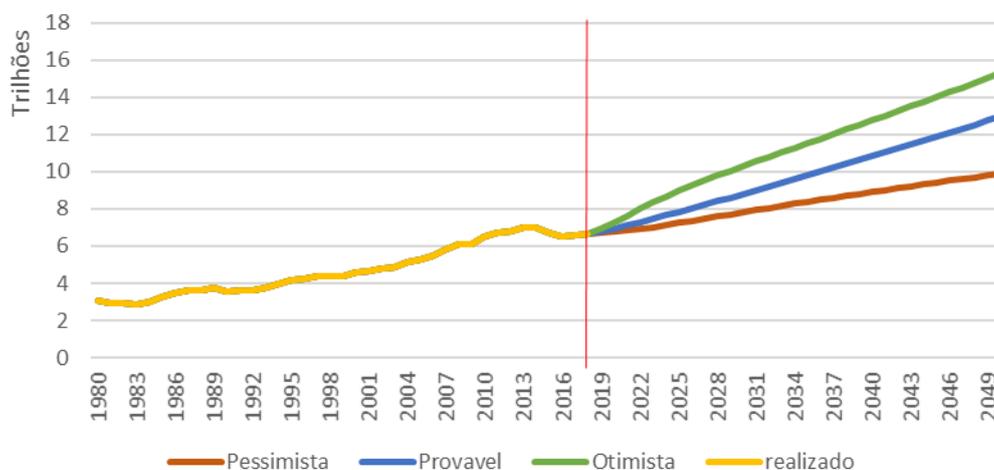
Crescimento do PIB	2019	2020	2021	2022
Pessimista	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%
Referencial	2,0%	2,7%	2,5%	2,5%
Otimista	4,2%	5,0%	5,0%	5,0%

Tabela 4-1: Expectativa de taxa de crescimento do PIB segundo Relatório FOCUS

Para a projeção do crescimento dos demais anos, as taxas de crescimento do PIB Focus foram convertidas em taxa de crescimento do PIB per capita para então esta ser projetada. No caso do Cenário Referencial, o crescimento do PIB estimado para 2022, de 2,5%, equivale a um crescimento do PIB per capita de 1,8%a.a.. Esta taxa de crescimento per capita foi aplicada para o futuro. Enquanto isso, para o Cenário Otimista, o crescimento per capita do PIB parte do desempenho mais otimista estimado pelo mercado para 2022, de 4,3%a.a., convergindo no longuíssimo prazo para a taxa de crescimento per capita do cenário referencial. Já no Cenário Pessimista, o PIB per capita cresce a uma taxa de 1%a.a..

Como resultado, tem-se que o PIB brasileiro partirá dos atuais R\$ 6,63 trilhões de 2018 (a preços de 2017) para R\$ 8,79 trilhões em 2030 no Cenário Referencial. No cenário Pessimista, o PIB nacional ficará em R\$ 7,82 trilhões, enquanto no Cenário Otimista, este chegará a R\$ 10,29 trilhões.

Cenários de Projeção do PIB Brasil



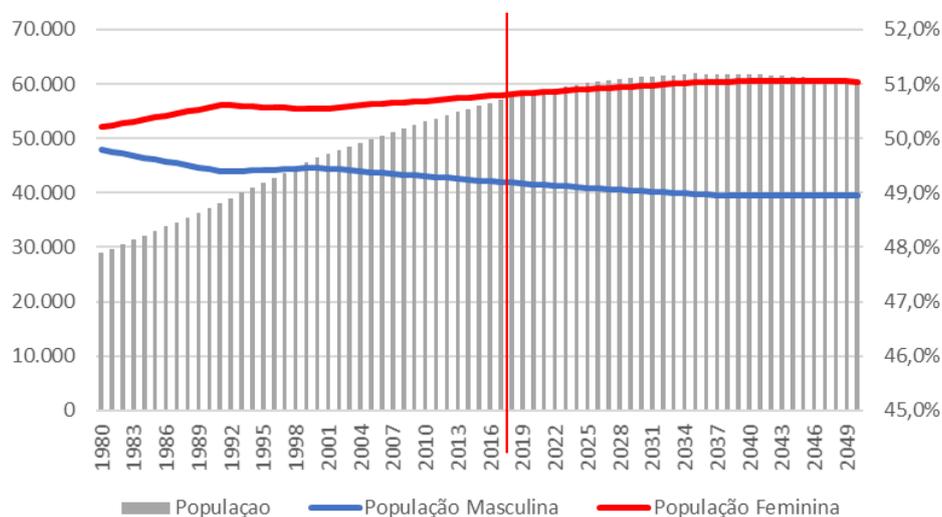
Neste contexto de economia nacional, e seu reflexo no PIB do Estado de São Paulo, que as projeções socioeconômicas de Ibitinga se inserem. O desempenho do: (i) PIB municipal de Ibitinga; (ii) rendimento per capita; (iii) emprego agregado, e; (iv) emprego de cada setor econômico; foi estimado com base nas elasticidades históricas destas variáveis em relação ao PIB do Estado de São Paulo. Este, por sua vez, foi estimado com base em sua elasticidade em relação ao PIB Nacional.

Em todos os cenários, a projeção populacional, e domicílios, é a mesma: aquela estimada pela Fundação SEADE e disponibilizada pelo produtos.seade.gov.br/produtos/projpop/. A SEADE projeta população agregada e por faixa etária. População e renda per capita são variáveis determinantes do consumo de bens públicos, como água, energia e geração de resíduos. A projeção populacional por faixa etária, por sua vez, nos permite estimar, por exemplo, a demanda escolar, a população em idade ativa e o contingente de aposentados. Já a projeção da população total, multiplicada pela renda per capita estimada nos permite dizer qual a massa de renda do município e, com esta, estimar a demanda por áreas comerciais e varejo na cidade. A estimativa de renda nos permite inferir também a população por faixa de renda e, assim, prever a demanda por lotes habitacionais. Tudo sempre dependente do cenário assumido para o desempenho econômico brasileiro.

4.2. Projeção dos Indicadores Socioeconômicos

4.2.1. Demografia

Segundo a Fundação SEADE, a população de Ibitinga, que ao final de 2018 era de cerca 57,5 mil habitantes, chegará a 2030 com 61,4 habitantes, um crescimento da ordem de 0,5%a.a. Cabe destacar que, de acordo com o SEADE, a população passa a decrescer a partir de 2040.



	1980	1990	2000	2010	2020	2030	2040	2050
População	29.014	37.197	46.534	53.100	58.501	61.399	61.882	60.327
Cresc. Médio (%a.a.)		2,52%	2,26%	1,33%	0,97%	0,48%	0,08%	-0,25%

Gráfico 4.1 – Projeção populacional.
Fonte: SEADE. Elaboração: Polo Planejamento

Em adição à desaceleração da taxa de crescimento, outra dinâmica demográfica que merece atenção é o envelhecimento da população. A População em Idade Ativa (PIA), que em 1980 representava 61% da população, em 2018 chega a 72%. Ibitinga passará na próxima década pela chama “janela demográfica”, onde a maior parte da população se encontra em idade ativa, decaindo a partir de 2030. De um lado, a “janela demográfica” representa uma maior pressão sobre o nível de desemprego, uma vez que é maior o contingente de mão de obra. Por outro lado, é o período em que são esperados maiores incrementos de produção e da massa de renda. A partir do momento em que a janela passa, os incrementos de produção

dependem muito mais do ganho contínuo de produtividade dos trabalhadores e, conseqüentemente, do seu nível de qualificação e do capital alocado.

Evolução da pirâmide etária

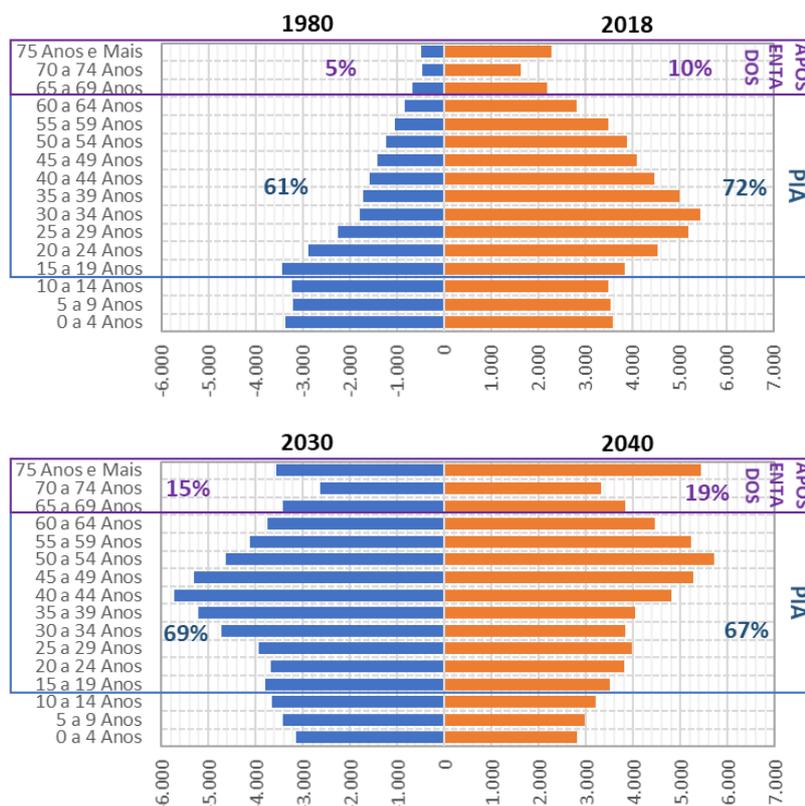


Gráfico 4.2 – Evolução da pirâmide etária.
Fonte: SEADE. Elaboração: Polo Planejamento

Outra consequência desta dinâmica demográfica é o aumento dos custos com previdência, requalificação urbana e serviços públicos da cidade para acolher adequadamente o contingente de idosos/aposentados que está por vir. Em 2018, as pessoas com 65 anos ou mais representam 10% da população de Ibitinga, somando 6.130 pessoas. Este número chegará a 9.600 em 2030, correspondendo a 15% da população e, em 2040, estima-se que sejam 12.600, equivalente a 19% da população da cidade.

Na base da pirâmide etária, enquanto isso, pode-se constatar a estimativa de decréscimo da população em idade escolar, principalmente nas faixas mais novas. Na Tabela 4-2, pode-se visualizar, ainda segundo estimativa do SEADE, que a população de 0 a 4 anos, idade demandante de creches, atinge seu pico em 2020, sendo a demanda por este serviço decrescente nos anos que se seguem. Já as faixas etárias correspondentes aos ensinos fundamental e médio tiveram seu pico na década de 2000 e, na década que se encerra, foi a vez da faixa etária de 18 a 24 anos (maior demandante de ensino superior).

Variável	1980	1990	2000	2010	2020	2030	2040	2050
População	29.014	37.197	46.534	53.100	58.501	61.399	61.882	60.327
PIA*	17.843	23.403	31.408	37.943	41.899	42.581	41.709	38.156
Aposentados	1.584	2.344	3.544	4.655	6.318	9.118	11.763	14.644
Creches (de 0 a 4)	3.290	3.668	3.488	3.251	3.434	2.981	2.632	2.379
Fundamental (de 5 a 14)	6.297	7.782	8.094	7.251	6.850	6.719	5.778	5.148
Médio (de 15 a 17)	2.049	2.150	2.806	2.510	2.033	2.164	1.935	1.655
Superior (de 18 a 24)	4.154	4.701	6.053	6.737	5.722	4.914	4.894	4.191

Tabela 4-2: População de Ibitinga por grupos etários

Fonte: SEADE. Elaboração: Polo Planejamento

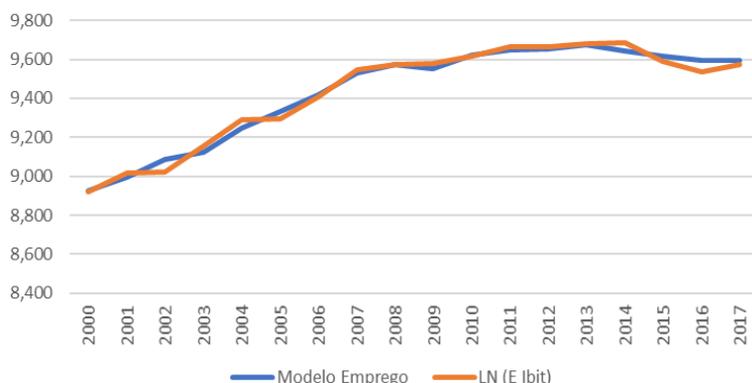
*PIA = População em Idade Ativa

A aba “pop SEADE” da planilha “AnalisesEconomicas_Ibitinga_Projecoes_2019.04.09” apresenta a integral das projeções populacionais de Ibitinga que deram origem à análise supra apresentada. Já a população em idade escolar é reproduzida de forma detalhada na aba “educação”.

4.2.2. Emprego

A projeção do emprego em Ibitinga foi feita em duas etapas. A primeira delas foi estimar o nível de emprego agregado no município, ou seja, de todos os setores econômicos. Na segunda etapa, estima-se qual a distribuição deste emprego entre os diversos setores, como: indústria, comércio e serviços.

Para a projeção do emprego agregado, testou-se o comportamento desta frente a diversas variáveis econômicas, obtendo-se o emprego de Ibitinga como função do PIB do Estado de São Paulo. No Gráfico 4.3 é possível visualizar a aderência do modelo elaborado (representado pela linha azul) frente ao emprego efetivamente observado (representado pela linha laranja). Já na tabela ao lado são apresentados os coeficientes obtidos e suas significâncias estatísticas, medidas pelo P-Valor, assim como a capacidade explicativa do modelo, medida pelo R^2 . O R^2 (R-Quadrado) pode variar de 0 a 1 e melhor é a capacidade explicativa do modelo, quanto mais próximo de 1 ele é. O Valor-P, enquanto isso, mede a probabilidade de o parâmetro escolhido ser igual a 0, ou seja, de ser estatisticamente insignificante. Assim, quanto menor o valor do Valor-P, mais significativo é o parâmetro no modelo.



Estatística de regressão		
R-Quadrado	0,98414	
R-quadrado ajustado	0,98074	
	Coef.	valor-P
Interseção	-5,56962	0,04506
LN (PIB SP)	0,68511	0,00006
Trend	0,06086	0,00000
Crise SP	-0,02003	0,29376

Gráfico 4.3 – Parâmetros e aderência da função de emprego em Ibitinga

Como resultado, tem-se que o crescimento de 1p.p. no PIB do Estado de São Paulo contribuiu para o crescimento de aproximadamente 0,65p.p. do emprego de Ibitinga. A variável “trend” é um parâmetro de incremento da tendência de crescimento, observado entre 2000 e 2007, quando o crescimento do emprego local fora mais forte, seguindo de forma mais suave entre 2008 e 2013. Já o parâmetro “Crise SP” é uma *dummy*, variável qualitativa que reduz o nível de emprego, aplicada para os anos de crise, de 2014 a 2017.

Ibitinga passou por um forte crescimento do nível de emprego formal na primeira década dos anos 2000, chegando ao patamar de 15 mil empregos em 2010. Em 2014, esta estatística atingiu o seu pico, com 16.123 empregos, sendo contraída nos anos seguintes. Os três cenários formulados apontam para um patamar de cerca de 20 mil empregos para o ano 2030. O Cenário Referencial indica que a cidade gerará quase 19.000 empregos, enquanto no Cenário Otimista os empregos ultrapassam 21.000. Já no Cenário Pessimista, eles se limitam a 17.000, nível pouco superior ao observado em 2014.

Emprego Agregado	2000	2010	2020	2030	2040	2050
Pessimista	7.504	15.017	15.473	17.286	19.095	20.671
crescimento a.a. (%)		7,18%	0,30%	1,11%	1,00%	0,80%
Referencial	7.504	15.017	15.786	18.904	22.144	25.419
crescimento a.a. (%)		7,18%	0,50%	1,82%	1,59%	1,39%
Otimista	7.504	15.017	16.322	21.318	25.104	28.826
crescimento a.a. (%)		7,18%	0,84%	2,71%	1,65%	1,39%

Tabela 4-3 – Projeção do Nível de Emprego em Ibitinga

Esta desaceleração do nível de emprego, mesmo no Cenário Otimista, frente ao histórico observado é explicada, como apontado no item 18.2 do **P2 - Levantamentos e Diagnóstico**, pelo contexto da indústria de confecção, que passa por um processo de mecanização (processo já enfrentado pelas atividades agrícolas na região). Outro fator que contribuiu significativamente para o crescimento econômico, em termos percentuais, entre 2000-2010 foi a dinâmica demográfica. Neste período, como visto no item anterior, tanto a população, quanto a população em idade ativa (PIA), cresceram a taxas mais elevadas do que o crescimento que se projeta para a região. Mesmo assim, como se verá na Tabela 4-4 a taxa de ocupação da PIA chegou a no máximo de 40%, ou seja, 60% da população em idade ativa ainda estava desocupada. De acordo com o Cenário Referencial, a taxa de ocupação da PIA chega a 67% em 2050. Finalmente, a desaceleração em termos percentuais

Seguindo para a segunda etapa da projeção do emprego: a estimativa por setor econômico; agruparam-se os empregos por código CNAE do histórico da RAIS em treze grupos:

- Administração Pública
- Agropecuária
- Saúde e Serviços Sociais
- Construção civil
- Educação
- Indústria Têxtil
- Comércio Têxtil
- Demais comércios
- Demais Indústrias
- Alimentação
- Hotéis e turismo
- Economia Criativa
- Outros setores

Os grupos 'Administração Pública', 'Agropecuária', 'Saúde e Serviços Sociais', 'Construção civil' e 'Educação' apresentam funções próprias, desassociadas ao nível de emprego local. Já para as demais atividades, calculou-se a elasticidade do emprego no setor, dado o incremento de emprego agregado no município.

Como resultado, pode-se constatar que os setores 'Alimentício' e 'Economia Criativa' são aqueles mais impactados, em termos percentuais, pelo nível de atividade econômica do município – ainda bastante incipientes – seguidos por 'Hotéis e Turismo', 'Demais Comércios' e 'Demais Indústrias'. Em números absolutos, todavia, o emprego acaba sendo mais representativo no 'Indústria Têxtil', 'Demais comércios' (que não têxtil) e em 'Outros setores' (serviços): a cada 100 empregos gerados em Ibitinga até 2030, 33 serão em 'Demais comércios', 28 em 'Outros setores' e 13 na 'Indústria Têxtil'.

Como é possível visualizar através do Gráfico 4.4, mesmo com a indústria e comércio têxtil se mantendo como principal empregador isolado no município, as atividades de comércio não-têxtil e serviços ganham, passando de 28% dos empregos em 2018, para 34% em 2030. Indústria e comércio têxtil representaram 43% dos empregos formais de Ibitinga em 2018 e, em 2030, espera-se que representem 38% dos empregos registrados no município.

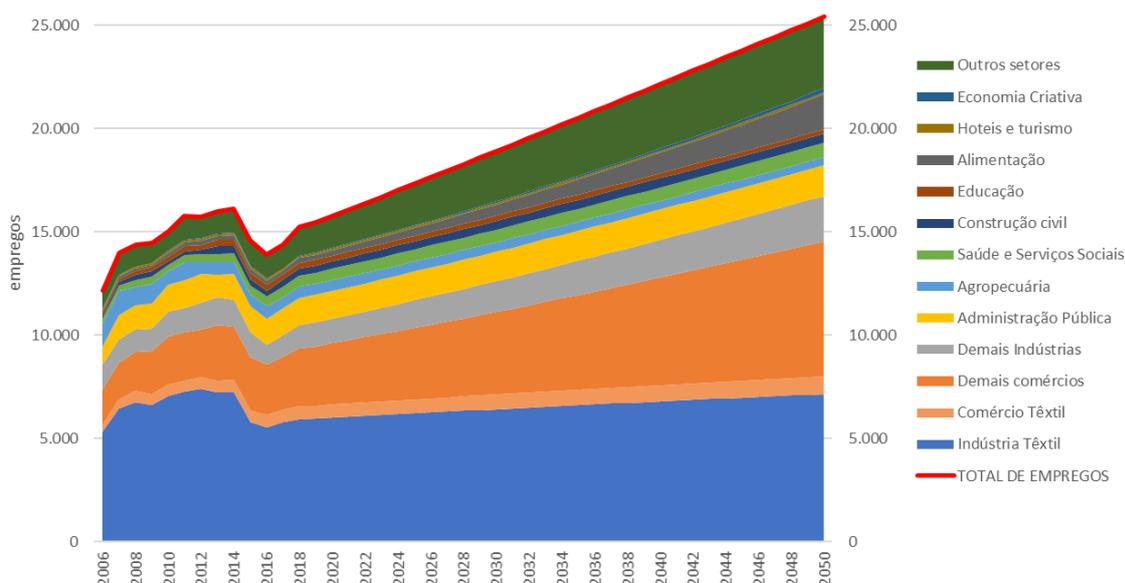


Gráfico 4.4 – Emprego por setor econômico para o Cenário Referencial

Ao comparar o Cenário Otimista com o Referencial, **fica ainda mais evidente a relevância da diversificação econômica para o município**, uma vez que nesse cenário, a participação da indústria e comercial têxtil fica em 35% do total de empregos em 2030, enquanto comércio não-têxtil e serviços chegam a 37%.

Cenário Pessimista	2010	2020	2030	2040	2050
Emprego	15.017	15.473	17.286	19.095	20.671
Indústria	8.245	7.120	7.542	7.952	8.302
crescimento a.a. (%)		-1,46%	0,58%	0,53%	0,43%
Comércio	2.875	3.499	4.123	4.786	5.396
crescimento a.a. (%)		1,98%	1,65%	1,50%	1,21%
Serviços	1.380	2.158	2.865	3.579	4.193
crescimento a.a. (%)		4,57%	2,87%	2,25%	1,60%
Agropecuária	645	523	457	418	391
crescimento a.a. (%)		-2,08%	-1,34%	-0,88%	-0,68%
Serviços Públicos	1.872	2.173	2.299	2.360	2.389
crescimento a.a. (%)		1,50%	0,57%	0,26%	0,12%
Emprego/PIA	40%	37%	41%	46%	54%

Cenário Referencial	2010	2020	2030	2040	2050
Emprego	15.017	15.786	18.904	22.144	25.419
Indústria	8.245	7.194	7.910	8.626	9.330
crescimento a.a. (%)		-1,35%	0,95%	0,87%	0,79%
Comércio	2.875	3.603	4.711	5.984	7.394
crescimento a.a. (%)		2,28%	2,72%	2,42%	2,14%
Serviços	1.380	2.293	3.527	4.755	5.915
crescimento a.a. (%)		5,21%	4,40%	3,03%	2,21%
Agropecuária	645	523	457	418	391
crescimento a.a. (%)		-2,08%	-1,34%	-0,88%	-0,68%
Serviços Públicos	1.872	2.173	2.299	2.360	2.389
crescimento a.a. (%)		1,50%	0,57%	0,26%	0,12%
Emprego/PIA	40%	38%	44%	53%	67%
Cenário Otimista	2010	2020	2030	2040	2050
Emprego	15.017	16.322	21.318	25.104	28.826
Indústria	8.245	7.320	8.448	9.265	10.049
crescimento a.a. (%)		-1,18%	1,44%	0,93%	0,82%
Comércio	2.875	3.783	5.638	7.238	8.965
crescimento a.a. (%)		2,78%	4,07%	2,53%	2,16%
Serviços	1.380	2.523	4.477	5.822	7.031
crescimento a.a. (%)		6,22%	5,90%	2,66%	1,91%
Agropecuária	645	523	457	418	391
crescimento a.a. (%)		-2,08%	-1,34%	-0,88%	-0,68%
Serviços Públicos	1.872	2.173	2.299	2.360	2.389
crescimento a.a. (%)		1,50%	0,57%	0,26%	0,12%
Emprego/PIA	40%	39%	50%	60%	76%

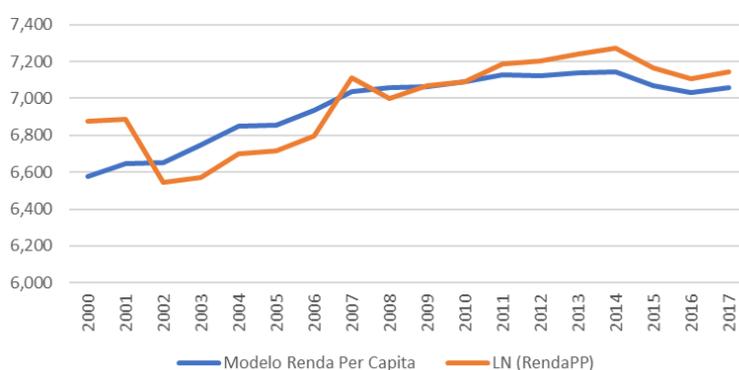
Tabela 4-4 – Emprego por setor econômico para os cenários pessimista, referencial e otimista

*Serviços Públicos incluem administração pública, saúde e serviços sociais.

A aba “PIB” apresenta o modelo de geração do emprego agregado, enquanto a aba “EmpSetor” da planilha “AnalisesEconomicas_Ibitinga_Projecoes_2019.04.09” apresenta as projeções para os empregos por setores em Ibitinga.

4.2.3. Renda per Capita e Massa de Rendimentos

De forma análoga à projeção do emprego, a partir da série histórica, testou-se o comportamento da renda per capita em função de diversas variáveis econômicas. Por fim, obteve-se a renda per capita como função do emprego. No Gráfico 4.5 é possível visualizar a aderência do modelo elaborado (linha azul) frente à efetivamente renda per capita observada (linha laranja). Já na tabela ao lado são apresentados os coeficientes obtidos e suas significâncias estatísticas, assim como a capacidade explicativa do modelo.



Estatística de regressão		
R-Quadrado	0,66034	
R-quadrado ajustado	0,63911	
	<i>Coef.</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	-0,006325	0,9960
Emprego	0,737910	0,00004

Gráfico 4.5 - Parâmetros e aderência da função de renda per capita em Ibitinga

No caso dos rendimentos, a variável determinante que se mostrou significativa foi o nível de emprego da cidade, sendo que para cada 1p.p. incremental do nível de emprego, aumenta-se 0,73p.p. do nível de rendimento per capita. Esta relação pode desviar no curto prazo, como visto no gráfico de aderência, mas se mantém válida para a tendência de longo prazo.

O rendimento per capita foi incrementado significativamente nos anos 2000, atingindo seu melhor desempenho em 2014, quando chegou a R\$ 1.440 mensais (a preços de 2017), sendo comprometida nos anos seguintes. Ao final de 2017 a renda per capita média era de R\$ 1.270. Projeta-se, para o Cenário Referencial, que ela atinja R\$ 1.422/mês em 2030, um crescimento equivalente a 1,34% a.a. em termos reais. A título de comparação, o rendimento per capita médio do Estado de São Paulo foi de R\$ 1.178/mês em 2014 e de R\$ 1.072/mês em 2017. Neste mesmo contexto referencial, o rendimento médio do Estado ficaria em R\$ 1.329/mês em 2030. Ou seja, o nível de rendimento médio de Ibitinga se mantém sempre um pouco acima da média do Estado de São Paulo.

Renda per capita (R\$/mês)	1990	2000	2010	2020	2030	2040	2050
Pessimista	627	972	1.199	1.227	1.331	1.433	1.519
crescimento a.a. (%)	0,88%	4,48%	2,13%	0,23%	0,82%	0,74%	0,59%
Referencial	627	972	1.199	1.245	1.422	1.598	1.770
crescimento a.a. (%)	0,88%	4,48%	2,13%	0,37%	1,34%	1,17%	1,02%
Otimista	627	972	1.199	1.276	1.554	1.753	1.942
crescimento a.a. (%)	0,88%	4,48%	2,13%	0,62%	1,99%	1,21%	1,03%

Tabela 4-5 – Projecção da Renda per Capita em Ibitinga por Cenário

No Cenário Otimista, o crescimento da renda per capita chega a 1,99%a.a., atingindo R\$ 1.554/mês em 2030. Já no Cenário Pessimista a renda per capita se limita a R\$ 1.331 neste mesmo ano.

Ao multiplicar a renda per capita pela população, tem-se a massa de rendimentos proveniente dos habitantes da cidade. Este é ponto de partida para estimar a demanda habitacional e por áreas comerciais.

A construção da projeção dos rendimentos per capita também está apresentada na aba “PIB” da planilha “AnalisesEconomicas_Ibitinga_Projecoes_2019.04.09”.

4.2.4. Famílias e classe de rendimento

Além da projeção populacional por faixa etária, o SEADE também projeta a quantidade de famílias (e o número médio de pessoas por unidade familiar). A partir da tabela “Famílias residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento nominal mensal familiar per capita”, do Censo, e da projeção de quantidade de famílias e da renda per capita estimada, pode-se então inferir a distribuição das famílias em função das faixas de renda per capita, em salários mínimos (SM), ao longo do tempo.

Cenário Pessimista	2000	2010	2020	2030	2040	2050
Famílias	14.584	16.823	20.424	23.127	24.653	25.165
Sem Rendimento	340	643	815	869	846	729
até 1 SM	4.708	7.586	8.881	9.886	10.413	10.572
de 1 a 2 SM	5.030	6.275	7.825	8.984	9.670	9.944
de 2 a 3 SM	1.963	1.264	1.594	1.875	2.077	2.202
de 3 a 5 SM	1.242	680	842	974	1.059	1.101
de 5 a 10 SM	854	285	349	398	428	440
> 10 SM	447	90	117	142	161	176
Cenário Referencial	2000	2010	2020	2030	2040	2050
Famílias	14.584	16.823	20.424	23.127	24.653	25.165
Sem Rendimento	340	643	805	813	732	531
até 1 SM	4.708	7.586	8.617	9.272	9.371	9.091
de 1 a 2 SM	5.030	6.275	7.825	8.984	9.670	9.944
de 2 a 3 SM	1.963	1.264	1.743	2.241	2.713	3.146
de 3 a 5 SM	1.242	680	923	1.169	1.393	1.573
de 5 a 10 SM	854	285	382	478	563	629
> 10 SM	447	90	128	169	211	252

Cenário Otimista	2000	2010	2020	2030	2040	2050
Famílias	14.584	16.823	20.424	23.127	24.653	25.165
Sem Rendimento	340	643	789	731	621	389
até 1 SM	4.708	7.586	8.291	8.433	7.726	6.433
de 1 a 2 SM	5.030	6.275	7.825	8.984	9.670	9.944
de 2 a 3 SM	1.963	1.264	1.929	2.745	3.678	4.718
de 3 a 5 SM	1.242	680	1.024	1.439	1.903	2.359
de 5 a 10 SM	854	285	424	589	770	944
> 10 SM	447	90	141	207	286	377

*Tabela 4-6 – Famílias por Faixa de Renda
Elaboração: Polo Planejamento*

Como era de se esperar, as famílias vão migrando para faixas de renda mais altas em ritmo mais acelerado no Cenário Otimista. Esta distribuição de famílias que será base para a demanda de lotes habitacionais.

A construção da projeção das famílias por faixa de renda per capita está apresentada na aba “famílias faixa renda” da planilha “AnalisesEconomicas_Ibitinga_Projecoes_2019.04.09”.

4.2.5. Projeção da Frota de Veículos

A frota de veículos foi estimada a partir do histórico de registros no Denatran. Inicialmente agregou-se os diversos tipos de veículos nos seguintes grupos: (i) Automóveis e utilitários; (ii) Motocicletas e similares; (iii) Caminhões e caminhonetes, e; (iv) Ônibus e micro-ônibus. Os veículos que não se enquadravam nessas categorias, como tratores, quadriciclos e side-cars, foram desconsiderados nas projeções. A partir das agregações, calculou-se ano a ano a taxa de motorização (veículos por habitantes), para então ser projetada a taxa de motorização a ser aplicada a projeção populacional.

A relação de automóveis por habitante em Ibitinga era de 0,180 em 2000, chegando a 0,384 veículos por habitante em 2018. Projeta-se que esta relação chegue a 0,492 em 2030, se estabilizando pouco acima deste patamar nos anos seguintes. A relação de motocicletas por habitante, enquanto isso, parte de 0,219 em 2018, para 0,310 em 2030.

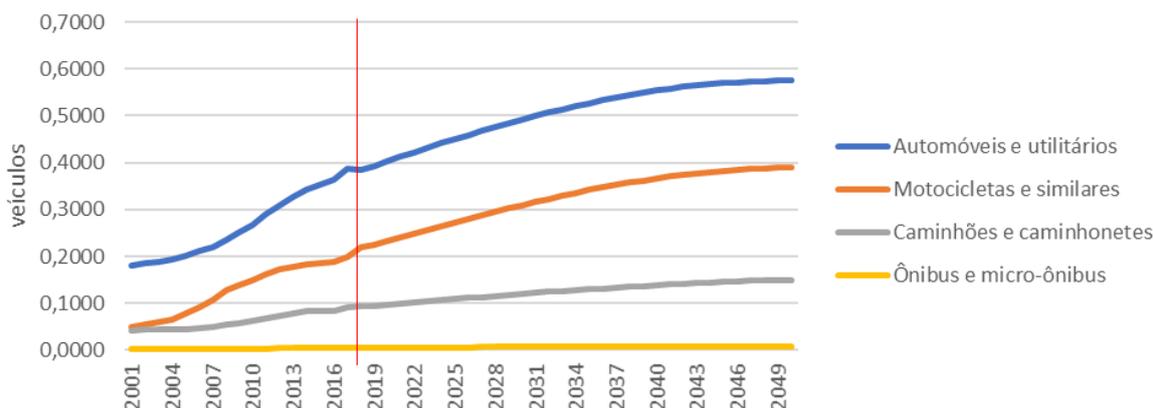


Gráfico 4.6 – Projeção da taxa de motorização por tipo de veículo em Ibitinga para o Cenário Referencial

Aplicando as taxas de motorização por grupo de veículo obtidas em cada um dos três cenários estudados à projeção populacional, obtém-se a frota de veículos registrada na cidade. Como a taxa de motorização apresenta um forte componente tendencial, sendo também bastante influenciada por políticas públicas, ela acaba variando pouco em função da renda, como é possível constatar através da Tabela 4-7. No Cenário Referencial, a frota de veículos é de 57 mil em 2030, um incremento de mais de 40% em relação à frota de 2018, enquanto no Cenário Otimista chega a 58,4 mil e, no Cenário Pessimista, fica restrita a pouco menos de 56 mil.

Cenário Pessimista	2000	2010	2020	2030	2040	2050
Frota de Veículos	12.942	25.635	43.132	55.996	64.041	64.828
Automóveis e utilitários	8.499	14.234	23.588	30.132	34.110	34.454
Motocicletas e similares	2.337	7.900	13.562	18.229	21.180	21.334
Caminhões e caminhonetes	2.026	3.312	5.675	7.218	8.311	8.660
Ônibus e micro-ônibus	80	189	307	416	440	380
Cenário Referencial	2000	2010	2020	2030	2040	2050
Frota de Veículos	12.942	25.635	43.300	57.007	66.003	67.631
Automóveis e utilitários	8.499	14.234	23.603	30.221	34.277	34.689
Motocicletas e similares	2.337	7.900	13.689	19.006	22.695	23.495
Caminhões e caminhonetes	2.026	3.312	5.700	7.360	8.585	9.060
Ônibus e micro-ônibus	80	189	308	420	446	387

Cenário Otimista	2000	2010	2020	2030	2040	2050
Frota de Veículos	12.942	25.635	43.584	58.424	67.756	69.452
Automóveis e utilitários	8.499	14.234	23.629	30.341	34.418	34.833
Motocicletas e similares	2.337	7.900	13.904	20.103	24.063	24.914
Caminhões e caminhonetes	2.026	3.312	5.742	7.556	8.823	9.312
Ônibus e micro-ônibus	80	189	309	424	451	392

Tabela 4-7 – Projeção da frota de veículos

O histórico e projeção da frota de veículos está apresentada na aba “frota” da planilha “AnalisesEconomicas_Ibitinga_Projecoes_2019.04.09”.

4.2.6. Demanda Habitacional

Tendo a projeção das famílias por classe de rendimento, pode-se então estimar a demanda por lotes habitacionais (e demanda por área de terreno e área potencial construída), para os três cenários simulados: Referencial, Otimista e Pessimista. Cabe destacar que o número de famílias será o mesmo nos três cenários, mudando apenas o tamanho do lote demandado, em função da classe de rendimentos familiar.

No Cenário Referencial, 21.311 famílias se encontrarão nas faixas de renda per capita de até 3 salários mínimos; 5.543 famílias a mais do que as registradas no Censo 2010, sendo que 813 famílias não terão qualquer tipo de rendimento.

Cenário Pessimista	Tamanho do Lote (m ²)	2000	2010	2020	2030	2040	2050
Famílias		14.584	16.823	20.424	23.127	24.653	25.165
Sem Rendimento	125	340	643	815	869	846	729
até 1 SM	125	4.708	7.586	8.881	9.886	10.413	10.572
de 1 a 2 SM	125	5.030	6.275	7.825	8.984	9.670	9.944
de 2 a 3 SM	125	1.963	1.264	1.594	1.875	2.077	2.202
de 3 a 5 SM	200	1.242	680	842	974	1.059	1.101
de 5 a 10 SM	250	854	285	349	398	428	440
> 10 SM	450	447	90	117	142	161	176

Cenário Referencial	Tamanho do Lote	2000	2010	2020	2030	2040	2050
---------------------	-----------------	------	------	------	------	------	------

		(m ²)						
Famílias		14.584	16.823	20.424	23.127	24.653	25.165	
Sem Rendimento	125	340	643	805	813	732	531	
até 1 SM	125	4.708	7.586	8.617	9.272	9.371	9.091	
de 1 a 2 SM	125	5.030	6.275	7.825	8.984	9.670	9.944	
de 2 a 3 SM	125	1.963	1.264	1.743	2.241	2.713	3.146	
de 3 a 5 SM	200	1.242	680	923	1.169	1.393	1.573	
de 5 a 10 SM	250	854	285	382	478	563	629	
> 10 SM	450	447	90	128	169	211	252	
		Cenário Otimista						
		Tamanho do Lote (m ²)	2000	2010	2020	2030	2040	2050
Famílias			14.584	16.823	20.424	23.127	24.653	25.165
Sem Rendimento	125		340	643	789	731	621	389
até 1 SM	125		4.708	7.586	8.291	8.433	7.726	6.433
de 1 a 2 SM	125		5.030	6.275	7.825	8.984	9.670	9.944
de 2 a 3 SM	125		1.963	1.264	1.929	2.745	3.678	4.718
de 3 a 5 SM	200		1.242	680	1.024	1.439	1.903	2.359
de 5 a 10 SM	250		854	285	424	589	770	944
> 10 SM	450		447	90	141	207	286	377

Tabela 4-8 – Demanda por lotes habitacionais

O Gráfico 4.7 apresenta o total de área de terreno demandada e a configuração de lotes e classe de rendimento estimada para as famílias de Ibitinga no Cenário Referencial.

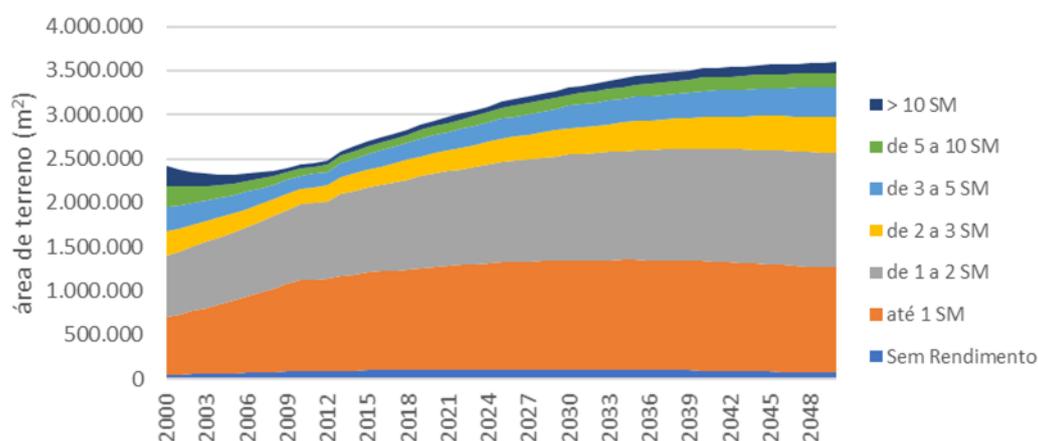


Gráfico 4.7 - Evolução da área de terreno demanda para fins habitacionais, por faixa de rendimento familiar

A projeção para a demanda habitacional está contida na aba “habitação” da planilha “AnalisesEconomicas_Ibitinga_Projecoes_2019.04.09”.

4.2.7. Demanda por Áreas Comerciais e de Serviços

Além da demanda habitacional, também é possível estimar a demanda por áreas destinadas a lojas e escritórios. A partir da massa de rendimentos mensais e cesta de consumo das famílias fornecidas pela POF (Pesquisa de Orçamento Familiares), calcula-se qual a demanda por parte dos habitantes da cidade, de artigos como: Gêneros Alimentícios; Conveniência; Vestuário; Artigos do Lar; Artigos Diversos; Construção, e Alimentação Fora do Lar. Com base neste consumo mensal, estima-se qual a área necessária para se viabilizar tal comércio adequadamente (em ABL – Área Bruta Locável). Com posse do ABL, pode-se então estimar tanto a área construída necessária, quanto a área de terreno.

Enquanto isso, as áreas de serviços (escritórios) são estimadas com base no número de empregos locais, nos setores de serviços.

Como resultado, obtém-se que a área plana destinada a comércio chegará a cerca de 153 mil m² em 2030 para o Cenário Referencial, uma área 13% superior aos 135 mil m² potencialmente demandados em 2018. No cenário Otimista a área chega a 167 mil m², enquanto no Cenário Pessimista se limita a 142 mil m². A área destinada a serviços, enquanto isso, fica em 96 mil m² no Cenário Referencial. De qualquer forma, é uma demanda bem pequena frente à demanda habitacional por terras.

Cenário Pessimista	2000	2010	2020	2030	2040	2050
Área de Terreno (m²)	2.503.186	2.575.777	3.112.644	3.494.059	3.703.310	3.766.602
Habitação	2.415.525	2.432.875	2.919.050	3.273.050	3.459.975	3.508.150
Comércio	87.661	105.228	134.676	142.784	145.640	143.991
Serviços	0	37.674	58.918	78.225	97.694	114.460
Cenário Referencial	2000	2010	2020	2030	2040	2050
Área de Terreno (m²)	2.503.186	2.575.777	3.135.625	3.557.800	3.813.619	3.924.302
Habitação	2.415.525	2.432.875	2.933.850	3.308.525	3.521.625	3.596.025
Comércio	87.661	105.228	139.173	152.976	162.190	166.799
Serviços	0	37.674	62.602	96.300	129.804	161.478
Cenário Otimista	2000	2010	2020	2030	2040	2050
Área de Terreno (m²)	2.503.186	2.575.777	3.166.324	3.648.224	3.961.761	4.138.584
Habitação	2.415.525	2.432.875	2.952.075	3.358.200	3.615.050	3.742.125
Comércio	87.661	105.228	145.362	167.808	187.768	204.501
Serviços	0	37.674	68.886	122.215	158.943	191.958

Tabela 4-9 – Demanda por áreas urbanas

As projeções para a demanda de áreas comerciais e de serviços estão apresentadas nas abas “comercio” e “serviços”, respectivamente, da planilha “AnalisesEconomicas_Ibitinga_Projecoes_2019.04.09”.

4.2.8. Consumo de Energia

Sendo os dados disponíveis para o consumo de energia bastante detalhados e com histórico consistente, faz-se possível projetar o consumo de energia de maneira mais precisa. O site dadosenergeticos.energia.sp.gov.br disponibiliza o histórico anual de consumo, e quantidade instalações, para o período de 2006 a 2017, segmentado por tipo de consumidor: (i) Residencial; (ii) Comercial; (iii) Rural; (iv) Industrial; (v) Iluminação Pública; (vi) Poder Público; (vii) Serviço Público, e; (ix) Consumo Próprio.

Para cada tipo de consumidor foi identificada uma função específica, o que permitiu projetar o consumo de energia elétrica da cidade de forma desagregada. O consumo da cidade é majoritariamente residencial. Em 2018, este representou cerca de 43% da energia elétrica consumida na cidade. O segundo maior consumidor é a indústria, representando 22% e o terceiro é o comércio, com 16%.

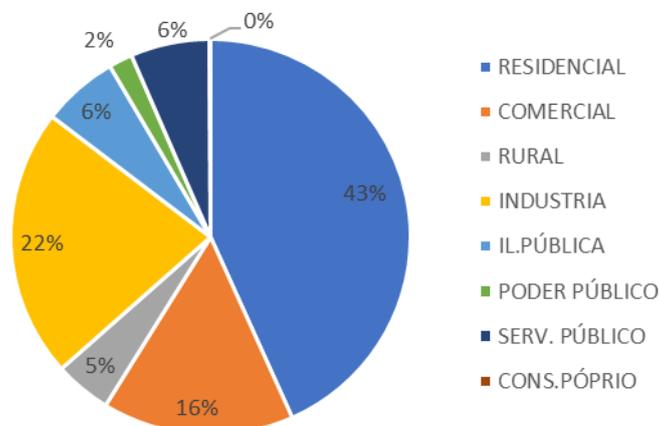


Gráfico 4.8 – Perfil do Consumo de Energia Elétrica

Com o crescimento da cidade e a intensificação das atividades comerciais e de serviço, o consumo energético é incrementado. Pelo Cenário Referencial, espera-se que em 2030 sejam consumidos 143.862 MWh/ano, sendo 45% correspondente a residências e 19% devido ao comércio.

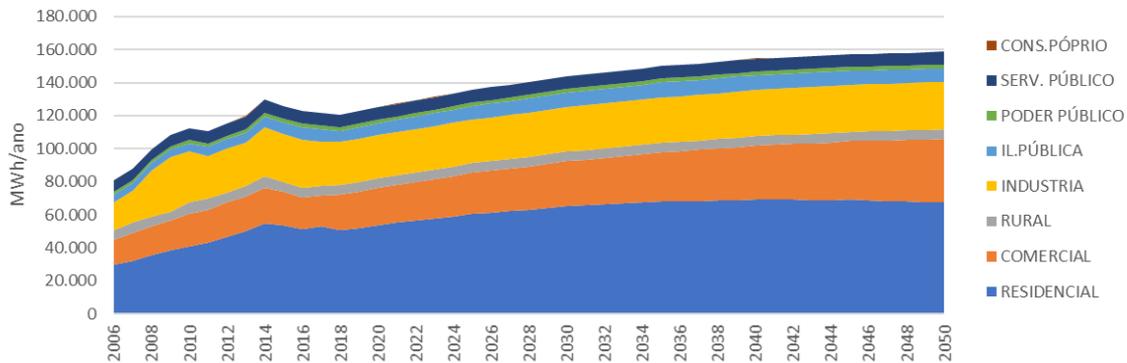
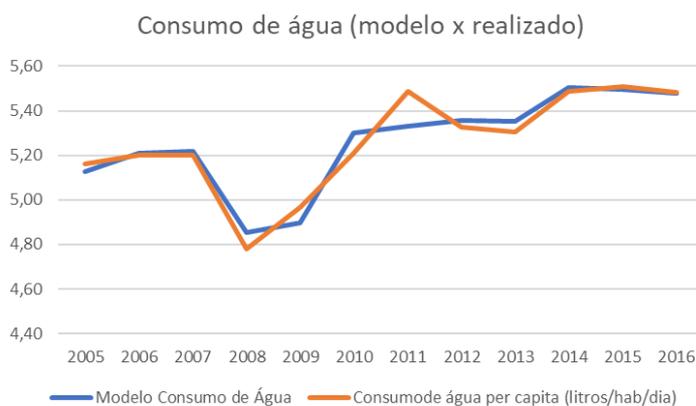


Gráfico 4.9 – Consumo de energia Elétrica por tipo de consumidor (MWh/ano)
Elaboração: Polo Planejamento

O histórico e a projeção do consumo de energia estão apresentados na aba “energia” da planilha “AnálisesEconomicas_Ibitinga_Projecoes_2019.04.09”.

4.2.9. Consumo de Água e Geração de Esgoto

Para a projeção do consumo de água (e geração de esgoto) adotou-se como base os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, em particular a informação para o “Consumo médio per capita de água (litros/hab/dia)”. Também neste caso foi feita uma regressão do consumo per capita de água como função do PIB per capita e de variáveis discricionárias, como períodos de cheia e secas.



Estatística de regressão		
R múltiplo	0,956563	
R-Quadrado	0,915012	
R-quadrado ajustado	0,883142	
	Coeficientes	valor-P
Interseção	-2,10348	0,444555
PIB Per Capita	0,732008	0,022528
Seca	-0,36437	0,000389
Cheia	0,205056	0,004892

Como resultado, no Cenário Referencial o consumo de água parte de 240,8 litros por habitante por dia, de 2016 (último dado disponível), para 253,0 litros por habitante por dia em 2030. No Cenário Otimista o consumo atinge 283,4 litros/hab/dia e, no Cenário Pessimista, fica restrito a 232,5 litros/hab/dia. Cabe ressaltar que não há, para esta estimativa, nenhuma premissa de mudança do padrão do consumo, seja por melhoria dos equipamentos hídricos, seja por conscientização ambiental.

Aplicando a taxa de consumo per capita na população projetada, tem-se o consumo de água, em litros por dia. O mesmo volume da água consumida corresponde ao esgoto gerado a ser coletado e tratado.

Consumo de Água (litros/dia)	2010	2020	2030	2040	2050
Pessimista	8.688.530	14.284.546	14.273.601	15.483.073	16.267.745
crescimento a.a. (%)		5,10%	-0,01%	0,82%	0,50%
Referencial	8.688.530	14.557.475	15.532.289	17.808.251	19.776.693
crescimento a.a. (%)		5,30%	0,65%	1,38%	1,05%
Otimista	8.688.530	15.024.343	17.399.513	20.048.705	22.271.046
crescimento a.a. (%)		5,63%	1,48%	1,43%	1,06%

Tabela 4-10 – Consumo de água (litros/dia)
Elaboração: Polo Planejamento

O histórico e projeção do consumo de água está apresentado na aba “água e esgoto” da planilha “AnalisesEconomicas_Ibitinga_Projecoes_2019.04.09”.

4.2.10. Geração de Resíduos Sólidos

Finalmente, também para a projeção da geração de resíduos sólidos foram adotados como base os dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS. A partir deles, pode-se estimar a massa de resíduos domiciliares e públicos a serem coletados diariamente ao longo do horizonte de análise.

Neste caso, a massa de resíduos sólidos per capita gerada diariamente foi projetada em função dos rendimentos per capita. Já a massa de resíduos sólidos públicos foi projetada em função da população.

Ao aplicar a massa per capita de resíduos gerada à população projetada, obteve-se a massa total de resíduos sólidos gerados no município, sempre para os três cenários simulados.

Geração de Resíduos Sólidos (kg/dia)	2010	2020	2030	2040	2050
Pessimista	55.324	58.872	64.818	68.763	70.396
Resíduos Domiciliares	41.066	42.403	47.836	51.473	52.883
Resíduos Públicos	14.258	16.469	16.982	17.291	17.512

Geração de Resíduos Sólidos (kg/dia)	2010	2020	2030	2040	2050
crescimento a.a. (%)		0,62%	0,97%	0,59%	0,23%
Referencial	55.324	59.427	67.715	74.081	78.241
Resíduos Domiciliares	41.066	42.958	50.733	56.791	60.728
Resíduos Públicos	14.258	16.469	16.982	17.291	17.512
crescimento a.a. (%)		0,72%	1,31%	0,90%	0,55%
Otimista	55.324	60.371	71.920	79.063	83.631
Resíduos Domiciliares	41.066	43.902	54.938	61.772	66.118
Resíduos Públicos	14.258	16.469	16.982	17.291	17.512
crescimento a.a. (%)		0,88%	1,77%	0,95%	0,56%

*Tabela 4-11 – Geração de Resíduos Sólidos (kg/dia)
Elaboração: Polo Planejamento*

O histórico e a projeção da geração de resíduos sólidos, domiciliares e públicos, estão apresentados na aba “resíduos sólidos” da planilha “Análises Economicas_Ibitinga_Projecoes_2019.04.09”.

5. Metodologia para definição dos Objetivos, Diretrizes e Ações

5.1. Parte 1 - Com Técnicos da Prefeitura – benchmark, reuniões e formulário

Como já mencionado, por meio do Diagnóstico foi possível construir uma leitura técnica e comunitária de Ibitinga, compreendendo todas as dimensões dos problemas e potencialidades existentes atualmente na cidade. Tal análise possibilitou a elaboração do capítulo anterior, o Prognóstico, onde foi apresentado como estas características socioeconômicas desenvolver-se-iam no futuro, indicando quais seriam as possíveis questões que, a médio e longo prazo, precisariam de respostas por parte do poder público.

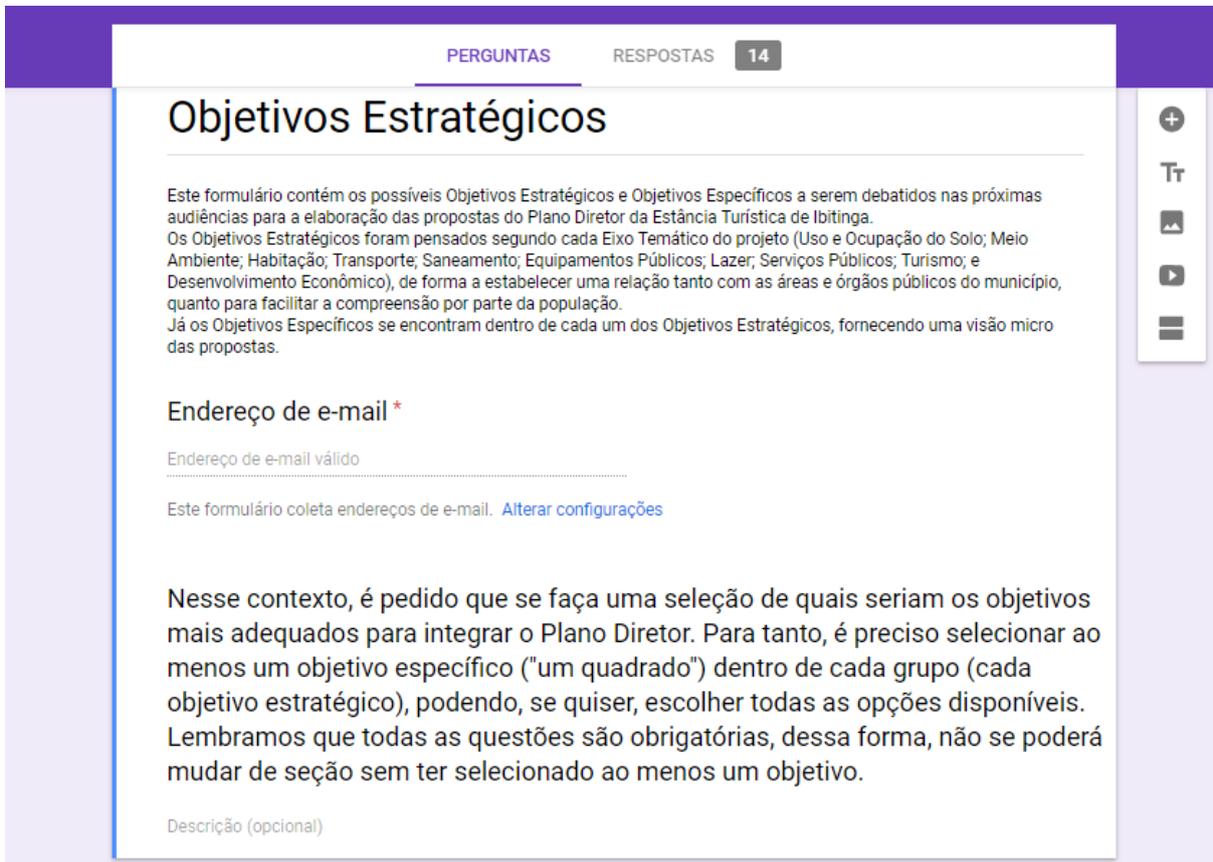
Assim, pensando nos principais problemas a curto, médio e longo prazo, bem como nas grandes qualidades de Ibitinga que poderiam ser melhor aproveitadas, foram idealizados os Eixos Prioritários de Ação e os Objetivos Estratégicos deste Plano Diretor, os quais contam com os seus respectivos objetivos específicos; diretrizes; ações estratégicas; metas e indicadores; e atores envolvidos.

Para tanto, primeiramente, de forma a construir uma base para as propostas definitivas, se selecionou os objetivos e diretrizes da primeira versão do Plano Diretor de Ibitinga (Lei N°2908, de 6 de outubro de 2006) e dos planos diretores de outras cidades que poderiam ser aqui incorporados. As cidades escolhidas foram aquelas que mostraram um trabalho de planejamento de boa qualidade e/ou apresentam realidades semelhantes à de Ibitinga.

Tendo em vista suas dimensões e tamanho da influência, os municípios de São Paulo e Campinas apresentaram planos elogiados e bem completos, abarcando diversos temas e problemáticas. Dentre as propostas exibidas neles, pode-se destacar: adensamento populacional; redução do déficit habitacional; incentivo ao uso misto do solo; viabilização de parques públicos; proteção e manutenção do patrimônio histórico e cultural; incentivo a mobilidade ativa; e definição de áreas de interesse social. Ainda que sejam ideias elaboradas para grandes metrópoles nacionais, estas poderiam também servir para o desenvolvimento de Ibitinga.

Já Blumenau e Brotas, as outras cidades selecionadas, marcaram-se pelos focos na indústria têxtil e no desenvolvimento turístico com preservação ambiental, respectivamente, abarcando, assim, duas das principais questões do município de Ibitinga. Na lei de Blumenau, está prevista a proteção e o estímulo à expansão do seu setor têxtil, que cresce cada vez mais. Brotas, por sua vez, prevê em seu Plano Diretor o turismo junto à preservação do ambiente e da biodiversidade, com principal atenção para as faixas de preservação permanente, as matas ciliares, as várzeas e as planícies de inundação.

Além das propostas citadas acima, outras, destes mesmos planos, também serviram para a posterior formulação de uma primeira versão dos Eixos Prioritários e Objetivos Estratégicos do Plano Diretor Participativo de Ibitinga. Nela, existiam dez eixos (Transporte; Uso e Ocupação do Solo; Meio Ambiente; Habitação; Saneamento; Serviços de Infraestrutura; Equipamentos Públicos; Turismo; Cultura e Lazer; e Desenvolvimento Econômico) e vinte e nove objetivos estratégicos, os quais foram postos em votação com os técnicos do poder público, por meio de um formulário online, divulgado via e-mail. Finalizada a votação, novas reuniões foram realizadas com os técnicos para debater presencialmente os eixos e objetivos em pauta, incorporando novas sugestões e adequando ainda mais o plano a conjuntura do município. A partir destas reuniões foi incorporado um novo eixo temático, o de Transparência, Liderança e Comunicação.



The image shows a screenshot of a web-based survey form. At the top, there are two tabs: 'PERGUNTAS' (selected) and 'RESPOSTAS' with a count of '14'. The main heading is 'Objetivos Estratégicos'. Below the heading, there is a paragraph of introductory text explaining the purpose of the survey and listing the strategic axes. A form field for 'Endereço de e-mail *' is visible, with a placeholder 'Endereço de e-mail válido' and a link to 'Alterar configurações'. Below this, there is a larger text block with instructions on how to select objectives. At the bottom, there is a field for 'Descrição (opcional)'.

Figura 2 - Formulário online com a primeira versão dos eixos e objetivos estratégicos do Plano Diretor de Ibitinga

5.2. Parte 2 - Com Sociedade Civil – Audiências Públicas Temáticas

De forma a dar maior legitimidade para as propostas, a estas incorporaram-se também as reivindicações apresentadas pela população durante as audiências realizadas para a

elaboração do Diagnóstico. Assim, demandas e críticas dos moradores da cidade nos diversos temas abordados, juntamente com análises técnicas e legislações de outros municípios, contribuíram para a formulação dos onze Eixos e Objetivos estratégicos que foram, posteriormente, debatidos nas audiências públicas.

Estas audiências públicas foram realizadas nos dias 07, 08, e 09 de maio de 2019, das 18h00 às 21h00, no auditório do prédio da Prefeitura Municipal de Ibitinga. Diferente das audiências realizadas para a fase do Diagnóstico, onde se objetivava coletar os principais problemas e demandas da cidade do ponto de vista da população, estas audiências buscaram debater propostas para resolver as questões postas.

Com vistas a facilitar as discussões, optou-se por separar os eixos temáticos em três grupos, cada um sendo trabalhado em um dia específico. No dia 07 foram debatidos os temas referentes ao uso da cidade, isto é, Habitação; Meio Ambiente; Uso e Ocupação do Solo; e Cultura e Lazer. No dia seguinte, a pauta era a infraestrutura urbana, sendo discutidos Transporte; Saneamento; e Infraestrutura e Serviços de Utilidade Pública. E no último dia, 09, considerando a gestão pública e o desenvolvimento econômico, os temas foram Serviços e Equipamentos Urbanos e Sociais; Turismo; Desenvolvimento Econômico; e Transparência, Liderança e Comunicação.



Figura 3 – Audiência Pública, 07/05/2019



Figura 4 – Audiência Pública, 08/05/2019



Figura 5 - Audiência Pública, 09/05/2019



Figura 6 - Audiência Pública, 08/05/2019

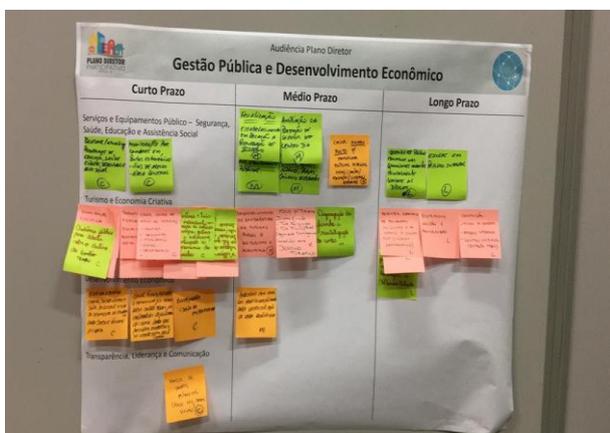


Figura 7 - Audiência Pública 09/05/2019



Figura 8 - Audiência Pública, 07/05/2019

Para as questões apresentadas em cada um dos temas a população apresentou propostas, de curto, médio e longo prazo, chegando-se ao final nas seguintes sugestões:

Audiência Temática 1 (07/05/2019) – Uso da Cidade – Resultado

Uso da Cidade - Habitação		
Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
Definição de área mínima de lote; largura de fachada.	Regularização de áreas ZIS	Plano de Habitação/Atualização do cadastro
Definição de critérios para isenção de ITBI.	Devolução das casas referente à programas de interesse social ao município para continuação da lista de espera.	Programa Aluguel Social
Classificação das casas de acordo com o tamanho para solicitar projeto complementar.	Criar instrumentos que permitam o aproveitamento dos imóveis não edificadas e não utilizados nas áreas centrais	Criar facilidades para regularizar casas antigas a fim de aproveitar os impostos
	Criar um fundo habitacional para captação de recursos para construção de moradias de interesse social.	

Uso da Cidade - Habitação		
Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
Definição de área mínima de lote; largura de fachada.	Regularização de áreas ZIS	Plano de Habitação/Atualização do cadastro
Definição de critérios para isenção de ITBI.	Devolução das casas referente à programas de interesse social ao município para continuação da lista de espera.	Programa Aluguel Social
Classificação das casas de acordo com o tamanho para solicitar projeto complementar.	Criar instrumentos que permitam o aproveitamento dos imóveis não edificadas e não utilizados nas áreas centrais	Criar facilidades para regularizar casas antigas a fim de aproveitar os impostos
	Criar um fundo habitacional para captação de recursos para construção de moradias de interesse social.	

Uso da Cidade - Meio Ambiente		
Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
Manutenção e políticas específicas para a zona de proteção de manancial	Loteador - iniciativas e obrigações ambientais	Criação de parques ecológicos
Programa de educação ambiental permanente	Criação do cargo de fiscal ambiental	
Programa de arborização urbana	Revisão do Plano de resíduos sólidos	
IPTU verde		
Implantação de coleta seletiva	Fundo municipal meio ambiente	

Uso da Cidade - Cultura e Lazer		
Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
Plano Municipal de Cultura	Criar parcerias com empresas e rede privada para incentivo cultural	Revitalizar o Nicolão - Ginásio/ Pista Atletismo/ Piscina
Reconhecimento e organização dos eventos culturais	Espaço do teatro a ser avaliado e pensado para otimizar a cultura	Criar novos espaços para prática de esporte
Usar local da Feira do Bordado para estacionamento de ônibus de turismo	Mudança de local da Secretaria da Cultura	Tombamento de patrimônio
Cadastro de bandas/grupos locais	Revitalização das quadras já existentes	Mapear prédios históricos e tombá-los
Melhor divulgação dos eventos	Novo espaço de cultura no CRI	Patrimônio imaterial
Biblioteca - ampliação do acervo; novos horários; abertura no final de semana.		
Rua de lazer (esporte/cultura/literatura)		
Zona de proteção cultural		
Descentralizar a cultura		
Promoção de eventos praça Faibi		

Audiência Temática 2 (08/05/2019) – Infraestrutura Urbana – Resultado

Infraestrutura Urbana - Transporte		
Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
Acompanhamento da qualidade do transporte público	Via de acesso entre regiões do Ângelo Rosa/Flamboyant com Santa Clara/Verona	Viabilidade da municipalização do transporte público
Fiscalização das calçadas irregulares	Realizar um estudo sobre quais seriam os tipos de transporte público coletivo mais adequados as vias	Subsídio para Transporte Público
Paraciclos nas praças	Implantação de Ciclovias na Don Pedro e perimetral	Realocar a rodoviária
Pontos de ônibus com infraestrutura adequada e com disponibilização de informações sobre as linhas de ônibus	Ampliar e adequar o sistema viário	
Nova regulamentação do transporte público individual (mototáxis, táxis, Uber)	Implantar linhas de transporte público em: Bancários; São Domingues; Bela Vista; São Benedito; Santo Expedito; Mirasol; Taquaral e Ipês	
Fomentar a cultura do transporte público	Calçadas com a infraestrutura adequada para permitir a passagem de toda a população (padronizadas, contínuas e acessíveis)	
Modificar o funcionamento das vias que contêm escolas		
Implantar a Zona Azul e regular estacionamentos públicos		
Proibir tráfego de carretos na zona urbana		

Infraestrutura Urbana - Infraestrutura, Manutenção e Zeladoria		
Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
Melhorar Iluminação Pública. Instrumentos para garantir a Iluminação Pública do loteamento	Aquisição de novos maquinários: 02 patrol/ 02 caminhões basculante/ 01 rolo vibro compactador	
Sinalização vertical e horizontal, bem como nomes de rua, garantindo sua manutenção por cinco anos	Serviços públicos: equipamentos diversos: caminhão lixo, triturador, micro-ônibus	
Zoneamento e sistematização de podas e roçagem	Revisão da legislação zeladoria (multas, taxas, aumentar fiscalização, novas tecnologias)	
Fiscalização para inibir vandalismo ao patrimônio público	Aumentar efetivo da guarda municipal	
Aumentar lixeiras e varredores	Equipamento tecnológico para prover segurança	
Campanhas educativas	Ampliar coleta de lixo rural	
Buscar novas formas de captar recursos para zeladoria (multas) e outros impostos	Cuidados cm paisagismo/ manutenção das praças das cidades (jardinagem)	
Buscar parcerias com usinas/empresas/produtores	Estipular metas para regulamentar áreas públicas (praças e prédios)	
Adequação de legislação de larguras de estrada rural e faixa não edificante		
Despraguejamento (pombas, ratos, escorpião)		
Garantir a implantação do programa "Abrace uma praça"		

5.2.1. Audiência Temática 3 (09/05/2019) – Gestão Pública e Desenvolvimento Econômico – Resultado

Gestão Pública e Desenvolvimento Econômico - Serviços e Equipamentos Públicos (Segurança, Saúde, Educação e Assistência Social)		
Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
Revisar/ Atualizar programas de educação, saúde, esporte, desenvolvimento social	Fiscalização de estabelecimentos em relação a perturbação e sossego	Desenvolver políticas educativas nas comunidades carentes, principalmente sobre o combate as drogas
Monitoramento por câmeras em pontos estratégicos: vias de acesso e área central	Propiciar acesso democrático aos equipamentos públicos	Escolas em período integral
	Ampliação da prestação de serviços do centro de idosos	
	Monitorar por câmeras em escolas, prédios públicos, praças, ginásio de esportes,	
	Criar bairro piloto para intensificar políticas públicas locais (saúde, educação, cultura, esporte)	

Gestão Pública e Desenvolvimento Econômico - Turismo e Economia Criativa		
Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
Infraestrutura para rota da fé: árvores, bancos, água, banheiros, sinalização	Desenvolvimento de Cambaratiba via turismo rural e ecoturismo e aventura	Reverter abandono de pousadas (alíquotas de imposto para incentivar o turismo gastronômico)
Criação de roteiros para fim de semana.	Foco para Turismo. Diversificação tur. religioso, tur. fluvial/rural. Organizar tur. negócios =, consolidar como destino turístico	Revitalização urbanística Cambaratiba
Alinhar eventos com a Microregional	Organização da feirinha e revitalização do centro	Criação de um parque em homenagem ao Menino Nelsinho
Padronização das feirinhas, fiscalização e acompanhamento social		Ecoturismo Varjão e Pantaninho
Boulevard na rua José custódio		Construção (Museu do Bordado; Parque Urbano; Centro Cultural - Estação Trem)
Criar centro de apoio ao turismo: jantar, descanso, fraldário, estação,		

Gestão Pública e Desenvolvimento Econômico - Turismo e Economia Criativa		
Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
bebedouros		
Incentivar o turismo individual com criação de roteiros de compra gastronomia e ecoturismo, incentivando a permanência do turista		
Ampliação do perfil do turista. Promover roteiro ciclístico através de parcerias		
Melhorar a divulgação do município na questão do bordado e criar selo/marca para o bordado		
Divulgação do turismo de Ibitinga em feriados municipais		
Alinhamento entre poder público e entidade e associações, empresas, clubes e outros eventos turísticos		
Capacitação turística do empresário (incluindo a feirinha)		
Sinalização turística		
Audiência pública para debater sobre destino do teatro		

Gestão Pública e Desenvolvimento Econômico - Desenvolvimento Econômico		
Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
Fazer um estudo da cidade sobre clima e solo, perceber o tipo de segmento de empresas para saber vender a cidade	Parcerias com escolas profissionalizantes para oferecer mão de obra qualificada	
Fazer vídeos, folders, e comunicar as mídias locais sobre todas as melhorias realizadas na cidade. Para que possíveis empresas se interessem pela cidade		
Incubadora (sala empreendedora)		

Neste contexto, a partir das informações obtidas por meio dos estudos do Diagnóstico, das projeções apresentadas no capítulo anterior, das reuniões com os técnicos das secretarias municipais e nos dois momentos de audiências públicas (um para coleta de reivindicações e o outro para o debate de propostas), foram elaborados os objetivos e diretrizes deste Plano Diretor, os quais serão detalhados no próximo item.

6. Objetivos Estratégicos, Específicos, Diretrizes, Ações e Propostas

Para garantir um desenvolvimento urbano sustentável e equilibrado entre as várias visões existentes no município sobre seu futuro, o Plano Diretor é elaborado com base em alguns princípios, sendo eles: direito à cidade; a função social da propriedade; equidade social e territorial; sustentabilidade ambiental; e gestão democrática.

O Direito à cidade compreende o processo de universalização do acesso aos benefícios e às comodidades da vida urbana por parte de todos os cidadãos, pela oferta e uso dos serviços, equipamentos e infraestruturas públicas. Seguindo preceitos constitucionais de que o uso da propriedade deveria ser condicionado ao bem-estar social, a função social da propriedade, por sua vez, preconiza a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos, para que ela seja útil, econômica e produtiva. O princípio de equidade social e territorial abarca a garantia da justiça social a partir da redução das vulnerabilidades urbanas e das desigualdades sociais entre grupos populacionais e entre os distritos e bairros do município de Ibitinga. Já a sustentabilidade ambiental, busca preservar o patrimônio ambiental, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, constituído por elementos do sistema ambiental natural e do sistema urbano. E, por último, a gestão democrática é a garantia da participação de representantes dos diferentes segmentos da população, diretamente ou por intermédio de associações representativas, nos processos de planejamento e gestão da cidade, de realização de investimentos públicos e na elaboração, implementação e avaliação de planos, programas e projetos governamentais.

Assim, de forma a contemplar todos os princípios, o Plano Diretor de Ibitinga está dividido em onze (11) Eixos Prioritários, com cada um contendo seus Objetivos Estratégicos. Estes, por sua vez, apresentam seus respectivos objetivos específicos; as diretrizes para a sua realização; as ações prioritárias para se atingir os objetivos; as metas a serem alcançadas; e os indicadores que meçam a situação que o plano visa alterar.

Os Eixos Prioritários são: Habitação; Meio Ambiente; Uso e Ocupação do Solo; Cultura e Lazer; Mobilidade; Saneamento Básico; Infraestrutura Urbana e Serviços de Utilidade Pública; Serviços e Equipamentos Urbanos e Sociais; Turismo; Desenvolvimento Econômico; Transparência, Liderança e Comunicação.

6.1. Habitação

Políticas habitacionais estão diretamente atreladas ao princípio da função social da propriedade, ampliando o acesso de pessoas de diferentes classes sociais a moradias seguras e confortáveis.

Ao se analisar o cenário atual das habitações e da situação fundiária da cidade, nota-se que, conforme dados da Secretaria de Habitação de Ibitinga, até o ano de 2018, estimava-se um déficit habitacional de 1.000 unidades, havendo, portanto, a necessidade de crescimento de 2,8% no número de imóveis na cidade. Além disso, o município ainda apresenta problemas como habitações subnormais, no norte do perímetro urbano; com ocupações em áreas de risco, próximas a córregos, a exemplo do que ocorre na Vila dos Bancários; e, principalmente, com ocupações em áreas de preservação ambiental. Há mais de três décadas, loteadores e empresários ocuparam as margens Jacaré-Pepira, Jacaré-Guaçú e Tietê, construindo ranchos recreativos e casas de veraneio de classe média e alta, agrupados nos chamados Clubes Náuticos. Desde então, estes proprietários tentam, junto à Prefeitura, a regularização fundiária destes lotes, porém eles estão localizados em Áreas de Proteção Permanente.

6.1.1. Objetivos Estratégicos e Específicos

Nesse sentido, o eixo de Habitação tem por **Objetivo Estratégico** assegurar a toda a população o acesso a moradias dignas, que garantam qualidade de vida e justiça social, e por **Objetivos Específicos**: Reduzir o déficit habitacional; reduzir o número de moradias irregulares e/ou inadequadas; e reduzir os impactos dos assentamentos sobre o meio ambiente.

6.1.2. Diretrizes para a Habitação

Tais objetivos devem ser atingidos em conformidade com as seguintes **diretrizes**:

- I. Priorizar a população de baixa renda e a população residente em imóveis ou áreas insalubres, áreas de risco e áreas de preservação permanente;
- II. Aproveitar os imóveis não edificadas, não utilizados e/ou subutilizados das áreas centrais ou já consolidadas da cidade;
- III. Incentivar a produção de lotes e/ou unidades urbanizadas com serviços, equipamentos e infraestruturas adequados;
- IV. Evitar a formação de novos núcleos urbanos informais, principalmente em áreas de risco;
- V. Facilitar a regularização, requalificação e/ou realocação das habitações subnormais ou em áreas de risco, de forma a garantir estabilidade e segurança a esta população;
- VI. Considerar as condicionantes ambientais nas intervenções habitacionais, com a articulação entre urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários;

- VII. Incentivar a adoção de tecnologias socioambientais, em especial aquelas relacionadas ao uso de energia solar, gás natural e ao manejo da água e dos resíduos sólidos e à agricultura urbana.

As políticas habitacionais dos próximos dez anos devem ser feitas tendo como público alvo aqueles que mais precisam, isto é, a população que se encontra em maior situação de vulnerabilidade social, tendo baixa renda ou estando com a sua segurança ameaçada por estar na condição de morador de rua ou habitar áreas de risco.

De forma a não desperdiçar recursos públicos, é preciso priorizar a instalação de novas habitações em regiões já consolidadas e subutilizadas, aproveitando os espaços disponíveis na cidade e a infraestrutura já existente.

Nesse contexto, também buscando tornar eficiente o gasto público, impedir a formação de novos núcleos urbanos informais, também se faz importante, evitando a expansão sem planejamento da cidade para áreas destituídas de infraestrutura básica, que futuramente precisarão de investimento público.

Além disso, considerando o grande tamanho da Área de Preservação Permanente do município e a quantidade de loteamentos estabelecidos nela, se faz pertinente considerar as condicionantes ambientais nas intervenções habitacionais, sempre incentivando tecnologias sustentáveis no processo de construção.

6.1.3. Ações e Propostas

Essas diretrizes devem funcionar como parâmetros para as futuras ações que se destinarão a cumprir os objetivos aqui estabelecidos. Tendo em vista as opiniões e cenários apresentados nas audiências, algumas **ações e propostas** podem ser consideradas como prioritárias:

- Criação de um fundo habitacional para captação de recursos para construção de moradias de Interesse Social;
- Elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social;
- Revisão dos critérios e procedimentos para a distribuição das novas Habitações de Interesse Social, considerando as necessidades dos grupos sociais mais vulneráveis;
- Apoio à produção social da moradia, fomentando e prestando assistência técnica às associações, cooperativas e demais entidades que atuam na produção social da moradia;
- Aplicação de instrumentos previstos para a regularização fundiária, em especial a demarcação urbanística e a legitimação da posse, inclusive em área de preservação ambiental, quando presentes os requisitos legais;
- Viabilização da regularização dos aglomerados conforme normas estabelecidas por lei federal (REURB) e/ou lei municipal;
- Definição de penalidades mais rígidas para as propriedades que não cumprirem com a função social.

6.1.4. Projetos propostos ou existentes

Para a Habitação recomenda-se a manutenção de parcerias com Caixa Econômica Federal, CDHU e financiamentos externos para atendimento ao déficit existente para a regularização fundiária da área de invasão.

6.2. Meio Ambiente

Ao se tratar do Meio Ambiente, é preciso levar em consideração dois aspectos: o ecossistema em que Ibitinga está inserida e a Área de Preservação Permanente na cidade. Parte do território é originalmente coberta pelo bioma do Cerrado, e a outra parte pela Mata Atlântica, localizada próxima às regiões dos principais cursos d'água (Tietê, Jacaré-Pepira e Jacaré-Guaçu) e onde se encontra a Área de Preservação Ambiental (APA).

A APA de Ibitinga, criada no dia 20 de janeiro de 1987, teve como principal objetivo a proteção das áreas de várzeas dos rios Jacaré-Pepira, popularmente conhecido como Pantaninho, e do Jacaré-Guaçu, conhecida como Varjão, onde durante anos foram construídos ranchos recreativos e casas de veraneio que intensificaram os processos de erosão e de escorregamentos de solo e rocha.

Atualmente, a cidade conta somente com 4,4% da sua vegetação original, com o desmatamento ocorrendo particularmente pela cultura de cana de açúcar e pelas plantações de laranja. Além disso, os usos abusivos de agrotóxicos, os desmatamentos das áreas de mananciais, e o uso intensivo da mecanização da água nessas duas monoculturas trouxeram grande efeitos na produção natural de água do município. Sobre os recursos hídricos vale ressaltar também a grande parcela de esgoto lançada nos cursos d'água sem nenhum tratamento, como será mais detalhado no item de Saneamento.

No que tange ao solo, no perímetro urbano, Ibitinga possui um aterro sanitário, onde é despejado quase todo o lixo do município, visto que o índice de reciclagem gira em torno de 5%. O aterro funciona como uma área de transbordo, ou seja, um local para receber o resíduo coletado e depois encaminhado para outro lugar fora da cidade. Nesta região temos alguns passivos ambientais e, conseqüentemente, degradação da área com a perda da vegetação do local.

6.2.1. Objetivos Estratégicos e Específicos

A partir deste cenário, foi estabelecido como **Objetivo Estratégico** o de desenvolver a utilização racional dos recursos naturais, em especial da água, do solo e do ar, de modo a diminuir os impactos sobre o ecossistema local e garantir uma cidade sustentável para as presentes e futuras gerações. Os **Objetivos Específicos** são: Aumentar as áreas verdes dentro e fora do perímetro urbano, incentivando a reflorestamento; aumentar a participação ativa da sociedade civil nas ações de proteção ao meio ambiente; diminuir os índices de erosão nas áreas de várzeas dos rios; diminuir os índices de poluição da água, do solo e do ar, e; produzir e divulgar informações ambientais organizadas e qualificadas.

6.2.2. Diretrizes para o Meio Ambiente

Para atingir os objetivos, foram selecionadas tais diretrizes:

- I. Conservar a biodiversidade, os remanescentes da flora e da fauna, reabilitando as áreas degradadas e reinserindo-as no ecossistema.
- II. Proteger os recursos hídricos e mananciais de abastecimento, definindo, nas áreas de proteção aos mananciais, legislação de uso e ocupação do solo compatível.
- III. Controlar as atividades com potencial ou efetivamente poluidoras, com especial atenção para as emissões de poluentes atmosféricos e para o despejo de dejetos em áreas verdes, rios e córregos.
- IV. Favorecer a criação de áreas verdes e até de maciços florestais na área urbana, priorizando a construção de corredores verdes, com especial atenção às áreas mais periféricas da cidade.
- V. Incentivar estudos e pesquisas de tecnologias orientadas para o uso sustentável e a proteção dos recursos e bens ambientais.
- VI. Estimular a adoção de hábitos, costumes e práticas, que visem à proteção dos recursos ambientais.
- VII. Atuar em conjunto com outros municípios da Região e com outras esferas de governo para reduzir a degradação do meio ambiente e garantir a sua proteção.

Tendo em vista o atual cenário ambiental de Ibitinga, as diretrizes apresentadas buscam, de maneira geral, preservar os remanescentes da vegetação nativa e recuperar as áreas degradadas, com foco principalmente nos recursos hídricos e no solo, que apresentam altos índices de poluição. Busca-se promover a recuperação ecológica da região, não só considerando a cidade de forma isolada, mas como parte de um ecossistema que envolve outros municípios e que precisa ser gerido de forma articulada.

Seguindo também a demanda da população por mais áreas verdes dentro do perímetro urbano, se propõe ainda a ampliação de espaços desse tipo, priorizando as áreas periféricas. Pode-se dizer que as áreas verdes urbanas estão relacionadas com a qualidade de vida e exercem funções ecológicas, estéticas e psicológicas na vida dos habitantes das cidades.

Nesse sentido ainda, é preciso que todas as medidas de preservação e recuperação do meio ambiente sejam tomadas de forma eficiente e efetiva, sendo pertinente, assim, a adoção de tecnologias sustentáveis e de hábitos, costumes e práticas, que visem à proteção dos recursos ambientais.

6.2.3. Ações e Propostas

Para atingir os objetivos seguindo as diretrizes acima estabelecidas, pode-se definir como ações estratégicas:

- Estímulo a agricultura familiar, urbana e periurbana, incentivando a agricultura orgânica e a diminuição do uso de defensivos agrícolas.

- Criar novos parques urbanos, assim como implementar uma política de arborização urbana e de manutenção de praças.
- Determinação de iniciativas e obrigações ambientais para os loteadores.
- Criação de um programa de Educação Ambiental Permanente.
- Elaboração de um plano de arborização urbana
- Ampliar a coleta de lixo na área rural
- Criação de um Fundo Ambiental
- Incentivar que as áreas verdes em loteamentos contíguos a áreas de preservação sejam unificadas.

6.2.4. Projetos propostos ou existentes

Os projetos propostos ou existentes (já estão em andamento) e que foram apresentados ao longo das oficinas e reuniões, que trarão impactos positivos para o Tema do Meio Ambiente e auxiliarão no alcance das metas estipuladas são:

- Programa "Abrace uma Praça" (em andamento)
- Parque Urbano (em andamento)
- Complexo Turístico do Pontal do Jacaré (em andamento)
- Plano de arborização urbana (proposto)
- Criação de um Fundo Ambiental (proposto)

6.3. Uso e Ocupação do Solo

O terceiro Eixo, Uso e Ocupação do Solo, engloba questões sociais, ambientais, econômicas, imobiliárias, e culturais em seu objetivo, sendo um dos grupos mais abrangentes, com várias áreas de política pública envolvidas. Trata-se de uma forma de controlar a utilização do espaço e definir as atividades permitidas nele.

Ibitinga, assim como a maioria das cidades brasileiras de pequeno, médio e grande porte, possui uma concentração de serviços, comércios e equipamentos no centro da região urbana. Ao se olhar para os mapas apresentados no Diagnóstico referentes à localização dos equipamentos públicos e aos diferentes usos do solo na cidade, nota-se um adensamento das instalações de saúde, educação e de segurança na área central, a qual também apresenta a grande maioria de espaços destinados para fins comerciais.

Outra questão pertinente sobre este tema é o percentual relevante de vazios urbanos dentro do perímetro urbano e o acelerado processo de espraiamento da cidade. De acordo com os dados fornecidos pelo Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal de Ibitinga, é possível afirmar que cerca de 20% dos lotes cadastrados foram classificados como lotes vazios, percentual que pode ser ainda maior se se considerar que existem cerca de 15% de lotes não identificados.

Por último, cabe mencionar ainda um problema já identificado no tópico de Habitação. Parte dos lotes considerados irregulares na cidade, se encontram em tal condição por se localizarem em áreas de preservação ambiental, principalmente em locais de várzeas de rio, descumprindo com os padrões de uso e ocupação do solo estabelecidos para aquela região.

6.3.1. Objetivos Estratégicos e Específicos

Considerando estas informações, o **Objetivo Estratégico** aqui é o de garantir, por meio de políticas fundiárias e de uso e ocupação do solo, o acesso à terra para as funções sociais da cidade e para a proteção ao patrimônio ambiental e cultural, e os **Objetivos Específicos** são: Evitar o espraiamento de área urbana, aumentando a densidade construtiva, demográfica, habitacional e de atividades dentro do perímetro urbano; atingir o equilíbrio, em cada área da cidade, na relação entre os locais de emprego e moradia; garantir a equidade ao acesso à equipamentos, infraestrutura e serviços públicos em todas as regiões da cidade, e; impedir loteamentos que não atendam as normas estabelecidas nas legislações fundiárias e ambientais vigentes.

6.3.2. Diretrizes para o Uso e Ocupação do Solo

Estes objetivos devem ser realizados segundo as seguintes **diretrizes**:

- I. Fomentar o uso misto do solo, estimulando a implantação de atividades de comércio e serviços nas regiões periféricas da cidade, incentivando a descentralização.
- II. Desestimular a implantação de novos bairros afastados, incentivando instalações de empreendimentos em áreas já consolidadas.
- III. Compatibilizar a implantação de novos empreendimentos imobiliários com a malha urbana implantada e prevista no plano diretor de maneira a garantir a preservação ambiental, qualidade do espaço urbano e melhores condições de vida dos moradores.
- IV. Estabelecer loteamentos que garantam sistema viário completo e adequado (com larguras mínimas, calçamento do leito carroçável e da via de pedestre, ponto de ônibus, sinalização horizontal e vertical) e áreas pública (áreas verdes, praças, áreas institucionais, equipadas e cercadas) com infraestrutura mínimas (drenagem, energia elétrica, saneamento e iluminação pública).
- V. Evitar conflitos entre usos impactantes e sua vizinhança.
- VI. Promover a articulação entre espaço público e espaço privado, por meio de estímulos à manutenção de espaços abertos para fruição pública no pavimento de acesso às edificações e priorizando a adoção de fachadas ativas.
- VII. Criar, nas áreas rurais, um padrão de uso e ocupação compatível com as diretrizes de desenvolvimento econômico sustentável previstas, em especial as relacionadas às cadeias produtivas da agricultura e do turismo sustentáveis.
- VIII. Garantir a manutenção e ampliação das áreas industriais compatíveis com o entorno e prever a criação de novas áreas adequadas às especificidades do uso industrial, de modo a garantir a preservação do nível de emprego industrial na cidade.

A organização dos espaços públicos e construídos é o que determina a forma urbana de uma cidade. Assim, uma cidade poderá ser dispersa – com baixas densidades populacionais, onde predomina o uso do transporte individual, gerando a necessidade de longos deslocamentos que diminuem o tempo dedicado a outras atividades - ou compacta, com densidades equilibradas e diferentes centralidades.

Para se atingir o segundo modelo de cidade, é que se propõe dificultar a formação de novos núcleos urbanos e novos bairros afastados, bem como o incentivo ao uso misto do solo, por meio da implantação de novos empreendimentos e da requalificação de espaços tradicionais, criando usos compatíveis com o entorno.

De forma ainda a promover o crescimento planejado e estruturado da cidade, é que se prevê a necessidade lotes compatíveis com o sistema viário, as áreas públicas e as infraestruturas básicas, sempre se evitando construções que geram conflito com a vizinhança.

Além disso, tendo em vista o ecossistema em que Ibitinga está inserida e a Área de Preservação Permanente do município, é preciso compatibilizar a implantação de novos empreendimentos imobiliários com a conservação ambiental, na região urbana e, principalmente na região rural, garantindo que a agricultura e o turismo nela se desenvolvam de maneira sustentável.

Há mais de 3 décadas, loteadores e empresários ocuparam as margens Jacaré-Pepira, Jacaré-Guaçu e Tietê para construção de ranchos recreativos e casas de veraneio de classe média e alta, agrupados nos chamados Clubes Náuticos. Muitas dessas construções ultrapassam a margem mínima permitida, intensificando os processos de erosão e de escorregamentos de solo e rocha e pondo em risco a segurança dos próprios moradores. Nesse sentido, é que se pretende garantir que os loteamentos existentes e futuros cumpram as normas estabelecidas nas legislações fundiárias e ambientais vigentes.

6.3.3. Ações e Propostas

Com isso, para se alcançar os objetivos, seguindo as diretrizes expostas, as ações consideradas prioritárias foram:

- Garantir dentro da Lei de Uso e Ocupação do Solo, a criação de zonas de ocupação especiais para aplicação de diretrizes específicas para as áreas do aeroporto, transbordo, ETE, áreas de ocupação, etc.
- Garantir dentro da Lei de Uso e Ocupação do Solo, a definição de Zonas de Interesse Social (ZIS) compatíveis com a real demanda por Habitações de Interesse Social, melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização de assentamentos irregulares.
- Garantir dentro da Lei de Uso e Ocupação do Solo, a definição de novos parâmetros mínimos de aprovação e liberação de loteamentos
- Garantir dentro da revisão do Código de Obras a regulamentação, clara e objetiva, da implantação de novos empreendimentos imobiliários.
- Conscientização da população sobre as áreas irregulares, com foco nas áreas dos rios Jacaré-Guaçu e Jacaré-Pepira.
- Melhorar a fiscalização dos loteamentos nas áreas de preservação ambiental.
- Revisão do Macrozoneamento com enfoque nas atividades econômicas.
- Utilização de IPTU como ferramenta de transformação urbana, como o IPTU Progressivo para incentivo à utilização de terrenos vazios ou subutilizados na área urbana e o IPTU verde para incentivar a aplicação de medidas de preservação ambiental nas edificações como maior permeabilidade, reuso de água cinza ou pluvial, energia solar, etc.

6.3.4. Projetos propostos ou existentes

Diferentemente dos demais temas, para alcançar os objetivos e metas planejados, o Uso e Ocupação do Solo contará muito mais com a revisão do arcabouço legislativo urbanístico do que com o desenvolvimento de projetos e obras.

As leis que deverão ser revisadas/ atualizadas ou criadas para o atendimento ao Plano Diretor são:

- Nova Lei de Loteamento
- Revisão das Leis de Macrozoneamento e Zoneamento

- Revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo
- Revisão da Lei de Hierarquia e Sistema Viário
- Revisão da Lei de IPTU Progressivo
- Nova lei de IPTU verde
- Revisão da Lei de Direito de Preempção
- Revisão do Código de Obras
- Revisão da Lei de Estudos de Impactos de Vizinhança

Os projetos novos e existentes que terão impacto sobre o tema e que auxiliarão no atingimento das metas são:

- Parque Urbano (em andamento)
- Boulevard José Custódio (em andamento)
- Novas vias e nova Perimetral (proposto)

6.4. Cultura e Lazer

O Eixo de Cultura e Lazer explora o fortalecimento do lazer e da produção cultural local, incentivando as formas de pensar, sentir e agir coletivamente. Aqui, a cultura aparece como uma importante ferramenta no processo de construção da identidade do ibitinguense e de inclusão social, enquanto o lazer, representa as possíveis futuras opções de entretenimento da população.

6.4.1. Objetivos Estratégicos e Específicos

O **Objetivo Estratégico** é o de democratizar o acesso à cultura e ao lazer de forma descentralizada, incluindo a população residente e turistas, e os **Objetivos Específicos** são: Promover a identificação e organização de bens e manifestações culturais, visando seu registro, valorização e possível proteção; desconcentrar os espaços de lazer e o desenvolvimento de atividades culturais dentro do perímetro urbano; ampliar o número de espaços e equipamentos públicos que oferecem atividades culturais e de lazer, e; divulgar, dentro e fora do município, as atividades de cultura e lazer de Ibitinga.

6.4.2. Diretrizes para Cultura e Lazer

Assim, para democratizar o acesso à cultura e ao lazer de forma descentralizada, selecionaram-se estas diretrizes:

- I. Fomentar a participação social na identificação, proteção e valorização do patrimônio e dos territórios culturais e de lazer
- II. Articular diferentes instituições públicas ou privadas para a formulação de políticas e programas que viabilizem a preservação dos equipamentos de cultura e lazer.
- III. Promover o melhor aproveitamento dos espaços públicos, incentivando o desenvolvimento de atividades culturais e de entretenimento em prédios subutilizados e em locais abertos, tais como praças e ruas
- IV. Incentivar a identificação e desenvolvimento de projetos de valorização de áreas ou territórios representativos da identidade e memória cultural, histórica e urbanística para a formação da cidade.

Integrar e articular os bens culturais e de lazer ao sistema de ordenação territorial do município. Atualmente, conforme expressado pela população nas audiências, muitas das atividades culturais e de lazer de Ibitinga são organizadas e executadas por parte da sociedade civil, sem qualquer apoio do poder público. Isto, por um lado, mostra a capacidade de condução da população nessas políticas públicas, e, por outro, mostra a falta de conhecimento do próprio governo do potencial cultural e de lazer da cidade. Portanto, fomentar a participação social na identificação, proteção e valorização do patrimônio e dos territórios culturais e de lazer, e articular diferentes instituições públicas ou privadas para a formulação de programas e projetos nas áreas, se mostram oportunos.

Além de se potencializar as atividades em prática, também é preciso ampliar o leque. Há muitos espaços abandonados ou subutilizados que poderiam se tornar algo mais, fornecendo, tanto para os habitantes quanto para os turistas, oportunidades de conhecimento e integração social, por meio da cultura e do entretenimento.

Cabe ressaltar ainda que as ações atuais e futuras da cultura e do lazer precisam ocorrer em todas as áreas e regiões de Ibitinga, e não apenas no centro da cidade, de forma a torná-las mais acessíveis e inclusivas.

As consideradas prioritárias para se atingir os objetivos foram:

- Elaborar o Plano Municipal de Cultura
- Reconhecer, dentro do zoneamento da cidade, uma Zona de Proteção Cultural
- Reconhecer, organizar, apoiar e divulgar os eventos culturais de iniciativa da comunidade
- Revitalizar e estabelecer melhor manutenção de espaços esportivos/ de lazer, como as quadras esportivas já existentes
- Revitalizar prédios e construções abandonados ou subutilizados para a promoção de espaços e atividades culturais, tendo como exemplos a antiga estação ferroviária e o teatro
- Promover a realização de eventos e atividades de cultura e lazer em vias e espaços públicos, se utilizando das praças e das próprias ruas, com projetos como o "Ruas de Lazer"
- Criação de um aplicativo com toda agenda cultural da cidade, para facilitar a divulgação e o acesso à informação.
- Criação de um fundo para Cultura
- Proteger, por meio de tombamento, as construções históricas de Ibitinga

6.4.3. Projetos propostos ou existentes

Os projetos propostos ou existentes (já estão em andamento) e que foram apresentados ao longo das oficinas e reuniões, que trarão impactos positivos para o Tema de Cultura e Lazer e auxiliarão no alcance das metas estipuladas são:

- Revitalização da antiga estação da estrada de ferro (em andamento)
- Parque Urbano (em andamento)
- Complexo Pontal do Jacaré (em andamento)
- Finalização da obra ou novo uso ao teatro (proposto)
- Criação do Museu do bordado (proposto)
- Plano
-
- Municipal de Cultura (proposto)
- Criação de um fundo para Cultura (proposto)

6.5. Mobilidade

O Sistema de Mobilidade é definido como o conjunto organizado e coordenado dos modos de transporte, serviços, equipamentos, infraestruturas e instalações operacionais necessários à ampla mobilidade de pessoas e deslocamento de cargas pelo território municipal.

De acordo com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Mobilidade Urbana, de 3 de janeiro de 2012, deve haver a priorização do transporte não motorizado em detrimento do motorizado e do transporte público coletivo em detrimento do individual motorizado.

Sobre o transporte coletivo de Ibitinga, pode-se dizer que ele não é efetivo quando se trata do número de linhas e do intervalo de tempo entre um ônibus e outro. As linhas conseguem cobrir boa parte da área urbana, contudo, alguns bairros populosos não fazem parte da cobertura, como Bancários, São Domingues, Bela Vista, São Benedito, Santo Expedito, Mirassol, Taquaral e Ipês. Além disso, são poucos horários de circulação e intervalos grandes entre os ônibus, situação esse que se agrava aos domingos e feriados, pois apenas uma linha circula por parte do perímetro urbano.

E enquanto o sistema de transporte público coletivo se apresenta precário, a taxa de motorização do município tem aumentado nos últimos anos. Em 2002 eram 0,19 automóveis por habitante, chegando a taxa de 0,39 automóveis por habitante em 2017. A título de comparação, a taxa de motorização da Região Metropolitana de São Paulo neste mesmo ano era de 0,43.

Tal dinâmica é reflexo do crescimento da renda per capita e da distribuição do uso do solo do município e região. O número de habitações cresceu nas regiões periféricas, mas tal crescimento não foi acompanhado por um aumento compatível de serviços e comércios nas determinadas áreas, resultando no aumento do tempo de deslocamento da população, prejudicando a sua qualidade de vida.

Projetando o cenário referencial para 2030, espera-se uma frota de 57 mil veículos, um incremento de mais de 40% em relação a frota de 2018 que indica 0,92 veículos por habitante.

E saindo dos modos de transporte da cidade e adentrando na infraestrutura viária, pode-se apontar alguns problemas relatados durante as audiências feitas para o Diagnóstico. Pode-se afirmar que existe uma dificuldade de circulação tanto no centro quanto na periferia, por dois motivos diferentes.

O centro de Ibitinga se configura como um forte atrativo turístico para cidade, por conta da localização dos comércios de confecção e bordados. Com isso, em dias úteis, de segunda a sexta, há uma movimentação relativamente grande de pedestres e veículos na região, sendo ainda maior aos finais de semana e feriados. Tal situação provoca um tráfego intenso nas

ruas que se agrava com o número insuficiente de vagas de estacionamento, e nas calçadas também nas quais os lojistas estendem suas vitrines e deixam pouco espaço para passagem.

Nas periferias, por sua vez, os problemas de circulação estão relacionados a geometrias viárias ineficientes, pavimentação asfáltica ausente ou ruim, e a falta de ligações entre bairros. Sendo preciso ainda mencionar infraestrutura precária das calçadas em alguns bairros e a ausência delas em outros.

6.5.1. Objetivos Estratégico e Específicos

Nesse contexto, definiu-se para o Sistema de Mobilidade o **Objetivo Estratégico** de Melhorar as condições de mobilidade (com foco na mobilidade ativa) de toda a população, garantindo conforto, segurança e modicidade, e os **Objetivos Específicos** de: Aumentar a participação do transporte ativo e do transporte público na divisão modal; reduzir o tempo de viagem dentro do próprio município; viabilizar deslocamentos seguros e confortáveis dentro do município, e; ampliar a qualidade do sistema viário, priorizando calçadas e conexões entre bairros e vias estruturais.

6.5.2. Diretrizes para a Mobilidade

Tais objetivos devem ser atingidos segundo as seguintes diretrizes:

- I. Priorizar o transporte público coletivo, os modos não motorizados e os modos compartilhados, em detrimento aos meios individuais motorizados.
- II. Ampliar e melhorar o sistema viário, visando a reestruturação e ligação interbairros.
- III. Privilegiar nas ações de mobilidade a melhora do sistema de circulação de pedestres, com foco nas calçadas, faixas de pedestres e sinalização específica.
- IV. Adaptar as calçadas e os outros componentes do sistema viário de maneira a atender pessoas com necessidades especiais e/ou mobilidade reduzida.
- V. Reestruturar o sistema de transporte público coletivo, melhorando sua qualidade, cobertura, eficiência e segurança.
- VI. Planejar e aprimorar o sistema cicloviário.
- VII. Incentivar na comunidade a cultura do transporte público e ativo.
- VIII. Promover o uso mais eficiente dos meios de transporte com o incentivo das tecnologias de menor impacto ambiental.
- IX. Assegurar que a infraestrutura do sistema viário esteja adequada com a hierarquização e os fluxos de cada eixo.
- X. Estabelecer instrumentos de controle da oferta de vagas de estacionamento em áreas públicas e privadas.
- XI. Regulamentar a circulação e estacionamento de veículos pesados (caminhões e ônibus) na área central da cidade.
- XII. Equacionar o abastecimento e a distribuição de bens dentro do Município de modo a reduzir seus impactos sobre a circulação viária.
- XIII. Desestimular a ocupação das calçadas pelo comércio e serviço, salvo em locais autorizados pelo poder público.

- XIV. Promover a qualificação urbanística e ambiental, garantindo segurança, fluidez e conforto nos deslocamentos de veículos e pedestres.
- XV. Promover o engajamento e conscientização da comunidade, técnicos e gestores públicos sobre a participação da mobilidade pública no desenvolvimento sustentável da cidade.

Seguindo a lógica de se construir cidades para pessoas, o foco do Sistema de Mobilidade é o de facilitar e incentivar o transporte público coletivo e, principalmente, o deslocamento por meio do transporte ativo, o qual se caracteriza como a locomoção por energia do próprio indivíduo, a exemplo de caminhadas e bicicletas. Tais modais são inclusivos, mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, e possibilitam um melhor espaço de convivência na cidade.

Se priorizando o transporte público coletivo em políticas públicas, além de diminuir o tempo médio de viagens, também facilita o deslocamento das pessoas com baixa renda que moram em regiões mais distantes. E se incentivando o transporte ativo, tem-se uma grande diminuição de poluentes atmosféricos e aumento da qualidade da saúde da população. Assim, é de grande interesse complementar, ajustar e melhorar, o transporte público coletivo, o sistema cicloviário e as calçadas, garantindo inclusive a locomoção das pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida.

Paralelamente a tais diretrizes, também para facilitar o sistema de circulação de maneira sustentável, se propõe estabelecer instrumentos de controle da oferta de vagas de estacionamento em áreas públicas e o estímulo à manutenção de espaços abertos para fruição pública no pavimento de acesso às edificações, buscando melhorar a movimentação principalmente no centro comercial de Ibitinga, e complementar, ajustar e melhorar o sistema viário, visando a melhor estruturação e ligação interbairros.

Por último, sabendo que boa parte do sucesso de políticas públicas de mobilidade depende das escolhas dos usuários do sistema, procura-se incentivar o uso das tecnologias de menor impacto ambiental e promover o engajamento e conscientização da comunidade, técnicos e gestores públicos sobre a participação da mobilidade pública no desenvolvimento sustentável da cidade.

6.5.3. Ações e Propostas

Considerando tais objetivos e diretrizes, têm-se como ações prioritárias:

- Revisão do Plano de Mobilidade do município, adequando-o às novas diretrizes do Plano Diretor
- Padronização das calçadas pelo município, a partir de parâmetros estabelecidos neste plano, tornando-as espaços inclusivos, democráticos e confortáveis aos seus usuários.
- Implantação de piso tátil nas vias de comércio e serviços e nos locais dos principais equipamentos públicos bem como rampas de acesso em todas as vias da cidade.
- Expansão da sinalização das travessias de pedestres, garantindo maior segurança para quem anda no município

- Construção e complementação de ciclofaixas nas vias estruturais do município.
- Integração do sistema de transporte público coletivo e do sistema de estacionamento de bicicletas (paraciclos e bicicletários) com as calçadas, faixas de pedestre e transposições, visando ao pleno acesso do pedestre e do ciclista aos equipamentos urbanos e sociais.
- Elaboração de um projeto operacional de transporte público coletivo, adequando a oferta de linhas e de veículos à demanda social e urbana.
- Implantar todas as complementações viárias previstas no Plano.
- Sinalizar e padronizar todos os pontos de ônibus garantindo, informação ao usuário, acessibilidade, calçamento, iluminação, sinalização vertical e horizontal.
- Garantir de um transporte público coletivo de qualidade para todos.
- Revisar a regulamentação do transporte de passageiro.
- Alargamento e melhora das vias estruturais e coletoras do município.
- Construção de novas vias no sistema estrutural, permitindo a interligação entre bairros.
- Revisão da regulamentação sobre estacionamentos públicos, priorizando a implantação de Zona Azul
- Ampliação de medidas de segurança para vias escolares e rotas de estudantes
- Manutenção e melhorias das estradas rurais. Com definição de parâmetros de largura mínima, pavimentação e drenagem.

6.5.4. Projetos propostos ou existentes

Os projetos propostos ou existente (já estão em andamento) e que foram apresentados ao longo das oficinas e reuniões, que trarão impactos positivos para o Tema de Mobilidade e auxiliarão no alcance das metas estipuladas são:

- Revisão do Plano de Mobilidade do município, adequando-o às novas diretrizes do Plano Diretor (proposto)
- Projetos Viários novos e existentes
- Projeto da Nova Perimetral (em estudo)
- Parklets (em andamento)
- Zona Azul (em andamento)
- Estudo de novo estacionamento de Ônibus de excursão na área central ou fora dela com sistema de transfer ao centro e outras atrações (proposto)

6.6. Saneamento

Ao adentrar no eixo de Saneamento, é preciso considerar que este pode ser definido por ações as quais objetivam controlar os fatores do meio físico que podem exercer efeito prejudicial ao homem e ao meio ambiente, bem como aqueles que disciplinam o planejamento e execução de obras e serviços do município, compreendendo: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais.

No que tange aos índices de cobertura das redes de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário no município, estes são de 99% e 98% (Censo 2010) respectivamente, faltando muito pouco para se atingir a universalização. Contudo, quando se trata da distribuição de água, o sistema apresentava um índice de perdas de 14% em 2016, conforme o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Ibitinga ainda se caracteriza por percentuais relevantes de desperdício e poluição de recursos hídricos. Segundo o SNIS, o consumo médio per capita de água na cidade foi de 240,8 litros/habitantes/dia, um patamar bastante superior (118%) ao recomendado pela ONU, de 110 litros/habitantes/dia. Quanto à poluição, do total de esgoto doméstico coletado (98%) nada é tratado, sendo despejado in natura no rio São Joaquim.

O despejo de esgoto nos rios e córregos somados aos efeitos da urbanização insustentável intensificam o assoreamento, contribuindo com a erosão interna das ruas e calçadas. Durante as audiências realizadas para o Diagnóstico da cidade, foram identificados vários pontos de alagamento na cidade, dentre os quais pode-se citar os localizados nos bairros Jardim Ibirapuera, Jardim Tropical, Bancários, e Paineiras II.

Sobre a coleta de resíduos sólidos é preciso mencionar que, embora Ibitinga possua um índice alto de coleta para a zona urbana, atingindo os 100% em 2016, apenas 5% destes resíduos são valorizados através da reciclagem. Conforme inventário de resíduos sólidos da Cetesb de 2017, o município destina em média 45,12 toneladas por dia para o aterro sanitário de Catanduva.

6.6.1. Objetivos Estratégico e Específicos

Tendo em vista este cenário o atual e as más projeções para os próximos anos para as problemáticas apresentadas, o **Objetivo Estratégico** é o de garantir o acesso universal e de qualidade ao Saneamento Básico, com os **Objetivos Específicos** sendo: Reduzir os riscos de inundação e alagamento dentro da região urbana; reduzir perdas e desperdícios de água potável; universalização no atendimento e tratamento do esgotamento sanitário, e; reduzir a poluição hídrica e o assoreamento; diminuir o volume de resíduos sólidos destinados à disposição final, principalmente nos aterros.

6.6.2. Diretrizes para o Saneamento

Assim buscando promover o oferecimento de serviços de Saneamento Básico que cubram as necessidades básicas da população de forma articulada à sustentabilidade ambiental, foram selecionadas estas diretrizes:

- I. Articular a expansão das redes com as ações de urbanização e regularização fundiária nos assentamentos precários.
- II. Priorizar medidas e projetos voltados a modernização da rede de abastecimento e de tratamento de água, mitigando as perdas no sistema de distribuição.
- III. Coletar e tratar o esgoto através de estações descentralizadas e econômicas verificando a demanda de cada área.
- IV. Impedir os lançamentos de esgotos nos cursos d'água e no sistema de drenagem e coleta de águas pluviais.
- V. Respeitar as capacidades hidráulicas dos corpos d'água, impedindo vazões excessivas.
- VI. Promover campanhas para reduzir o desperdício de água pela população e incentivar o reaproveitamento de água cinza e pluvial dentro das edificações.
- VII. Preservar e recuperar as áreas com interesse para drenagem, principalmente várzeas, faixas sanitárias, fundos de vale e cabeceiras de drenagem e adequar as regras de uso e ocupação do solo ao regime fluvial nas várzeas.
- VIII. Implantar novos sistemas de drenagem e galerias pluviais e melhorar o serviço de limpeza de bocas de lobo.
- IX. Incentivar o aumento da área permeável nos lotes.
- X. Adotar as bacias hidrográficas como unidades territoriais de análise para diagnóstico, planejamento, monitoramento e elaboração de projetos.
- XI. Promover ações que visem minorar a geração de resíduos e que incentivem a máxima separação e reaproveitamento destes.
- XII. Buscar aumentar a taxa de valorização dos resíduos através de coleta seletiva, reciclagem e compostagem.
- XIII. Assegurar a destinação adequada dos resíduos sólidos.
- XIV. Promover atividades de educação ambiental e comunicação social com ênfase em saneamento.
- XV. Estabelecer a articulação entre as diferentes instituições públicas e destas com o setor empresarial, visando à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos e líquidos.
- XVI. Integrar as políticas de saneamento à legislação estadual sobre as áreas de proteção e recuperação aos mananciais e à legislação referente às unidades de conservação.

A ampliação das redes de saneamento deve se dar de forma planejada, de acordo com as estratégias de expansão definidas para a cidade. Assim, de forma a criar infraestrutura aonde existe demanda, é preciso associar essas redes às ações de urbanização e regularização fundiária. No caso do sistema de coleta e tratamento de esgoto, se faz interessante o incentivo a estações descentralizadas, as adequando às necessidades de cada região.

Considerando os índices de desperdício e de perdas de água em Ibitinga, é indicado a modernização do sistema de distribuição, tornando-o mais eficiente, além de campanhas de

conscientização para evitar gastos desnecessários de água. E, ainda se tratando da preservação dos recursos hídricos, é de extrema importância, integrar as políticas de saneamento às legislações estaduais sobre as áreas de proteção e recuperação dos mananciais, contemplando todo o ecossistema da região, e impedir que continuem lançando esgotos sem tratamento nos cursos d'água, de forma não só a proteger o meio ambiente, mas também a impedir alagamentos.

Nesse sentido, é que se propõe a preservação e a recuperação das áreas com interesse para drenagem, além da instalação de novos sistemas, escoando as águas pluviais de um terreno. Neste tópico ainda seria válido o incentivo ao aumento da área permeável dos lotes, para facilitar a absorção de água pelo solo.

Quando se trabalha com sistemas de saneamento deve-se levar em conta também a gestão de resíduos sólidos. Como já exposto, a cidade apresenta altos índices de geração de lixo e baixos percentuais de reciclagem, portanto, é imprescindível se buscar aumentar a taxa de valorização de resíduos e assegurar a destinação adequada para aqueles que não possam ser reciclados. A fim de facilitar esta gestão é que se aponta também a articulação entre instituições públicas e privadas.

6.6.3. Ações e Propostas

Essas diretrizes devem funcionar como parâmetros para as futuras ações que se destinarão a cumprir os objetivos aqui estabelecidos. Tendo em vista, as opiniões e cenários apresentados nas audiências, algumas ações podem ser consideradas como prioritárias, tais como:

- Modernização e aperfeiçoamento do sistema de abastecimento de água potável, com foco nos equipamentos residenciais, com a manutenção dos hidrômetros.
- Delimitação das bacias hidrográficas da cidade
- Expansão das estações de tratamento de esgoto, bem como dos módulos de tratamento aplicados, construindo uma nova no distrito de Cambaratiba
- Instalação de Estação de Tratamento de Efluentes de Cambará, inserida em Área de Preservação Permanente.
- Ampliação dos reservatórios de água
- Substituição das redes de distribuição de água de amianto e ferro por PVC.
- Modernização e melhorar a manutenção do sistema de drenagem, implementando os projetos já existentes e outros novos.
- Estímulo a criação dos pockets florests (florestas de bolso) para novos empreendimentos, lotes vazios e espaços públicos, e a implantação piso drenante ou calçada verde nas áreas de alagamento críticas.
- Implantação de sistemas de detenção ou retenção temporárias das águas pluviais que contribuam para melhoria do espaço urbano, da paisagem e do meio ambiente.
- Elaboração do Plano Diretor de Drenagem

- Expansão de ações de inclusão social, geração de oportunidades de trabalho e obtenção de renda, incentivo as cooperativas no campo da economia solidária e apoio aos catadores isolados de materiais reaproveitáveis e recicláveis.
- Criação de programa de compostagem e novo sistema de coleta de lixo, com base na coleta seletiva.
- Construção de eco pontos em locais estratégicos da cidade para receber entulho, resíduos de poda, recicláveis e outros.
- Desenvolvimento de projetos educacionais para toda a comunidade de tratamento de resíduos, abrangendo a redução, a reutilização e a reciclagem.
- Revisão do Plano Municipal de Resíduos Sólidos.

6.6.4. Projetos propostos ou existentes

Os projetos propostos ou existente (já estão em andamento) e que foram apresentados ao longo das oficinas e reuniões, que trarão impactos positivos para o Tema de Saneamento auxiliarão no alcance das metas estipuladas são:

- Projeto de controle de perdas
- Projetos de drenagem
- Elaboração do Plano Diretor de Drenagem
- Elaboração do Plano Municipal de Resíduos Sólidos

6.7. Infraestrutura Urbana e Serviços de Utilidade Pública

O Eixo de Infraestrutura, Manutenção e Zeladoria, por sua vez, é integrado pelo sistema de abastecimento de gás; rede de fornecimento de energia elétrica; rede de telecomunicação; rede de dados e fibra ótica; e outros serviços de infraestrutura de utilidade pública, como varrição e iluminação pública.

O crescimento e desenvolvimento das cidades requer uma infraestrutura urbana de qualidade para o atendimento das demandas populacionais, visto que ela é fundamental tanto para melhorar a qualidade de vida dos habitantes quanto para o funcionamento da própria cidade em seus diferentes setores, promovendo assim, o desenvolvimento social e econômico.

Nesse sentido, é de grande importância que toda a população do município possa ter acesso a esses tipos de serviço, os quais devem ser distribuídos conforme a necessidade e a demanda de cada área de Ibitinga, assegurando equidade na distribuição e o bom uso de recursos públicos. Sobre isso, também de forma a otimizar os recursos disponíveis, deve-se maximizar o aproveitamento do espaço para a instalação e utilização de serviços, incentivando o compartilhamento.

Cabe mencionar ainda que, embora muitos destes serviços sejam executados por meio de empresas privadas, eles ainda são de responsabilidade do poder público, o qual deve exercer o controle e a fiscalização das atividades.

6.7.1. Objetivos Estratégico e Específicos

Considerando estes aspectos o **Objetivo Estratégico** deste eixo é o de Ampliar as condições de segurança e qualidade de vida da população, e os **Objetivos Específicos**: Garantir a universalização do acesso à infraestrutura urbana e aos serviços de utilidade pública; assegurar equidade na distribuição territorial dos serviços; racionalizar a ocupação e a utilização da infraestrutura instalada e por instalar, e; garantir a fiscalização eficiente das prestadoras de serviço.

6.7.2. Diretrizes para Infraestrutura Urbana e Serviços de Utilidade Pública

As medidas elaboradas para se atingir estes objetivos devem seguir as seguintes diretrizes:

- I. Garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes das obras e serviços de infraestrutura urbana.
- II. Obedecer às normas de saúde pública e ambiental, com base no princípio da precaução, exigindo laudos técnicos, quanto aos seus efeitos na saúde humana e no meio ambiente,

- para a implantação e manutenção da infraestrutura dos serviços de telecomunicações emissores de radiação eletromagnética.
- III. Instalar os equipamentos de infraestrutura e dos serviços de utilidade pública, garantindo o menor incômodo possível aos moradores e usuários do local, bem como exigindo a reparação das vias, calçadas e logradouros públicos.
 - IV. Promover a gestão integrada da infraestrutura e o uso racional do subsolo e do espaço aéreo urbano, garantindo o compartilhamento das redes, coordenando ações com concessionários e prestadores de serviços e assegurando a preservação das condições ambientais urbanas.
 - V. Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias, buscando otimizar o uso dos recursos dos sistemas de infraestrutura.
 - VI. Coordenar e monitorar a atuação das concessionárias de serviços públicos, inclusive no que diz respeito a segurança dos seus empregados e da população.
 - VII. Estabelecer mecanismos de gestão entre Município, Estado e União para serviços de interesse comum, tais como abastecimento de água, tratamento de esgotos, destinação final de lixo, energia e telefonia.
 - VIII. Melhorar a gestão institucional e viabilizar a regulamentação da documentação das áreas públicas.

Como apontado anteriormente, busca-se a equidade na distribuição da infraestrutura e dos serviços de utilidades pública, os quais não caracterizados apenas por benefícios. Além de provocar incômodo na vizinhança e degradar o solo e vias públicas, muitas obras de instalação e manutenção oferecem riscos à segurança dos trabalhadores e das pessoas no entorno. Assim, se propõe a garantia da justa distribuição dos ônus e benefícios dos serviços; a obediência às normas de saúde pública e ambiental, com base no princípio da precaução; e a instalação e manuseio dos equipamentos de infraestrutura e dos serviços de utilidade pública, garantindo o menor incômodo possível aos moradores e usuários do local, bem como exigindo a reparação das vias, calçadas e logradouros públicos.

No que tange a otimização de recursos, também já mencionada, as diretrizes estabelecem incentivos tanto a gestão integrada da infraestrutura e o uso racional do subsolo e do espaço aéreo urbano, envolvendo a esfera municipal, estadual e federal, quanto o compartilhamento das redes, sempre se utilizando da tecnologia como aliada.

6.7.3. Ações e Propostas

As ações que foram consideradas prioritárias neste eixo foram:

- Expansão da rede de iluminação pública, bem como a melhora da qualidade do serviço, com potências de lâmpadas adequadas aos tipos de vias públicas e com a utilização de tecnologias mais sustentáveis.
- Implementação de cuidados com paisagismo e manutenção das praças das cidades, incentivando parcerias com o setor privado por meio de programas como o "Adote uma Praça".
- Aumento da qualidade dos serviços de limpeza das vias e áreas públicas da cidade, aumentando o número de lixeiras públicas e a frequência de varrição, principalmente no centro comercial.

- Cadastramento das redes de água, esgoto, telefone, energia elétrica, cabos e demais redes que utilizam o subsolo e o espaço aéreo, mantendo Sistema de Informações Integrado de Infraestrutura Urbana, incluindo base cartográfica georreferenciada das redes de infraestrutura.
- Revisão da legislação sobre os serviços de manutenção de áreas públicas, de forma a torná-la mais rígida sobre a depredação de espaços e equipamentos públicos
- Implantar as áreas de conexão de internet sem fio aberta, com qualidade e estabilidade de sinal.

6.8. Serviços e Equipamentos Urbanos e Sociais

Seguindo a linha ainda dos equipamentos e serviços públicos, contudo, voltado às políticas sociais o Eixo Serviços e Equipamentos Urbanos e Sociais, busca a efetivação e universalização de direitos sociais, tendo como componentes os instrumentos de educação, saúde, esportes, assistência social, e segurança pública.

6.8.1. Objetivos Estratégico e Específicos

Seu **Objetivo Estratégico** é promover a proteção integral à família e à pessoa, com prioridade de atendimento às famílias e grupos sociais mais vulneráveis, e os **Objetivos Específicos**: Assegurar a equidade na distribuição territorial dos serviços e equipamentos urbanos e sociais, e; ampliar a cobertura dos serviços e equipamentos urbanos e sociais.

6.8.2. Diretrizes para Serviços e Equipamentos Urbanos e Sociais

As suas diretrizes deste eixo são:

- I. I – Priorizar o uso de terrenos públicos e equipamentos ociosos ou subutilizados como forma de potencializar o uso do espaço público já constituído.
- II. Articular as redes de equipamentos urbanos e sociais.
- III. Integrar territorialmente programas e projetos vinculados às políticas sociais como forma de potencializar seus efeitos positivos, particularmente no que diz respeito à inclusão social e à diminuição de desigualdades.
- IV. Priorizar o atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social e territorial, residentes em áreas distantes dos equipamentos e serviços públicos.
- V. Suprir todas as áreas habitacionais com os equipamentos necessários à satisfação das necessidades básicas de saúde, educação, lazer, esporte, cultura e desenvolvimento social de sua população.
- VI. Estimular a participação mais ativa da sociedade civil nos Conselhos Municipais de cada área.

Durante as audiências foram apontadas a quantidade insuficiente de equipamentos públicos em áreas mais afastadas da cidade, havendo um problema não só de número, mas também de concentração. Ao se olhar para a localização dos equipamentos públicos de saúde, educação, desenvolvimento social e segurança pública, nota-se que eles estão concentrados na região central.

6.8.3. Ações e Propostas

Nesse sentido, é que se pretende suprir todas as áreas habitacionais com os equipamentos necessários a satisfação das necessidades da população, articulando as redes de

equipamentos e priorizando o uso de espaços ociosos ou subutilizados, a fim de poupar o uso de recursos públicos.

As ações consideradas prioritárias para se atingir os objetivos, a partir de tais diretrizes, são:

- Revisão e atualização de programas que possibilitam o acesso da população a direitos sociais, especialmente os programas de educação, saúde, desenvolvimento social e segurança pública.
- Expansão das ações e dos equipamentos destinados à população idosa, seguindo o modelo do Centro Dia do Idoso.
- Aperfeiçoamento e modernização dos equipamentos e da gestão da política de segurança pública com uso de nova tecnologias e inteligência.
- Implantação de programas de prevenção ao uso indevido de substâncias psicoativas e de tratamento aos dependentes químicos, com foco no público jovem.

6.9. Turismo

Sendo considerada uma Estância Turística desde 1992, a cidade possui atrativos ambientais, rurais, culturais, históricos, religiosos, e comerciais, podendo citar: os rios Jacaré-Guaçu, Jacaré-Pepira e Ribeirão dos Porcos; as fazendas da região rural que são abertas ao público; a Matriz do Senhor Bom Jesus; a Biblioteca Municipal; a Escola Professor Ângelo Martin; o Museu Duílio Galli; e a Praça Rui Barbosa. Recentemente ainda, Ibitinga foi incorporada ao Caminho da fé, intensificando o turismo religioso na cidade, que é mercado pela ocorrência de dois grandes eventos, a Via Sacra e o Corpus Christi.

Embora tais atrativos sejam fortes no município, este ainda é majoritariamente caracterizado pelo turismo comercial, representado pelo setor de bordados. Sendo considerada “Capital Nacional dos Bordados”, a produção do bordado na Estância Turística de Ibitinga consolidou uma cadeia produtiva que engloba cerca de 2.200 estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, responsáveis por aproximadamente 40 mil empregos diretos e indiretos. Nesse contexto, para fomentar e divulgar a atividade, todos os anos são realizados eventos específicos sobre os bordados em Ibitinga, os quais são a Feira do Artesanato e a Feira do Bordado.

Quanto a infraestrutura de apoio ao turista, pode-se dizer que ela ainda é incipiente, na medida em que declaram um baixo nível de emprego. Estes setores são marcados por uma alta informalidade na relação empregatícia, o que fortalece a ideia de um setor ainda bastante fraco, frente ao apelo turístico da cidade.

6.9.1. Objetivos Estratégico e Específicos

Neste contexto, tendo como **Objetivo Estratégico** Impulsionar as atividades de turismo em todas as suas segmentações, com foco no desenvolvimento econômico e com incentivo e estímulo à economia criativa, os **Objetivos Específicos** são: Diversificar os atrativos turísticos de Ibitinga; aumentar o número de turistas em Ibitinga, bem como o tempo de permanência deles na cidade; potencializar os atrativos turísticos já explorados, e; ampliar a infraestrutura de apoio ao turista.

6.9.2. Diretrizes para o Turismo

As diretrizes estabelecidas para se atingir os objetivos foram:

- I. Estimular a implementação de melhorias paisagísticas, de infraestrutura e de sinalização turística.
- II. Preservar e valorizar os atuais atrativos turísticos da cidade.

- III. Criar novas oportunidades de desenvolvimento do mercado turístico do município, visando atrair diferentes tipos de turistas.
- IV. Estimular o aproveitamento do potencial paisagístico natural e cultural do município, incentivando o turismo rural, ecoturismo e cicloturismo.
- V. Manter em conjunto com os demais órgãos públicos e privados o observatório de turismo com dados de informações turísticas.
- VI. Fomentar, desenvolver e valorizar o turismo na rede de ensino e promover, juntamente com os órgãos municipais competentes, a educação ambiental, cultural e econômica.
- VII. Fortalecer e consolidar parcerias com os demais municípios e com o Governo Estadual, incentivando o turismo integrado e regionalizado.
- VIII. Promover a divulgação, em âmbito regional e nacional, dos potenciais e eventos turísticos da cidade.
- IX. Respeitar as necessidades e os limites do ecossistema local na promoção das atividades turísticas.

As diretrizes acima estabelecidas buscam consolidar Ibitinga aparece como um polo turístico e de eventos, fomentando, desenvolvendo e explorando, de forma sustentável, a inter-relação entre cultura, economia e meio ambiente como fator de interação social.

Nota-se uma dependência muito forte do Turismo na indústria têxtil, a qual, como se verá mais adiante no tópico sobre Desenvolvimento Econômico, vem apresentando quedas no nível de produção e de emprego tanto no nível federal quanto municipal. Tal setor precisa ser mais bem preservado e protegido, visto a sua importância, contudo a cidade deve diminuir esta dependência, se usando a indústria têxtil e o bordado como portas de entradas importantes para dinamizar outros setores do município.

Nesse sentido, estimula-se a criação de novas oportunidades de desenvolvimento do mercado turístico do município e o melhor aproveitamento do potencial paisagístico natural e cultural, sempre se respeitando as necessidades e os limites do ecossistema local.

Visando fortalecer os atrativos já consolidados e os que precisam ser mais bem aproveitados, se pertinente a valorização destes por parte da própria população, desenvolvendo o turismo na rede de ensino, e a sua divulgação no âmbito regional e nacional, se consolidando parcerias com os demais municípios para promover um turismo integrado.

Contudo, os atrativos turísticos não são suficientes para se criar um polo turístico, é preciso ainda que os turistas possam contar com uma boa infraestrutura de apoio. Portanto, as medidas tomadas na área devem estimular a implementação de melhorias paisagísticas, de infraestrutura e de sinalização turística.

6.9.3. Ações e Propostas

Essas diretrizes devem funcionar como parâmetros para as futuras ações que se destinarão a cumprir os objetivos aqui estabelecidos. Tendo em vista, as opiniões e cenários

apresentados nas audiências, algumas ações podem ser consideradas como prioritárias, tais como:

- Revisão do Plano Municipal de Turismo, adequando-o as novas diretrizes do Plano Diretor.
- Ampliação a infraestrutura de apoio ao turista, como uma central de informações, banheiros, bebedouros, áreas de descanso e sinalizações de atrativos turísticos.
- Revitalização do centro comercial, ampliando o horário comercial principalmente aos fins de semana
- Reorganização do turismo de compras, fortalecendo a imagem e a marca do Bordado de Ibitinga, com a criação de um selo e um museu para o setor, por exemplo.
- Reorganização do turismo religioso, adequando a infraestrutura da cidade a passagem das pessoas que realizam o Caminho da Fé.
- Ampliação do ecoturismo e do turismo cultural, com foco na área rural e nos rios Jacaré-Guaçu e Jacaré-Pepira.
- Dar continuidade a execução do Projeto do Pontal do Jacaré, o qual permitirá o atracamento de embarcações de grande porte, permitindo que Ibitinga entre na rota do Cruzeiro Fluvial (Barra Bonita – Jaú – Ibitinga).
- Criação de roteiros turísticos, incentivando a permanência do turista na cidade.
- Desenvolvimento de rotas turísticas passíveis de serem realizadas por ciclistas, visando novos perfis de turistas.
- Alinhamento dos principais eventos com os municípios da Microrregião, de forma a desenvolver um calendário em comum.
- Apoio à qualificação dos profissionais de turismo em parceria com instituições especializadas.
- Capacitar lojistas, comerciantes e profissionais de atendimento ao público, de serviços público ou privado para a divulgação das atividades turísticas da cidade.
- Ampliação e intensificação das ações de divulgação das atividades turísticas, dando prioridade aos meios digitais.

6.9.4. Projetos propostos ou existentes

Os projetos propostos ou existente (já estão em andamento) e que foram apresentados ao longo das oficinas e reuniões, que trarão impactos positivos para o Tema do Turismo e auxiliarão no alcance das metas estipuladas são:

- Boulevard José Custódio (em andamento)
- Novos banheiros (em andamento)
- Atendimento ao Turista (em andamento)
- Museu do Bordado (proposto)
- Parque Urbano (em andamento)
- Complexo Pontal do Jacaré (em andamento)
- Revitalização da antiga estação da estrada de ferro (em andamento)
- Finalização da obra ou novo uso ao teatro (proposto)
- Revisão do Plano Municipal de Turismo, adequando-o as novas diretrizes do Plano Diretor (proposto)

6.10. Desenvolvimento Econômico

Analisando a economia da cidade, nota-se que O PIB per capita de Ibitinga em 2015 foi de R\$ 22.605,11, sendo que comércio e serviços correspondiam a 48,1% do total de riquezas produzidos pelo município, enquanto a indústria respondia por 30,9%, administração pública a 15% e agropecuária a 5%. Essa distribuição aponta uma maior relevância proporcional da indústria que a observada na média do país e mesmo do Estado de São Paulo.

Em termos de emprego formal a indústria se mostra ainda mais relevante, respondendo por 48% do total de vínculos ativos reportados em 2017. A indústria têxtil sozinha responde por 40% do total de postos de trabalho no município, confirmando a importância que esse segmento tem para Ibitinga. Considerando também o comércio especializado em artigos de confecção e têxteis, a representatividade do setor têxtil atinge 45% dos empregos formais.

Contudo, desde 2008, este setor vem apresentando quedas tanto no nível de produção quanto de emprego na esfera nacional, criando uma tendência que atingirá a confecção de Ibitinga.

Em se tratando ainda dos empregos na cidade, é possível não só observar uma concentração deles em determinados setores como também uma concentração territorial, na região central da cidade.

6.10.1. Objetivos Estratégico e Específicos

A partir deste cenário, o Eixo de Desenvolvimento Econômico tem como **Objetivo Estratégico** reforçar o papel do município como centro industrial, comercial, de serviços, de conhecimento, de criação e inovação, por meio de atividades econômicas sustentáveis, e como **Objetivos Específicos**: Diversificar os setores econômicos preponderantes; desconcentrar territorialmente os empregos; modernizar a estrutura produtiva, e; fomentar a produção rural e seus derivados, agregando valor aos produtos, especialmente os ecologicamente corretos.

6.10.2. Diretrizes para o Desenvolvimento Econômico

As diretrizes estabelecidas para se atingir os objetivos foram:

- I. I – Induzir uma distribuição mais equitativa do emprego, desconcentrando as atividades econômicas. Como foco na diversificação da indústria e do agronegócio
- II. Proteger os setores produtivos já consolidados em moldes compatíveis com as novas condições sociais, ambientais e territoriais estabelecidas pelo Plano Diretor.
- III. Fomentar e incentivar a ampliação e/ou instalação de novos empreendimentos, empregos e negócios.

- IV. Estabelecer programas de incentivo e facilitadores da formalização de empreendimentos informais.
- V. Potencializar a capacidade criativa, o conhecimento científico e tecnológico e a inovação existentes no Município para gerar atividades econômicas de alto valor agregado e ambientalmente sustentáveis.
- VI. Proporcionar o desenvolvimento econômico local visando ao incremento de atividades produtivas articuladas às transformações do território como mecanismo de inclusão social.
- VII. Promover o desenvolvimento sustentável da zona rural com o apoio à agricultura familiar, em especial a orgânica, e ao turismo sustentável, em especial de base comunitária.
- VIII. Viabilizar o desenvolvimento tecnológico, a inovação e a criatividade dos setores produtivos.

Como é possível notar a partir dos dados acima, não é apenas a área de Turismo que é dependente da indústria e do comércio têxtil, mas a economia da cidade como um todo. Isto torna o município extremamente sensível às variações que podem ocorrer no setor. Com isso, se por um lado é preciso proteger os setores produtivos já consolidados, como é o caso do setor têxtil, por outro, cabe o incentivo à ampliação e instalação de novos empreendimentos, se potencializando a capacidade criativa, o conhecimento científico e tecnológico, e a inovação existentes em Ibitinga.

No que tange a distribuição de empregos na cidade, há uma concentração destes na área central, a qual pode ser notada no maior número de estabelecimentos comerciais nesta região. Sendo assim se propõe induzir uma distribuição mais equitativa do emprego, e incentivar e facilitar a formalização de empreendimentos informais, aumentando a proteção sobre o trabalhador.

Por último, cabe destacar a diretriz de promoção ao desenvolvimento sustentável da zona rural com o apoio à agricultura familiar, em especial a orgânica, e ao turismo sustentável, em especial de base comunitária. Embora a agropecuária represente apenas cerca de 5% do PIB, a cidade é caracterizada por apresentar grandes monoculturas, as quais, como já citado no tópico de Meio Ambiente, foram responsáveis por grandes desmatamentos e poluição hídrica, assim, se faz necessário o fomento a atividades produtivas sustentáveis no campo, que contem com maior participação da mão de obra humana.

As ações que foram consideradas prioritárias para se atingir os objetivos foram:

- Estímulo a atividades econômicas que permitam equilibrar a relação emprego/moradia em todas as regiões da cidade.
- Facilitar a abertura e fomentar a sustentabilidade de micro e pequenas empresas.
- Facilitação para a instalação de empresas no Município, por meio de incentivos tributários e urbanísticos, facilitando os procedimentos administrativos.
- Desenvolvimento de assistência técnica e incentivo à pesquisa e tecnologia, visando aumentar a produtividade e a diversificação da agropecuária e a organização do abastecimento alimentar e das comunidades rurais.
- Ampliação do oferecimento de cursos técnicos e profissionalizantes nos diversos setores da economia.

- Criação, implantação, divulgação e consolidação de uma rede de informações socioeconômicas com atualização contínua através de parcerias com universidades e faculdades da região.

6.11. Transparência, Liderança e Comunicação

Os objetivos e diretrizes aqui estabelecidos buscam, em última instância, garantir o direito do cidadão ao processo de participação social. Participação social é o reconhecimento do direito a interferir nas decisões políticas e também a expressão das necessidades da população a nível democrático, bem como argumentar e realizar propostas de consenso coletivo de todo cidadão.

A participação popular traz ganhos reais para os cidadãos e também para a efetividade das ações dos governos. Ao contar com a sociedade na elaboração das políticas públicas, há maior chance de elas serem consistentes e eficazes, melhorando o desempenho administrativo. Por isso, compreende-se que é incompatível com uma boa administração não ter os cidadãos ao seu lado, auxiliando o governo.

6.11.1. Objetivos Estratégico e Específicos

Com isso, aqui **Objetivo Estratégico** é o de garantir ao cidadão o desempenho de um papel ativo na condução das políticas públicas, controlando a gestão dos recursos públicos, e os **Objetivos Específicos** são: garantir transparência no conteúdo e nos resultados das políticas públicas; ampliar a utilização dos meios digitais para participação social, e; melhorar a qualidade da comunicação entre governo municipal e sociedade.

6.11.2. Diretrizes para a Transparência, Liderança e Comunicação

As diretrizes escolhidas para guiarem as ações de realização destes objetivos são:

- I. Promover, estimular e garantir a participação da população e dos segmentos sociais nos espaços democráticos de gestão da cidade.
- II. Facilitar o acesso da população aos dados abertos sobre a cidade, com foco naqueles referentes ao desenvolvimento de programas e projetos, oriundos das esferas municipal, estadual e federal.
- III. Garantir a realização do princípio de publicidade da administração pública, fortalecendo a divulgação das ações do governo.
- IV. Fortalecer os canais de comunicação entre as instituições governamentais e a sociedade
- V. Assegurar a plena execução da lei federal de acesso à informação (LAI).
- VI. Incentivar o desenvolvimento, por parte da sociedade civil, de canais e instrumentos de participação e controle social.
- VII. Estimular a coprodução de novas aplicações a partir de dados públicos.
- VIII. Troca de informações e experiências com universidades, grupos de pesquisa, demais municípios da região e outras Estâncias Turísticas.

- IX. Comunicar e engajar a sociedade civil na busca pelo desenvolvimento local, sua integração regional, no fortalecimento da identidade da cidade, das relações humanas e na constante melhoria da qualidade de vida.

Entende-se que, para garantir um papel mais ativo por parte do cidadão na elaboração, execução e avaliação de políticas públicas é preciso, primeiramente, uma boa comunicação entre poder público e sociedade, com grande publicidade de cada uma das ações e dos processos conduzidos pelo primeiro. Sem isso, o cidadão não sabe nem quando nem aonde se posicionar.

Aliada a esta publicidade, é necessária transparência. Hoje, como pode-se notar pelo próprio Portal da Transparência de Ibitinga, há um grande foco na publicação de dados referentes à prestação de contas públicas. Isto é importante para assegurar ao cidadão que o dinheiro público está sendo empregado de maneira eficiente, mas não é o bastante para mostrá-lo se o uso de tais recursos tem sido efetivo. Isto só possível por meio da divulgação de dados sobre os resultados de políticas públicas, sendo possível compará-los com as metas estabelecidas.

Por fim, estes conteúdos, sejam de dados ou informações públicas, devem ser publicados em meios de fácil acesso pela população. Com a propagação da internet pelo país, é cada vez mais recomendado que a comunicação entre governo e sociedade se dê pelos meios digitais, os quais possibilitam uma resposta rápida e de baixo custo.

6.11.3. Ações e Propostas

Essas diretrizes devem funcionar como parâmetros para as futuras ações que se destinarão a cumprir os objetivos aqui estabelecidos. Tendo em vista, as opiniões e cenários apresentados nas audiências, algumas ações podem ser consideradas como prioritárias, tais como:

- Garantia da participação dos cidadãos como colaboradores e fiscalizadores das ações da administração pública nos Conselhos Municipais instituídos por lei e nas audiências públicas
- Fortalecimento dos Conselhos Municipais, por meio de uma estrutura física e administrativa adequada
- Reestruturação do Portal da Transparência de Ibitinga, incorporando dados abertos sobre os programas e projetos em execução e a serem executados nas cidades
- Divulgação para a população dos canais de comunicação, participação e controle social.

A tabela apresenta no anexo 9.4 - Tabela - Objetivos Estratégicos e Diretrizes - Quadro Geral, apresenta de forma resumida e direta, todos os objetivos, diretrizes, ações e propostas apresentados até o momento, bom como os indicadores e metas que serão apresentados a seguir.

7. Metas e Indicadores

Na tabela a seguir são apresentados os indicadores e as metas elencados, para cada objetivo geral. Para isso, foram selecionados indicadores que permitirão medir o resultado final de cada objetivo e avaliar de maneira direta o atingimento da meta proposta. Foi levado em conta a facilidade de obtenção e de medição do indicador, priorizando-se aqueles que já são medidos pelo município ou pelo estado de maneira sistemática.

Os indicadores selecionados são aqueles que melhor representam, de maneira simples, mas tecnicamente racional, variações concretas nas políticas adotadas que possam ser constatadas pela população e pelo poder público, para cada um dos objetivos definidos.

Para isso, os **objetivos gerais** são definidos como os fins a serem perseguidos pelo plano para o cumprimento de sua intenção inicial. Devem constituir o elo entre as diretrizes das políticas e seu referencial estratégico; traduzir os desafios a serem enfrentados nos próximos anos e possuir capacidade de serem mensuráveis.

O **Indicador**, por sua vez, é uma medida usada para substituir, quantificar ou significar um conceito abstrato com interesse programático. Neste caso, os indicadores são as medidas utilizadas como *proxy* dos objetivos selecionados para o plano. Todo indicador deve ter uma métrica, uma unidade de medida e uma periodicidade de medição.

As **metas** são a expressão quantificada dos objetivos através dos indicadores. Para isso as metas devem levar em conta uma unidade de referência, preferencialmente o diagnóstico, e as medidas futuras definidas através de *benchmark* ou da possibilidade de êxito dos projetos do plano.

Da mesma forma como feito com os objetivos gerais e indicadores, foram propostos os conjuntos de metas com base na cesta de possibilidades disponíveis e identificadas nos planos estudados e nas audiências, oficinais e formulários realizados. Para cada um dos objetivos foram sugeridas metas vinculadas aos indicadores.

Tema	Objetivo Geral	Indicadores	Metas
Habitação	Assegurar a toda a população o acesso a moradias dignas, que garantam qualidade de vida e justiça social.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Índice de Pessoas Cadastradas por Habitantes (n° de pessoas cadastradas na secretaria de habitação / n° de habitantes) ▪ Medida em percentual ▪ Atualmente em 6% 	Zerar o déficit habitacional do município ou manter Índice de Pessoas Cadastradas por Habitante à 1%
Meio Ambiente	Desenvolver a utilização racional dos recursos naturais, em especial da água, do solo e do ar, de modo a diminuir os impactos sobre o ecossistema local e garantir uma cidade sustentável para as presentes e futuras gerações	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Índice de área verde por habitante (m² total de áreas verdes da área urbana / n° de habitantes) ▪ Medida em m² ▪ Atualmente em 6,4m² 	Atingir o índice recomendado pela OMS entre 10 e 16 m ² de área verde por habitante
Uso e ocupação do solo	Garantir, por meio de políticas fundiárias e de uso e ocupação do solo, o acesso à terra para as funções sociais da cidade e para a proteção ao patrimônio ambiental e cultural	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Índice de lotes por habitantes (n° de lotes/n° de habitantes) ▪ Medida em n° ▪ Atualmente em 0,61 	Diminuir para 0,57 o índice de lotes por habitantes
Cultura e Lazer	Democratizar o acesso à cultura e ao lazer de forma descentralizada, incluindo a população residente e turistas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A ser avaliado junto com a prefeitura 	A ser avaliado junto com a prefeitura



Tema	Objetivo Geral	Indicadores	Metas
Mobilidade	Melhorar as condições de mobilidade (com foco na mobilidade ativa) de toda a população, garantindo conforto, segurança e modicidade	<ul style="list-style-type: none">▪ N° de habitantes atendidos pela rede de transporte coletivo (dentro de um buffer de 250m)▪ Medida em n°▪ Atualmente em XX.XXX	Dobrar o n° de habitantes atendidos pela rede de transporte coletivo
		<ul style="list-style-type: none">▪ Índice de domicílio com acessibilidade (dado do IBGE)▪ Medida em percentual▪ Atualmente em XX%	100% dos domicílios com acessibilidade
Saneamento	Garantir o acesso universal e de qualidade ao Saneamento Básico	<ul style="list-style-type: none">▪ Índice de perda de água no sistema de abastecimento▪ Medida em percentual▪ Atualmente em 40%	Zerar ou Reduzir o Índice de perda de água no sistema de abastecimento para 5%
		<ul style="list-style-type: none">▪ Índice de residências com tratamento de esgoto (n° de residências com tratamento de esgoto/n° de residências)▪ Medida em percentual▪ Atualmente em 0%	Tratar 100% do esgoto urbano

Tema	Objetivo Geral	Indicadores	Metas
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Toneladas de lixo levado ao aterro ▪ Medida em tonelada ▪ Atualmente em XXX ton. 	Levar ao aterro sanitário apenas os dejetos (que não podem ser reciclados ou tratados)
Infraestrutura Urbana e Serviços de Utilidade Pública	Ampliar as condições de segurança e qualidade de vida da população.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A ser avaliado junto com a prefeitura 	Cobertura de 100% de rede iluminação pública.
Serviços e Equipamentos Urbanos e Sociais – Segurança, Saúde, Educação e Desenvolvimento Social	Promover a proteção integral à família e à pessoa, com prioridade de atendimento às famílias e grupos sociais mais vulneráveis	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Índice de população de rua por habitante ▪ Medida em percentual ▪ Atualmente em xx% 	Zerar o índice de população em situação de rua pelo nº habitantes
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Índice de assaltos por habitante ▪ Medida em percentual ▪ Atualmente em xx% 	Reduzir pela metade o índice de nº de assaltos pelo nº de habitantes
Turismo	Impulsionar as atividades de turismo em todas as suas segmentações, com foco no desenvolvimento econômico e com incentivo e estímulo à economia criativa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proporção de turistas x excursionistas (% de turistas x % de excursionistas) ▪ Medida em percentual ▪ Atualmente em de 84% excursionistas e 16% turistas 	Equilibrar a proporção de excursionistas x turistas na cidade
Desenvolvimento Econômico	Reforçar o papel do município como centro industrial, comercial, de serviços, de conhecimento, de criação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proporção de empregos da indústria do bordado X demais indústrias (% de empregos da indústria do bordado x % 	Equilibrar a proporção de empregos industriais dentro e fora da indústria dos

Tema	Objetivo Geral	Indicadores	Metas
	e inovação, por meio de atividades econômicas sustentáveis	de demais indústrias) ▪ Medida em percentual ▪ Atualmente em de 84% de empregos da indústria do bordado e 16% das demais indústrias	bordados
Transparência, Liderança e Comunicação	Garantir ao cidadão o desempenho de um papel ativo na condução das políticas públicas, controlando a gestão dos recursos públicos	▪ Nota do Ranking de transparência ▪ Medida em n° ▪ Atualmente em 8,85	Alcançar ou superar a nota de 9.51 (melhor do Estado de São Paulo)

Tabela 12 – Tabela de Indicadores e Metas por Objetivo Geral

8. Próximos Passos

Com a aprovação dos Objetivos Estratégicos, Específicos, Diretrizes, Ações e Propostas por Eixo Prioritário, bem como suas Metas e Indicadores, avançaremos para a 3ª Etapa do Projeto, chamada de **Instrumentos Urbanísticos**.

Nesta 3ª Etapa serão definidos os instrumentos urbanísticos a serem incorporados pelo Plano Diretor, seu planejamento e sua gestão. Em conjunto com equipe técnica da prefeitura serão definidos a maneira de aplicação dos instrumentos no território – quais, onde e como serão aplicados os instrumentos urbanísticos que subsidiarão na promoção da função social da cidade e da propriedade, sempre de acordo com a realidade do município. A partir desta caracterização e resgatando-se as especializações referentes às áreas por predominância de uso (habitacional, industrial, comercial e de serviços e mista) será realizada também a hierarquização do sistema viário.

Os resultados a serem apresentados na próxima etapa são:

Planta de Zoneamento do uso e ocupação do solo, destacando-se as áreas onde:

- deverá ser permitido o adensamento;
- desenvolvimento turístico;
- de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural, paisagístico e histórico e cultural, entre outras.
- onde incidirão os instrumentos selecionados;
- quais locais passíveis de se ultrapassar o coeficiente de aproveitamento básico, mediante contrapartida e definição dos limites máximos de aproveitamento, considerando a proporcionalidade entre a infraestrutura existente e o aumento de densidade esperado para cada área;
- onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infraestrutura e de demanda para utilização, na forma do art. 5º do Estatuto da Cidade.
- definição no território as áreas de ZEIS para habitação de interesse social.

Também serão considerados e trabalhados outros assuntos importantes e sensíveis ao município, como:

- caracterização e tendência do uso do solo e da estrutura fundiária, evolução do parcelamento do solo e da ocupação urbana;
- a dinâmica do mercado de terras e sua evolução nos últimos anos; uso do solo urbano e rural; demanda por solo urbano atual e para os próximos anos;
- áreas subutilizadas, ocupação do solo e áreas com precariedade de infraestrutura, segundo bairros ou localidades, relacionando densidade construtiva, densidade demográfica e capacidade de suporte da infraestrutura urbana;
- análise da política de habitação popular;
- análise da legislação urbanística e físico-territorial e dos aspectos institucionais, questões relacionadas à adequação da legislação à realidade do uso e ocupação do solo existente;

- procedimentos e instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento (loteamentos, desmembramentos e remembramentos), edificações e consultas prévias, liberação de alvarás, laudo de conclusão de obras e “habite-se”;
- procedimentos e instrumentos visando à regularização fundiária sustentável, identificando parâmetros e ações para regularizar áreas ocupadas;
- procedimentos relacionados com os loteamentos, compensações, parcelamentos e edificações compulsórias, remembramentos de lotes urbanos e demais requisitos urbanísticos:
 - tamanho mínimo dos lotes, infraestrutura mínima obrigatória que loteador deverá implantar, bem como o prazo estabelecido para tal, a parcela que deve ser doada ao poder público com a definição de seu uso (assegurando ao município a escolha das áreas mais adequadas), a definição das áreas prioritárias e das áreas impróprias ao parcelamento, proposição de áreas para loteamentos populares (Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS), faixas de servidões, faixas de proteção, faixas de domínio, áreas ou pontos de interesse paisagístico e outros requisitos em função da peculiaridade local, considerando-se a legislação federal competente.

Para as zonas urbanas serão estudados e discutidos parâmetros urbanísticos para fazer cumprir a função social da propriedade, em função da capacidade de suporte da infraestrutura e visando a utilização dos instrumentos urbanos definidos no Plano Diretor. Podendo-se considerar: coeficiente de aproveitamento (preferencialmente coeficiente único), taxa de ocupação, gabarito (número máximo de pavimentos e altura máxima), recuo e afastamento, taxa mínima de permeabilidade e classificações dos usos (usos permitidos, permissíveis e proibidos) que garantam a qualidade ambiental e paisagística do espaço urbano.

Será definindo ainda qual o planejamento e forma de gestão do município que é possível alcançar com os recursos disponíveis e condições existentes, bem como quais são os temas prioritários e as estratégias para se chegar a este município possível. Definindo quais as destinações dadas às diferentes áreas do município com a definição do uso e ocupação do solo, quais os parâmetros urbanísticos de ocupação de cada área; qual a destinação, ou categorias de uso entre outros.

Será definido também, em junto com a Prefeitura Municipal, uma estrutura permanente para participação do poder público e da sociedade, que deverá definir os responsáveis e a forma como se dará a implementação do Plano Diretor Municipal Participativo; quem monitorará e acompanhará a implementação do Plano e demais normas; e como e quando o Plano será revisto. Além de dar suporte às adequações do PPA, LDO e LOA, bem como a indicação das fontes de recursos para a realização de todo o Plano.

9. Anexos

9.1. Planilha 1 – Projeções Otimistas

Tabela enviada em arquivo digital:

AnalisesEconomicas_Ibitinga_Projecoes_2019.04.09_OTIMISTA.xlsx

9.2. Planilha 2 – Projeções Pessimistas

Tabela enviada em arquivo digital:

AnalisesEconomicas_Ibitinga_Projecoes_2019.04.09_PESSIMISTA.xlsx

9.3. Planilha 3 – Projeções Referencial

Tabela enviada em arquivo digital:

AnalisesEconomicas_Ibitinga_Projecoes_2019.04.09_REFERENCIAL.xlsx

9.4. Tabela - Objetivos Estratégicos e Diretrizes - Quadro Geral

Tabela apresentada abaixo também será disponibilizada em arquivo digital:

P4 - Objetivos Estratégicos e Diretrizes_Quadro Geral.xlsx

Tema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diretrizes	Ações e propostas	Indicadores	Metas
Habitação	Assegurar a toda a população o acesso a moradias dignas, que garantam qualidade de vida e justiça social.	Reduzir o déficit habitacional	<p>Priorizar a população de baixa renda e a população residente em imóveis ou áreas insalubres, áreas de risco e áreas de preservação permanente.</p> <p>Aproveitar os imóveis não edificadas, não utilizados e/ou subutilizados das áreas centrais ou já consolidadas da cidade.</p>	<p>Criação de um fundo habitacional para captação de recursos para construção de moradias de Interesse Social</p> <p>Elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social</p>	<p>Índice de Pessoas Cadastradas por Habitante</p> <p>(n° de pessoas cadastradas na secretaria de habitação / n° de habitantes)</p> <p>Medida em percentual</p> <p>Atualmente em 6%</p>	<p>Zerar o déficit habitacional do município ou manter Índice de Pessoas Cadastradas por Habitante à 1%</p>
		Reduzir o número de moradias irregulares e/ou inadequadas	<p>Incentivar a produção de lotes e/ou unidades urbanizados com serviços, equipamentos e infraestruturas adequados</p> <p>Evitar a formação de novos núcleos urbanos informais, principalmente em áreas de risco.</p> <p>Facilitar a regularização, requalificação e/ou realocação das habitações subnormais ou em áreas de risco, de forma a garantir estabilidade e segurança à esta população.</p>	<p>Revisão dos critérios e procedimentos para a distribuição das novas Habitações de Interesse Social, considerando as necessidades dos grupos sociais mais vulneráveis.</p> <p>Apoio a produção social da moradia fomentando e prestando assistência técnica às associações, cooperativas e demais entidades que atuam na produção social da moradia.</p> <p>Aplicação de instrumentos previstos para a regularização fundiária, em especial a demarcação urbanística e a legitimação da posse, inclusive em área de preservação ambiental, quando presentes os requisitos legais.</p>		

Tema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diretrizes	Ações e propostas	Indicadores	Metas
		Reduzir os impactos dos assentamentos sobre o meio ambiente	<p>Considerar as condicionantes ambientais nas intervenções habitacionais, com a articulação entre urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários.</p> <p>Incentivar a adoção de tecnologias socioambientais, em especial as relacionadas ao uso de energia solar, gás natural e ao manejo da água e dos resíduos sólidos e à agricultura urbana.</p>	<p>Viabilização da regularização dos aglomerados conforme normas estabelecidas por lei federal (REURB) e/ou lei municipal</p> <p>Definição de penalidades mais rígidas para as propriedades que não cumprirem com a função social</p>		
Meio Ambiente	Desenvolver a utilização racional dos recursos naturais, em especial da água, do solo e do ar, de modo a diminuir os impactos sobre o ecossistema local e garantir uma cidade sustentável para as presentes e futuras gerações	<p>Aumentar as áreas verdes dentro e fora do perímetro urbano, incentivando a reflorestamento</p> <p>Aumentar a participação ativa da sociedade civil nas ações de proteção ao meio ambiente</p>	<p>Conservar a biodiversidade, os remanescentes da flora e da fauna, reabilitando as áreas degradadas e reinserindo-as no ecossistema.</p> <p>Proteger os recursos hídricos e mananciais de abastecimento, definindo, nas áreas de proteção aos mananciais, legislação de uso e ocupação do solo compatível.</p> <p>Controlar as atividades com potencial ou efetivamente poluidoras, com especial atenção para as emissões de poluentes atmosféricos e para o despejo de dejetos em áreas verdes, rios e córregos.</p>	<p>Estímulo a agricultura familiar, urbana e periurbana, incentivando a agricultura orgânica e a diminuição do uso de defensivos agrícolas.</p> <p>Criar novos parques urbanos, assim como implementar uma política de arborização urbana e de manutenção de praças.</p> <p>Determinação de iniciativas e obrigações ambientais para os loteadores.</p>	<p>Índice de área verde por habitante</p> <p>(m² total de áreas verdes da área urbana / n° de habitantes)</p> <p>Medida em m²</p> <p>Atualmente em 6,4m²</p>	Atingir o índice recomendado pela OMS entre 10 e 16 m² de área verde por habitante

Tema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diretrizes	Ações e propostas	Indicadores	Metas
		Diminuir os índices de erosão nas áreas de várzeas dos rios	Favorecer a criação de áreas verdes e até de maciços florestais na área urbana, priorizando a construção de corredores verdes, com especial atenção às áreas mais periféricas da cidade.	Criação de um programa de Educação Ambiental Permanente.		
		Diminuir os índices de poluição da água, do solo e do ar.	Incentivar estudos e pesquisas de tecnologias orientadas para o uso sustentável e a proteção dos recursos e bens ambientais.	Elaboração de um plano de arborização urbana		
		Produzir e divulgar informações ambientais organizadas e qualificadas	Estimular a adoção de hábitos, costumes e práticas, que visem à proteção dos recursos ambientais. Atuar em conjunto com outros municípios da Região e com outras esferas de governo para reduzir a degradação do meio ambiente e garantir a sua proteção.	Ampliar a coleta de lixo na área rural Criação de um Fundo Ambiental Incentivar que as áreas verdes em loteamentos contíguos a áreas de preservação sejam unificadas.		

Tema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diretrizes	Ações e propostas	Indicadores	Metas
Uso e ocupação do solo	Garantir, por meio de políticas fundiárias e de uso e ocupação do solo, o acesso à terra para as funções sociais da cidade e para a proteção ao patrimônio ambiental e cultural	Evitar o espraiamento de área urbana, aumentando a densidade construtiva, demográfica, habitacional e de atividades dentro do perímetro urbano	<p>Fomentar o uso misto do solo, estimulando a implantação de atividades de comércio e serviços nas regiões periféricas da cidade, incentivando a descentralização.</p> <p>Desestimular a implantação de novos bairros afastados, incentivando instalações de empreendimentos em áreas já consolidadas.</p>	<p>Garantir dentro da Lei de Uso e Ocupação do Solo, a criação de zonas de ocupação especiais para aplicação de diretrizes específicas para as áreas do aeroporto, transbordo, ETE, áreas de ocupação, etc.</p> <p>Garantir dentro da Lei de Uso e Ocupação do Solo, a definição de Zonas de Interesse Social (ZIS) compatíveis com a real demanda por Habitações de Interesse Social, melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização de assentamentos irregulares.</p>	<p>Índice de lotes por habitantes</p> <p>(n° de lotes/n° de habitantes)</p> <p>Medida em n°</p> <p>Atualmente em 0,61</p>	<p>Diminuir para 0,57 o índice de lotes por habitantes</p>
		Atingir o equilíbrio, em cada área da cidade, na relação entre os locais de emprego e moradia	<p>Compatibilizar a implantação de novos empreendimentos imobiliários com a malha urbana implantada e prevista no plano diretor de maneira a garantir a preservação ambiental, qualidade do espaço urbano e melhores condições de vida dos moradores.</p>	<p>Garantir dentro da Lei de Uso e Ocupação do Solo, a definição de novos parâmetros mínimos de aprovação e liberação de loteamentos</p>		

Tema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diretrizes	Ações e propostas	Indicadores	Metas
			Estabelecer loteamentos que garantam sistema viário completo e adequado (com larguras mínimas, calçamento do leito carroçável e da via de pedestre, ponto de ônibus, sinalização horizontal e vertical) e áreas pública (áreas verdes, praças, áreas institucionais, equipadas e cercadas) com infraestrutura mínimas (drenagem, energia elétrica, saneamento e iluminação pública).	Garantir dentro da revisão do Código de Obras a regulamentação, clara e objetiva, da implantação de novos empreendimentos imobiliários.		
		Garantir a equidade ao acesso à equipamentos, infraestrutura e serviços públicos em todas as regiões da cidade.	Evitar conflitos entre usos impactantes e sua vizinhança Promover a articulação entre espaço público e espaço privado, por meio de estímulos à manutenção de espaços abertos para fruição pública no pavimento de acesso às edificações e priorizando a adoção de fachadas ativas.	Conscientização da população sobre as áreas irregulares, com foco nas áreas dos rios Jacaré-Guaçu e Jacaré-Pepira. Melhorar a fiscalização dos loteamentos nas áreas de preservação ambiental.		

Tema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diretrizes	Ações e propostas	Indicadores	Metas
		<p>Impedir loteamentos que não atendam as normas estabelecidas nas legislações fundiárias e ambientais vigentes</p>	<p>Criar, nas áreas rurais, um padrão de uso e ocupação compatível com as diretrizes de desenvolvimento econômico sustentável previstas, em especial as relacionadas às cadeias produtivas da agricultura e do turismo sustentáveis.</p> <p>Garantir a manutenção e ampliação das áreas industriais compatíveis com o entorno e prever a criação de novas áreas adequadas às especificidades do uso industrial, de modo a garantir a preservação do nível de emprego industrial na cidade.</p>	<p>Revisão do Macrozoneamento com enfoque nas atividades econômicas</p> <p>Utilização de IPTU como ferramenta de transformação urbana, como o IPTU Progressivo para incentivo à utilização de terrenos vazios ou subutilizados na área urbana e o IPTU verde para incentivar a aplicação de medidas de preservação ambiental nas edificações como maior permeabilidade, reuso de água cinza ou pluvial, energia solar, etc.</p>		



Tema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diretrizes	Ações e propostas	Indicadores	Metas
Cultura e Lazer	Democratizar o acesso à cultura e ao lazer de forma descentralizada, incluindo a população residente e turistas	Promover a identificação e organização de bens e manifestações culturais, visando seu registro, valorização e possível proteção.	Fomentar a participação social na identificação, proteção e valorização do patrimônio e dos territórios culturais e de lazer	Elaborar o Plano Municipal de Cultura	A ser avaliado junto com a prefeitura	A ser avaliado junto com a prefeitura
		Desconcentrar os espaços de lazer e o desenvolvimento de atividades culturais dentro do perímetro urbano	Articular diferentes instituições públicas ou privadas para a formulação de políticas e programas que viabilizem a preservação dos equipamentos de cultura e lazer.	Reconhecer, dentro do zoneamento da cidade, uma Zona de Proteção Cultural Reconhecer, organizar, apoiar e divulgar os eventos culturais de iniciativa da comunidade		
		Ampliar o número de espaços e equipamentos públicos que oferecem atividades culturais e de lazer	Promover o melhor aproveitamento dos espaços públicos, incentivando o desenvolvimento de atividades culturais e de entretenimento em prédios subutilizados e em locais abertos, tais como praças e ruas	Revitalizar e estabelecer melhor manutenção de espaços esportivos/ de lazer, como as quadras esportivas já existentes Revitalizar prédios e construções abandonados ou subutilizados para a promoção de espaços e atividades culturais, tendo como exemplos a antiga estação ferroviária e o teatro		

Tema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diretrizes	Ações e propostas	Indicadores	Metas
		Divulgar, dentro e fora do município, as atividades de cultura e lazer de Ibitinga	<p>Incentivar a identificação e desenvolvimento de projetos de valorização de áreas ou territórios representativos da identidade e memória cultural, histórica e urbanística para a formação da cidade.</p> <p>Integrar e articular os bens culturais e de lazer ao sistema de ordenação territorial do município.</p>	<p>Promover a realização de eventos e atividades de cultura e lazer em vias e espaços públicos, se utilizando das praças e das próprias ruas, com projetos como o "Ruas de Lazer"</p> <p>Criação de um aplicativo com toda agenda cultural da cidade, para facilitar a divulgação e o acesso à informação.</p> <p>Criação de um fundo para Cultura</p> <p>Proteger, por meio de tombamento, as construções históricas de Ibitinga</p>		

Tema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diretrizes	Ações e propostas	Indicadores	Metas
Mobilidade	Melhorar as condições de mobilidade (com foco na mobilidade ativa) de toda a população, garantindo conforto, segurança e modicidade	Aumentar a participação do transporte ativo e do transporte público na divisão modal	<p>Priorizar o transporte público coletivo, os modos não motorizados e os modos compartilhados, em detrimento aos meios individuais motorizados</p> <p>Ampliar e melhorar o sistema viário, visando a reestruturação e ligação interbairros.</p> <p>Privilegiar nas ações de mobilidade a melhora do sistema de circulação de pedestres, com foco nas calçadas, faixas de pedestres e sinalização específica</p> <p>Adaptar as calçadas e os outros componentes do sistema viário de maneira a atender pessoas com necessidades especiais e/ou mobilidade reduzida.</p>	<p>Revisão do Plano de Mobilidade do município, adequando-o às novas diretrizes do Plano Diretor</p> <p>Padronização das calçadas pelo município, a partir de parâmetros estabelecidos neste plano, tornando-as espaços inclusivos, democráticos e confortáveis aos seus usuários.</p> <p>Implantação de piso tátil nas vias de comércio e serviços e nos locais dos principais equipamentos públicos bem como rampas de acesso em todas as vias da cidade.</p> <p>Expansão da sinalização das travessias de pedestres, garantindo maior segurança para quem anda no município</p>	<p>Nº de habitantes atendidos pela rede de transporte coletivo</p> <p>(dentro de um buffer de 250m)</p> <p>Medida em nº</p> <p>Atualmente em XX.XXX</p>	Dobrar o nº de habitantes atendidos pela rede de transporte coletivo
		Reduzir o tempo de viagem dentro do próprio município	<p>Reestruturar o sistema de transporte público coletivo, melhorando sua qualidade, cobertura, eficiência e segurança.</p>	<p>Construção e complementação de ciclofaixas nas vias estruturais do município.</p>		

Tema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diretrizes	Ações e propostas	Indicadores	Metas
			<p>Planejar e aprimorar o sistema cicloviário.</p> <p>Incentivar na comunidade a cultura do transporte público e ativo</p>	<p>Integração do sistema de transporte público coletivo e do sistema de estacionamento de bicicletas (paraciclos e bicicletários) com as calçadas, faixas de pedestre e transposições, visando ao pleno acesso do pedestre e do ciclista aos equipamentos urbanos e sociais.</p> <p>Elaboração de um projeto operacional de transporte público coletivo, adequando a oferta de linhas e de veículos à demanda social e urbana.</p>		
		<p>Viabilizar deslocamentos seguros e confortáveis dentro do município</p>	<p>Promover o uso mais eficiente dos meios de transporte com o incentivo das tecnologias de menor impacto ambiental.</p> <p>Assegurar que a infraestrutura do sistema viário esteja adequada com a hierarquização e os fluxos de cada eixo.</p> <p>Estabelecer instrumentos de controle da oferta de vagas de estacionamento em áreas públicas e privadas.</p>	<p>Implantar todas as complementações viárias previstas no Plano.</p> <p>Sinalizar e padronizar todos os pontos de ônibus garantindo, informação ao usuário, acessibilidade, calçamento, iluminação, sinalização vertical e horizontal.</p> <p>Garantir de um transporte público coletivo de qualidade para todos.</p>	<p>Índice de domicílio com acessibilidade (dado do IBGE)</p> <p>Medida em percentual</p> <p>Atualmente em XX%</p>	<p>100% dos domicílios com acessibilidade</p>

Tema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diretrizes	Ações e propostas	Indicadores	Metas
			<p>Regulamentar a circulação e estacionamento de veículos pesados (caminhões e ônibus) na área central da cidade.</p> <p>Equacionar o abastecimento e a distribuição de bens dentro do Município de modo a reduzir seus impactos sobre a circulação viária.</p>	<p>Revisar da regulamentação do transporte de passageiro.</p> <p>Alargamento e melhora das vias estruturais e coletoras do município.</p>		
		Ampliar a qualidade do sistema viário, priorizando calçadas e conexões entre bairros e vias estruturais	<p>Desestimular a ocupação das calçadas pelo comércio e serviço, salvo em locais autorizados pelo poder público.</p> <p>Promover a qualificação urbanística e ambiental, garantindo segurança, fluidez e conforto nos deslocamentos de veículos e pedestres.</p> <p>Promover o engajamento e conscientização da comunidade, técnicos e gestores públicos sobre a participação da mobilidade pública no desenvolvimento sustentável da cidade;</p>	<p>Construção de novas vias no sistema estrutural, permitindo a interligação entre bairros.</p> <p>Revisão da regulamentação sobre estacionamentos públicos, priorizando a implantação de Zona Azul</p> <p>Ampliação de medidas de segurança para vias escolares e rotas de estudantes</p> <p>Manutenção e melhorias das estradas rurais. Com definição de parâmetros de largura mínima, pavimentação e drenagem.</p>		

Tema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diretrizes	Ações e propostas	Indicadores	Metas
Saneamento	Garantir o acesso universal e de qualidade ao Saneamento Básico	<p>Reduzir os riscos de inundação e alagamento dentro da região urbana</p>	<p>Articular a expansão das redes com as ações de urbanização e regularização fundiária nos assentamentos precários.</p> <p>Priorizar medidas e projetos voltados a modernização da rede de abastecimento e de tratamento de água, mitigando as perdas no sistema de distribuição</p> <p>Coletar e tratar o esgoto através de estações descentralizadas e econômicas verificando a demanda de cada área;</p>	<p>Modernização e aperfeiçoamento do sistema de abastecimento de água potável, com foco nos equipamentos residenciais, com a manutenção dos hidrômetros.</p> <p>Delimitação das bacias hidrográficas da cidade</p> <p>Expansão das estações de tratamento de esgoto, bem como dos módulos de tratamento aplicados, construindo uma nova no distrito de Cambaratiba</p>	<p>Índice de perda de água no sistema de abastecimento</p> <p>Medida em percentual</p> <p>Atualmente em 40%</p>	<p>Zerar ou Reduzir o índice de perda de água no sistema de abastecimento para 5%</p>
		<p>Reduzir perdas e desperdícios de água potável</p>	<p>Impedir os lançamentos de esgotos nos cursos d'água e no sistema de drenagem e coleta de águas pluviais;</p> <p>Respeitar as capacidades hidráulicas dos corpos d'água, impedindo vazões excessivas</p> <p>Promover campanhas para reduzir o desperdício de água pela população e incentivar o reaproveitamento de água cinza e pluvial dentro das edificações.</p>	<p>Instalação de Estação de Tratamento de Efluentes de Cambará, inserida em Área de Preservação Permanente.</p> <p>Ampliação dos reservatórios de água</p> <p>Substituição das redes de distribuição de água de amianto e ferro por PVC.</p>		

Tema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diretrizes	Ações e propostas	Indicadores	Metas
		Universalização no atendimento e tratamento do esgotamento sanitário	<p>Preservar e recuperar as áreas com interesse para drenagem, principalmente várzeas, faixas sanitárias, fundos de vale e cabeceiras de drenagem e adequar as regras de uso e ocupação do solo ao regime fluvial nas várzeas.</p> <p>Implantar novos sistemas de drenagem e galerias pluviais e melhorar o serviço de limpeza de bocas de lobo,</p> <p>Incentivar o aumento da área permeável nos lotes.</p>	<p>Modernização e melhorar a manutenção do sistema de drenagem, implementando os projetos já existentes e outros novos.</p> <p>Estímulo a criação dos pockets forests (florestas de bolso) para novos empreendimentos, lotes vazios e espaços públicos, e a implantação piso drenante ou calçada verde nas áreas de alagamento críticas.</p> <p>Implantação de sistemas de retenção ou retenção temporárias das águas pluviais que contribuam para melhoria do espaço urbano, da paisagem e do meio ambiente.</p>	Índice de residências com tratamento de esgoto	Tratar 100% do esgoto urbano
		Reduzir a poluição hídrica e o assoreamento	<p>Adotar as bacias hidrográficas como unidades territoriais de análise para diagnóstico, planejamento, monitoramento e elaboração de projetos.</p> <p>Promover ações que visem minorar a geração de resíduos e que incentivem a máxima separação e reaproveitamento destes.</p>	<p>Elaboração do Plano Diretor de Drenagem</p> <p>Expansão de ações de inclusão social, geração de oportunidades de trabalho e obtenção de renda, incentivo as cooperativas no campo da economia solidária e apoio aos catadores isolados de materiais</p>	<p>(n° de residências com tratamento de esgoto/n° de residências)</p> <p>Medida em percentual</p> <p>Atualmente em 0%</p>	

Tema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diretrizes	Ações e propostas	Indicadores	Metas
			<p>Buscar aumentar a taxa de valorização dos resíduos através de coleta seletiva, reciclagem e compostagem.</p> <p>Assegurar a destinação adequada dos resíduos sólidos</p> <p>Promover atividades de educação ambiental e comunicação social com ênfase em saneamento.</p> <p>Estabelecer a articulação entre as diferentes instituições públicas e destas com o setor empresarial, visando à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos e líquidos</p> <p>Integrar as políticas de saneamento à legislação estadual sobre as áreas de proteção e recuperação aos mananciais e à legislação referente às unidades de conservação.</p>	<p>reaproveitáveis e recicláveis.</p> <p>Criação de programa de compostagem e novo sistema de coleta de lixo, com base na coleta seletiva.</p> <p>Construção de eco pontos em locais estratégicos da cidade para receber entulho, resíduos de poda, recicláveis e outros.</p> <p>Desenvolvimento de projetos educacionais para toda a comunidade de tratamento de resíduos, abarcando a redução, a reutilização e a reciclagem.</p> <p>Revisão do Plano Municipal de Resíduos Sólidos</p>	<p>Toneladas de lixo levado ao aterro</p> <p>Medida em tonelada</p> <p>Atualmente em XXX ton.</p>	<p>Levar ao aterro sanitário apenas os dejetos (que não podem ser reciclados ou tratados)</p>



Tema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diretrizes	Ações e propostas	Indicadores	Metas
Infraestrutura Urbana e Serviços de Utilidade Pública	Ampliar as condições de segurança e qualidade de vida da população.	Garantir a universalização do acesso à infraestrutura urbana e aos serviços de utilidade pública	<p>Garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes das obras e serviços de infraestrutura urbana.</p> <p>Obedecer às normas de saúde pública e ambiental, com base no princípio da precaução, exigindo laudos técnicos, quanto aos seus efeitos na saúde humana e no meio ambiente, para a implantação e manutenção da infraestrutura dos serviços de telecomunicações emissores de radiação eletromagnética.</p>	<p>Expansão da rede de iluminação pública, bem como a melhora da qualidade do serviço, com potências de lâmpadas adequadas aos tipos de vias públicas e com a utilização de tecnologias mais sustentáveis.</p> <p>Implementação de cuidados com paisagismo e manutenção das praças das cidades, incentivando parcerias com o setor privado por meio de programas como o "Adote uma Praça".</p>	A ser avaliado junto com a prefeitura	Cobertura de 100% de rede iluminação pública.
		Assegurar equidade na distribuição territorial dos serviços	<p>Instalar os equipamentos de infraestrutura e dos serviços de utilidade pública, garantindo o menor incômodo possível aos moradores e usuários do local, bem como exigindo a reparação das vias, calçadas e logradouros públicos.</p> <p>Aumento da qualidade dos serviços de limpeza das vias e áreas públicas da cidade, aumentando o número de lixeiras públicas e a frequência de varrição, principalmente no centro comercial.</p>			

Tema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diretrizes	Ações e propostas	Indicadores	Metas
			Promover a gestão integrada da infraestrutura e o uso racional do subsolo e do espaço aéreo urbano, garantindo o compartilhamento das redes, coordenando ações com concessionários e prestadores de serviços e assegurando a preservação das condições ambientais urbanas.	Cadastramento das redes de água, esgoto, telefone, energia elétrica, cabos e demais redes que utilizam o subsolo e o espaço aéreo, mantendo Sistema de Informações Integrado de Infraestrutura Urbana, incluindo base cartográfica georreferenciada das redes de infraestrutura.		
		Racionalizar a ocupação e a utilização da infraestrutura instalada e por instalar	Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias, buscando otimizar o uso dos recursos dos sistemas de infraestrutura. Coordenar e monitorar a atuação das concessionárias de serviços públicos, inclusive no que diz respeito a segurança dos seus empregados e da população.	Revisão da legislação sobre os serviços de manutenção de áreas públicas, de forma a torná-la mais rígida sobre a depredação de espaços e equipamentos públicos Implantar as áreas de conexão de internet sem fio aberta, com qualidade e estabilidade de sinal		
		Garantir a fiscalização eficiente das prestadoras de serviço.	Estabelecer mecanismos de gestão entre Município, Estado e União para serviços de interesse comum, tais como abastecimento de água, tratamento de esgotos, destinação final de lixo, energia e telefonia. Melhorar a gestão institucional e viabilizar a regulamentação da documentação das áreas públicas.			

Tema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diretrizes	Ações e propostas	Indicadores	Metas
Serviços e Equipamentos Urbanos e Sociais – Segurança, Saúde, Educação e Desenvolvimento Social	Promover a proteção integral à família e à pessoa, com prioridade de atendimento às famílias e grupos sociais mais vulneráveis	Assegurar a equidade na distribuição territorial dos serviços e equipamentos urbanos e sociais	<p>Priorizar o uso de terrenos públicos e equipamentos ociosos ou subutilizados como forma de potencializar o uso do espaço público já constituído.</p> <p>Articular as redes de equipamentos urbanos e sociais.</p> <p>Integrar territorialmente programas e projetos vinculados às políticas sociais como forma de potencializar seus efeitos positivos, particularmente no que diz respeito à inclusão social e à diminuição de desigualdades.</p>	<p>Revisão e atualização de programas que possibilitam o acesso da população a direitos sociais, especialmente os programas de educação, saúde, desenvolvimento social e segurança pública.</p> <p>Expansão das ações e dos equipamentos destinados à população idosa, seguindo o modelo do Centro Dia do Idoso.</p> <p>Aperfeiçoamento e modernização dos equipamentos e da gestão da política de segurança pública com uso de nova tecnologias e inteligência.</p>	<p>Índice de população de rua por habitante</p> <p>Medida em percentual</p> <p>Atualmente em xx%</p>	<p>Zerar o índice de população em situação de rua pelo nº habitantes</p> <p>Reduzir pela metade o índice de nº de assaltos pelo nº de habitantes</p>
		Ampliar a cobertura dos serviços e equipamentos urbanos e sociais	<p>Priorizar o atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social e territorial, residentes em áreas distantes dos equipamentos e serviços públicos.</p> <p>Suprir todas as áreas habitacionais com os equipamentos necessários à satisfação das necessidades básicas de saúde, educação, lazer, esporte, cultura e desenvolvimento social de sua população.</p>	<p>Implantação de programas de prevenção ao uso indevido de substâncias psicoativas e de tratamento aos dependentes químicos, com foco no público jovem.</p> <p>Revisão do Plano Municipal de Turismo, adequando-o as novas diretrizes do Plano Diretor.</p>	<p>Índice de assaltos por habitante</p> <p>Medida em percentual</p> <p>Atualmente em xx%</p>	

Tema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diretrizes	Ações e propostas	Indicadores	Metas
			Estimular a participação mais ativa da sociedade civil nos Conselhos Municipais de cada área	Ampliação a infraestrutura de apoio ao turista, como uma central de informações, banheiros, bebedouros, áreas de descanso e sinalizações de atrativos turísticos.		
Turismo	Impulsionar as atividades de turismo em todas as suas segmentações, com foco no desenvolvimento econômico e com incentivo e estímulo à economia criativa	Diversificar os atrativos turísticos de Ibitinga	<p>Estimular a implementação de melhorias paisagísticas, de infraestrutura e de sinalização turística.</p> <p>Preservar e valorizar os atuais atrativos turísticos da cidade.</p>	<p>Revitalização do centro comercial, ampliando o horário comercial principalmente aos fins de semana</p> <p>Reorganização do turismo de compras, fortalecendo a imagem e a marca do Bordado de Ibitinga, com a criação de um selo e um museu para o setor, por exemplo.</p> <p>Reorganização do turismo religioso, adequando a infraestrutura da cidade a passagem das pessoas que realizam o Caminho da Fé.</p>	<p>Proporção de turistas x excursionistas</p> <p>(% de turistas x % de excursionistas)</p> <p>Medida em percentual</p> <p>Atualmente em de 84% excursionistas e 16% turistas</p>	<p>Equilibrar a proporção de excursionistas x turistas na cidade</p>
		Aumentar o número de turistas em Ibitinga, bem como o tempo de permanência deles na cidade	<p>Criar novas oportunidades de desenvolvimento do mercado turístico do município, visando atrair diferentes tipos de turistas.</p> <p>Estimular o aproveitamento do potencial paisagístico natural e cultural do município, incentivando o turismo rural, ecoturismo e cicloturismo.</p> <p>Manter em conjunto com os demais órgãos públicos e privados o observatório de turismo com dados de informações turísticas.</p>	<p>Ampliação do ecoturismo e do turismo cultural, com foco na área rural e nos rios Jacaré-Guaçu e Jacaré-Pepira.</p> <p>Dar continuidade a execução do Projeto do Pontal do Jacaré, o qual permitirá o atracamento de embarcações de grande porte, permitindo que Ibitinga entre na rota do Cruzeiro Fluvial (Barra Bonita – Jaú – Ibitinga).</p>		

Tema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diretrizes	Ações e propostas	Indicadores	Metas
		<p>Potencializar os atrativos turísticos já explorados</p>	<p>Fomentar, desenvolver e valorizar o turismo na rede de ensino e promover, juntamente com os órgãos municipais competentes, a educação ambiental, cultural e econômica.</p> <p>Fortalecer e consolidar parcerias com os demais municípios e com o Governo Estadual, incentivando o turismo integrado e regionalizado.</p> <p>Promover a divulgação, em âmbito regional e nacional, dos potenciais e eventos turísticos da cidade.</p>	<p>Criação de roteiros turísticos, incentivando a permanência do turista na cidade.</p> <p>Desenvolvimento de rotas turísticas passíveis de serem realizadas por ciclistas, visando novos perfis de turistas.</p> <p>Alinhamento dos principais eventos com os municípios da Microrregião, de forma a desenvolver um calendário em comum.</p>		
		<p>Ampliar a infraestrutura de apoio ao turista</p>	<p>Respeitar as necessidades e os limites do ecossistema local na promoção das atividades turísticas.</p>	<p>Apoio à qualificação dos profissionais de turismo em parceria com instituições especializadas.</p> <p>Capacitar lojistas, comerciantes e profissionais de atendimento ao público, de serviços público ou privado para a divulgação das atividades turísticas da cidade.</p> <p>Ampliação e intensificação das ações de divulgação das atividades turísticas, dando prioridade aos meios digitais.</p>		



Tema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diretrizes	Ações e propostas	Indicadores	Metas
Desenvolvimento Econômico	Reforçar o papel do município como centro industrial, comercial, de serviços, de conhecimento, de criação e inovação, por meio de atividades econômicas sustentáveis	Diversificar os setores econômicos preponderantes	<p>Induzir uma distribuição mais equitativa do emprego, desconcentrando as atividades econômicas. Como foco na diversificação da indústria e do agronegócio</p> <p>Proteger os setores produtivos já consolidados em moldes compatíveis com as novas condições sociais, ambientais e territoriais estabelecidas pelo Plano Diretor.</p>	<p>Estímulo a atividades econômicas que permitam equilibrar a relação emprego/moradia em todas as regiões da cidade.</p> <p>Facilitar a abertura e fomentar a sustentabilidade de micro e pequenas empresas.</p>	Proporção de empregos da indústria do bordado X demais indústrias (% de empregos da indústria do bordado x % de demais indústrias) Medida em percentual Atualmente em de 84% de empregos da indústria do bordado e 16% das demais indústrias	Equilibrar a proporção de empregos industriais dentro e fora da indústria dos bordados
		Desconcentrar territorialmente os empregos	<p>Fomentar e incentivar a ampliação e/ou instalação de novos empreendimentos, empregos e negócios.</p> <p>Estabelecer programas de incentivo e facilitadores da formalização de empreendimentos informais.</p>	<p>Facilitação para a instalação de empresas no Município, por meio de incentivos tributários e urbanísticos, facilitando os procedimentos administrativos.</p> <p>Desenvolvimento de assistência técnica e incentivo à pesquisa e tecnologia, visando aumentar a produtividade e a diversificação da agropecuária e a organização do abastecimento alimentar e das comunidades rurais.</p>		
		Modernizar a estrutura produtiva	<p>Potencializar a capacidade criativa, o conhecimento científico e tecnológico e a inovação existentes no Município para gerar atividades econômicas de alto valor agregado e ambientalmente sustentáveis.</p>	<p>Ampliação do oferecimento de cursos técnicos e profissionalizantes nos diversos setores da economia.</p>		

Tema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diretrizes	Ações e propostas	Indicadores	Metas
			<p>Proporcionar o desenvolvimento econômico local visando ao incremento de atividades produtivas articuladas às transformações do território como mecanismo de inclusão social.</p> <p>Promover o desenvolvimento sustentável da zona rural com o apoio à agricultura familiar, em especial a orgânica, e ao turismo sustentável, em especial de base comunitária.</p> <p>Viabilizar o desenvolvimento tecnológico, a inovação e a criatividade dos setores produtivos.</p>	<p>Criação, implantação, divulgação e consolidação de uma rede de informações socioeconômicas com atualização contínua através de parcerias com universidades e faculdades da região.</p>		
		<p>Fomentar a produção rural e seus derivados, agregando valor aos produtos, especialmente os ecologicamente corretos.</p>				

Tema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diretrizes	Ações e propostas	Indicadores	Metas
------	----------------	-----------------------	------------	-------------------	-------------	-------

Tema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diretrizes	Ações e propostas	Indicadores	Metas
transparência, Liderança e Comunicação	Garantir ao cidadão o desempenho de um papel ativo na condução das políticas públicas, controlando a gestão dos recursos públicos	Garantir transparência no conteúdo e nos resultados das políticas públicas	Promover, estimular e garantir a participação da população e dos segmentos sociais nos espaços democráticos de gestão da cidade.	Garantia da participação dos cidadãos como colaboradores e fiscalizadores das ações da administração pública nos Conselhos Municipais instituídos por lei e nas audiências públicas	Nota do Ranking de transparência Medida em nº Atualmente em 8,85	Alcançar ou superar a nota de 9.51 (melhor do Estado de São Paulo)
			Facilitar o acesso da população aos dados abertos sobre a cidade, com foco naqueles referentes ao desenvolvimento de programas e projetos, oriundos das esferas municipal, estadual e federal.	Fortalecimento dos Conselhos Municipais, por meio de uma estrutura física e administrativa adequada		
			Garantir a realização do princípio de publicidade da administração pública, fortalecendo a divulgação das ações do governo	Reestruturação do Portal da Transparência de Ibitinga, incorporando dados abertos sobre os programas e projetos em execução e a serem executados nas cidades		
		Ampliar a utilização dos meios digitais para participação social	Fortalecer os canais de comunicação entre as instituições governamentais e a sociedade	Divulgação para a população dos canais de comunicação, participação e controle social.		
		Melhorar a qualidade da comunicação entre	Assegurar a plena execução da lei federal de acesso à informação (LAI). Incentivar o desenvolvimento, por parte da sociedade civil, de canais e instrumentos de participação e controle social	Estimular a coprodução de novas aplicações a partir de dados		

Tema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diretrizes	Ações e propostas	Indicadores	Metas
		governo municipal e sociedade	<p>públicos</p> <p>Troca de informações e experiências com universidades, grupos de pesquisa, demais municípios da região e outras Estâncias Turísticas.</p> <p>Comunicar e engajar a sociedade civil na busca pelo desenvolvimento local, sua integração regional, no fortalecimento da identidade da cidade, das relações humanas e na constante melhoria da qualidade de vida.</p>			

